

# OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA  
MENSAL

*Fundada em 1938*

*N.º 141*

VOLUME XXXVIII

*JANEIRO, 1950*



---

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR — ÁLVARO PINTO  
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — TIP. DA EDITORIAL IMPÉRIO, L.<sup>DA</sup> — LISBOA

---





*O impresso que causa boa impressão..*

é sempre um elemento valioso para a firma que o utiliza. Gravuras bem cuidadas por técnicos sabedores, e bem impressas por impressores experimentados, sobre qualidades de papéis escolhidas para cada caso especial, por pessoal competente, eis a fórmula e o segredo dos impressos que causam boa impressão. Eis o segredo de

**BERTRAND (IRMÃOS), L.<sup>DA</sup>**

T. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

# A COVINA

PRODUZ QUASE O DOBRO

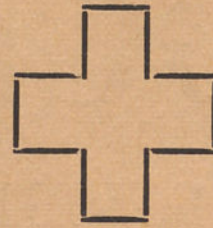
DA CHAPA MECÂNICA

DE VIDRO

QUE É CONSUMIDA

NA METRÓPOLE

E NAS COLÓNIAS



## SELOS

da

*Cruz Vermelha Portuguesa*

Aplice sempre na sua correspondência um selo da Cruz Vermelha Portuguesa, Instituição das mais nobres e beneméritas.

Os selos vendem-se na sede da Cruz Vermelha — Palácio do Conde de Óbidos  
Jardim 9 de Abril — Lisboa

**ENCADERNAÇÕES**  
EM TODOS OS GÉNEROS  
*PERFEIÇÃO INEXCEDÍVEL*

## Frederico d'Almeida

ENCADERNADOR  
FUNDADOR DA OFICINA  
DE ENCADERNAÇÃO  
A CARMELITA

OFICINA :

R. António Maria Cardoso, 31  
(ao Chiado)

Telef. 20107

LISBOA



DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR:  
 ÁLVARO PINTO  
 GERENTE: MARIA  
 AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO

**OCIDENTE**  
 REVISTA PORTUGUESA MENSAL  
 FUNDADA EM 1938  
 SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

SUMÁRIO DO N.º 141 / VOLUME XXXVIII

EM PROL DA CULTURA — Aos Srs. Deputados da Nação Portuguesa — Pág. 5/8.	4.ª fase: o papel da complexidade e simbolismo
EZEQUIEL DE CAMPOS — «Problemas de hoje — X — Desequilíbrio geral» — Pág. 9/12.	AUGUSTO MACHADO — «O Paganismo» — Pág. 13/14.
MÁRIO BEIRÃO — «Da Ausência miraculosa» — Versos — Pág. 13/14.	BIBLIOGRAFIA — OSÓRIO — Pág. 49/59.
ALFREDO DE CARVALHO — «A Escola Aquitânica — Os Estudos e a Disciplina» — Pág. 15/21.	Livros recebidos
CAPITÃO ANTÓNIO DIAS — «Evocação histórica da fundição e inauguração da Estátua equestre de D. José» — Pág. 22/25.	ÁLVARO PINTO — Pág. 60.
LUIS FILIPE LINDLEY CINTRA — «Cartas de Espanha — III — Cidades espanholas» — Pág. 26/28.	ILUSTRAÇÕES
RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clío — O centenário de D. João V — Os que lhe fizeram justiça — Uma data a comemorar — Presença de António Sardinha» — Pág. 29/34.	A Estátua e o Medalhão de D. João V — Pág. 24/A.
DIOGO DE MACEDO — «Notas de Arte — Victor Bastos — Registo do mês» — Pág. 35/40.	Peça representada — BARTOLOMEU — Adoração do presépio prove Deus — Pág. 35/40.
LUIS CHAVES — «Nos Domínios da Etnografia e do Folclore — A evolução do presépio 1.ª fase: a fase divina — 2.ª fase: síntese humana do presépio: simplicidade — 3.ª fase: a mística franciscana do presépio ao vivo —	SUPLEMENTOS
	I. XAVIER — Língua Portuguesa — Conclusão

ASSINATURA

Portugal — 6 meses 95\$00; Ano 180\$00	Portugal ..
Colónias portug. e Espanha ... » 190\$00	Colónias portug. e Espanha ...
Brasil ..... » 180 cr.	Brasil .....
Estrangeiro, dollars U. S. .... » \$ 10.00	Estrangeiro .....
Com direito aos números especiais	Número

REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA  
 FUNDADA EM 1942

Publicados os n.ºs 1 a 80 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura

DIRECTOR — ÁLVARO PINTO

**REVISTA DE PORTUGAL**  
 SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA

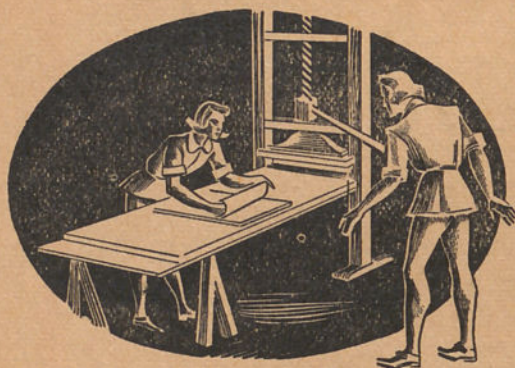
Fundada em 1942

Publicados os n.ºs 1/80 (Volumes I a XIV)

N.º avulso — 17\$50. Assinatura de 10 n.ºs: 150\$00; Colónias Portuguesas: 160\$00; Brasil: 150 cruzeiros.  
 Estrangeiro: N.º avulso U. S. \$ 0,90; Assinatura de 10 n.ºs \$ 8 dollars U. S.  
 Redacção e Administração: R. de S. Félix, 41-I.º Dt.º — LISBOA — PORTUGAL.  
 Envia-se 1 exemplar espécime a quem remeta 2\$50 em selos

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938)





*O impresso que causa boa impressão..*

é sempre um elemento valioso para a firma que o utiliza. Gravuras bem cuidadas por técnicos sabedores, e bem impressas por impressores experimentados, sobre qualidades de papéis escolhidas para cada caso especial, por pessoal competente, eis a fórmula e o segredo dos impressos que causam boa impressão. Eis o segredo de

**BERTRAND (IRMÃOS), L.<sup>DA</sup>**

T. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

# A COVINA

PRODUZ QUASE O DOBRO

DA CHAPA MECÂNICA

DE VIDRO

QUE É CONSUMIDA

NA METRÓPOLE

E NAS COLÓNIAS



## SELOS

da

*Cruz Vermelha Portuguesa*

Aplique sempre na sua correspondência um selo da Cruz Vermelha Portuguesa, Instituição das mais nobres e beneméritas.

Os selos vendem-se na sede da Cruz Vermelha — Palácio do Conde de Óbidos  
Jardim 9 de Abril — Lisboa

**ENCADERNAÇÕES**  
EM TODOS OS GÉNEROS  
*PERFEIÇÃO INEXCEDÍVEL*

## Frederico d'Almeida

ENCADERNADOR  
FUNDADOR DA OFICINA  
DE ENCADERNAÇÃO  
A CARMELITA

OFICINA :

R. António Maria Cardoso, 31  
(ao Chiado)

Telef. 20107

LISBOA



DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR:  
ÁLVARO PINTO  
GERENTE: MARIA  
AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO

# OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL  
FUNDADA EM 1938  
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DE S. FELIX, 41-1.º DT.º — OFFICINAS: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA, R. DO SALITRE, 155, 1.º — LISBOA

## SUMÁRIO DO N.º 141 / VOLUME XXXVIII / JANEIRO DE 1950

EM PROL DA CULTURA — Aos Srs. Deputados da Nação Portuguesa — Pág. 5/8.

EZEQUIEL DE CAMPOS — «Problemas de hoje — X — Desequilíbrio geral» — Pág. 9/12.

MÁRIO BEIRÃO — «Da Ausência miraculosa» — Versos — Pág. 13/14.

ALFREDO DE CARVALHO — «A Escola Aquitânica — Os Estudos e a Disciplina» — Pág. 15/21.

CAPITÃO ANTÓNIO DIAS — «Evocação histórica da fundição e inauguração da Estátua equestre de D. José» — Pág. 22/25.

LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA — «Cartas de Espanha — III — Cidades espanholas» — Pág. 26/28.

RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clío — O centenário de D. João V — Os que lhe fizeram justiça — Uma data a comemorar — Presença de António Sardiha» — Pág. 29/34.

DIOGO DE MACEDO — «Notas de Arte — Victor Bastos — Registo do mês» — Pág. 35/40.

LUÍS CHAVES — «Nos Domínios da Etnografia e do Folclore — A evolução do presépio 1.ª fase: a fase divina — 2.ª fase: síntese humana do presépio: simplicidade — 3.ª fase: a mística franciscana do presépio ao vivo —

4.ª fase: o presépio de arte; síntese humana: complexidade — Fase actual: simplicidade e simbolismo» — Pág. 41/45.

AUGUSTO MORENO — «Consultório linguístico» — Pág. 46/48.

BIBLIOGRAFIA — Notas de JOÃO DE CASTRO OSÓRIO, R. DA CUNHA e outras — Pág. 49/59.

Livros recebidos — Pág. 59.

ÁLVARO PINTO — «Notas e Comentários» — Pág. 60/64.

### ILUSTRAÇÕES

A Estátua equestre de D. José:

Medalhão da autoria de F. A. RAPOSO — Pág. 24/A.

Peça representando a máquina inventada por BARTOLOMEU DA COSTA — Pág. 24/A.

Adoração do Menino Jesus — Figuras do presépio proveniente do Convento da Madre de Deus — Pág. 24/B.

### SUPLEMENTO

I. XAVIER FERNANDES — «Questões da Língua Pátria» — Volume I — 2.ª edição — Conclusão — Pág. 209/232.

### ASSINATURA

Portugal — 6 meses 95\$00; Ano 180\$00  
Colónias portug. e Espanha ... » 190\$00  
Brasil ..... » 180 cr.  
Estrangeiro, dollars U. S. .... » \$ 10.00

Com direito aos números especiais

### NÚMERO AVULSO

Portugal ..... 17\$50  
Colónias portug. e Espanha ..... 18\$00  
Brasil ..... 17,5 cr.  
Estrangeiro, dollars U. S. A. .... \$ 0.90

Números atrasados (1/104) — 15\$00

### REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA

FUNDADA EM 1942

Publicados os n.ºs 1 a 80 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura de 10 números — 150\$00

DIRECTOR — ÁLVARO PINTO

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152 PÁGINAS — 30\$00



## CANCIONEIRO

da

BIBLIOTECA  
NACIONAL

antigo

## COLOCCI-BRANCUTI

LEITURA, COMENTÁRIOS E GLOSSÁRIO

por

ELZA PAXECO MACHADO e JOSÉ PEDRO MACHADO

1.ª edição integral

*La Revista de Portugal, de Lisbonne, est en train de publier et c'est une première édition intégrale et critique (avec fac-similé, variantes, commentaire et glossaire) — le fameux Chansonnier Colocci-Brancuti. Ce recueil, le plus complet des chansonniers médiévaux portugais, contient, outre des fragments d'une Poétique en prose, 1567 chansons du XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles, dont 442 seulement ont déjà été imprimées, en 1880, dans une édition diplomatique, par les Italiens Molteni et Monaci. Celle-ci est, d'ailleurs, épuisée depuis longtemps.*

*Le manuscrit a été acheté en 1924 par le Gouvernement Portugais, et déposé à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne. Dès lors il fut appelé Cancioneiro da Biblioteca Nacional par le savant philologue portugais J. Leite de Vasconcelos — celui-là même qui a retrouvé à Leide, et mis au jour à Paris, la Chanson de Sainte Foi d'Agen.*

*Deux professeurs portugais, M. et M.<sup>me</sup> Machado, ont entrepris l'édition critique de cet important Chansonnier. Elle sera complète en 8 volumes.*

*La transcription maintient l'orthographe du manuscrit, tout en y ajoutant la ponctuation moderne et la division des mots. On développe les abréviations et on emploie les majuscules d'après l'usage moderne, sauf pour le début des vers, où l'on suit les copistes.*

*Les variantes des Chansonniers da Ajuda et da Vaticana; des interprétations, par Carolina Michaëlis, Henry Lang, Oskar Nobiling, J. J. Nunes et d'autres philologues, accompagnent les chansons.*



*Les Commentaires comprendront aussi des traductions, des passages les plus difficiles, en portugais, français et anglais modernes.*

*Le Glossaire est conçu comme une sorte de Petit Dictionnaire d'Ancien Portugais.*

*For nearly four and a half centuries Cancioneiro Colocci-Brancuti, the famous collection of Portuguese mediaeval songs, (13th. and 14th. centuries) has remained unprinted. Only 442 cantigas — out of 1567 — were given a diplomatic edition by the Italian scholars Molteni and Monaci (printed in 1880), and even this has long been out of print.*

*In 1924, the codex, which also contains some prose fragments of a mediaeval Arte de Trovar, was bought by the Portuguese Government and re-named, after its new abode, Cancioneiro da Biblioteca Nacional. In 1947, two Portuguese scholars, Elza Paxeco and J. P. Machado, started, in the Revista de Portugal, a critical edition based on the actual text. It will be complete in 8 volumes including a Commentary (with translation of difficult passages into modern Portuguese, English and French), an Index and a Glossary (designed as a sort of Concise Dictionary of Old Portuguese).*

*It is an attempt to produce the text in the old spelling with modern punctuation and word-division. The modern use of capitals has been adopted throughout (except when there was any intentional scribal use); contractions have been expanded. The expansions follow as far as possible the normal spelling of the manuscript, but where the latter is inconsistent the convenience of the modern reader has been taken into account. The sign 9 has been interpreted as -os and -us at the end of words, as con when placed elsewhere; the sign 7 as e; barred S as ser; barred P as pre and per, according to the context; tilde as n or m, when it really stands for these consonants; it has been kept, when it just indicates nasalization of the vowel.*

*The variants, from the Cancioneiros da Ajuda and da Vaticana, are quoted with as much of the context as is necessary to find the corresponding reading in the text. They are given after each cantiga, together with different interpretations by Carolina Michaëlis, Henry Lang, Oskar Nobiling, J. J. Nunes and other scholars. Even slight and evident slips of the scribe's pen are reproduced in these notes. Any letter added as an emendation is placed in brackets.*

*A facsimile of the text accompanies the critical edition.*

### Assinatura de cada 5 tomos (a partir do 6.º):

Edição comum — 125\$00, 125 Cruz. ou \$ U. S. 6.00

Edição especial — 225\$00, 225 Cruz. ou \$ U. S. 10.00

A obra completa constará de 40 tomos em 8 volumes

Cada tomo consta de 80 páginas de reprodução tipográfica e 16 de *fac-simile*  
Está concluído o Volume I, 408 pág. mais 80 de *fac-simile*—150\$00 e 250\$00  
e publicado o tomo 6.º

Pedidos à 'Revista de Portugal' — R. de S. Félix, 41, 1.º, Dto. — Lisboa — Portugal



# RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS EDIÇÕES de «OCIDENTE» e da «REVISTA DE PORTUGAL»

*R. de S. Félix, à Lapa, 41, 1.º, Dt.º — Lisboa*

- «OCIDENTE» — Revista mensal ilustrada fundada em 1938 — Director: *Alvaro Pinto* — Número avulso: 17\$50; 37 volumes encadernados em pano (Vol. I a XXXVII — N.ºs 1 a 140) 3.100\$00
- Capas de pano:
- Vols. I/XXXIII, cada uma 20\$00
  - Vols. XXXIV/VII, cada uma 25\$00
  - Capas com lombada de pele, cada uma 30\$00 e ..... 35\$00
  - Qualquer n.º atrasado até o 108 (inclusive) ..... 15\$00
- «REVISTA DE PORTUGAL» — Série A «Língua Portuguesa» — Director: *Alvaro Pinto* — N.ºs: 17\$50; Volumes I a XI (N.ºs 1/55), cada um, encadernado ..... 100\$00
- Volume XII (N.ºs 56/60), encadernado ..... 120\$00
  - Volumes XIII e XIV (N.ºs 61/70 e 71/80), preço de cada um, encadernado ..... 185\$00
- Capas de pano:
- Volumes I/XII, cada uma ... 20\$00
  - Volume XIII, cada uma ... 25\$00
  - Qualquer n.º atrasado até o 54 (inclusive) ..... 15\$00
- «RAÍZES DE PORTUGAL» — pelo *Prof. A. Mendes Correia* — 2.ª edição 15\$00
- «VIAGEM» — Poemas de *Cecília Meireles* — Único livro premiado pela Academia Brasileira em 1938 ..... 15\$00
- «A TETRALOGIA DO PRÍNCIPE IMAGINÁRIO» — por *João de Castro Osório*. Ilustrações de *Hugo Manuel* — 4 vol. — Cada um ..... 6\$00
- «FÉDON» — de *Platão* — Prefácio de *Leonardo Coimbra* — Trad. de *Ángelo Ribeiro* — 3.ª edição ..... 12\$50
- «FLORILÉGIO DAS POESIAS PORTUGUESAS ESCRITAS EM CASTELHANO E RESTITUIDAS À LÍNGUA NACIONAL» — por *João de Castro Osório* ..... 12\$50
- «A EXPRESSÃO DA LIBERDADE EM ANTERO E OS VENCIDOS DA VIDA» — por *Feliciano Ramos*, com 7 ilustrações ... 6\$00
- «TEATRO CAMONIANO — 1) - ENFATRIÇÕES»
- 2) «EL REI SELEUCO» — Prefácio e Notas do *Professor Vieira de Almeida* — Cada um ..... 10\$00
- «UM HUMANISTA PORTUGUÊS — DAMIÃO DE GÓIS» — por *Aubrey F. G. Bell*, tradução de *A. A. Dória* ... 10\$00
- «A PEDRA NO LAGO» — Peça em 4 actos, por *Fernanda de Castro* ... 10\$00
- «O BLOCO PENINSULAR» — pelo *Prof. A. Mendes Correia* ..... 5\$00
- «LUÍS DE CAMÕES — A VIDA E A OBRA LÍRICA» — pelo *Prof. Hernâni Cidade* ..... 10\$00
- «OBRAS COMPLETAS DE GIL VICENTE — 1) — O VELHO DA HORTA» — Prefácio, Notas e Glossário por *João de Almeida Lucas* ..... 10\$00
- 2) «A EXORTAÇÃO DA GUERRA» — Prefácio, Notas e Glossário por *João de Almeida Lucas* ..... 10\$00
- «SOARES DOS REIS» — com 25 ilustrações — por *Diogo de Macedo* ... 15\$00
- «LUIZA DE AGUIAR TODI» — com 8 ilustrações — por *Mário de Sampaio Ribeiro* ..... 10\$00
- «FERNÃO LOPES» — por *Aubrey F. G. Bell*, tradução de *A. A. Dória* 10\$00
- «O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ATRAVÉS DOS SÉCULOS» — pelo *Prof. Ezequiel de Campos* — 2.ª edição, com numerosos mapas e gráficos ..... 50\$00
- «OS LUSÍADAS» — de *Luís de Camões* — *Fac-simile* da 1.ª edição, com Prefácio e Notas de *Cláudio Basto* — Brochado 40\$00, encadernado em pano 55\$00
- «VIDA E OBRAS DE GIL VICENTE» — por *Anselmo Braamcamp Freire* (2.ª edição definitiva), com 19 estampas (últimos exemplares) ..... 80\$00
- «NOTAS VICENTINAS» — por *Carolina Michaëlis de Vasconcelos* — 1 vol. com 664 páginas e extensos índices 150\$00
- Edição especial (N.ºs 1 a 100) 180\$00
- Tomo IX (Frontispício, Índices e Capa) ..... 15\$00
- Qualquer tomo atrasado ... 17\$50
- «LIÇÕES DE FILOGIA PORTUGUESA» — por *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*
- Volume I — 70\$00; Edição especial ..... 80\$00
- «JOÃO JOSÉ DE AGUIAR» — c/18 ilustrações — por *Diogo de Macedo* ... 15\$00
- «SUBSÍDIOS PARA UMA BIBLIOGRAFIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS» — compilados por *Carlos Galvão Simões* — Tomos I e II — Cada um ... 25\$00
- «OS ÚLTIMOS FINS DO HOMEM» — pelo *P.º Manuel Bernardes* — reprodução facsimilada da 1.ª edição de 1728, com Prefácio e Notas pelo *Prof. Vieira de Almeida* e Bio-bibliografia por *Barbosa Machado* — brochado 240\$00



- «PORTUGAL AMOROSO» — Novelas históricas de *D. João de Castro*—2.ª edição — Capa de *Diogo de Macedo* 20\$00
- «A DESCENDÊNCIA DE EL-REI O SENHOR D. JOÃO II» — pelo *Marquês de Lavradio* ..... 16\$00
- «DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MÚSICOS PORTUGUESES» — por *José Mazza*, com Prefácio e Notas do P.º *José Augusto Alegria* — 1 vol. de 104 p. 15\$00
- «COLUNATA» — Romance de *Vieira de Almeida* — 323 págs. .... 20\$00
- «A ESCULTURA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII» — por *Diogo de Macedo* — Com 50 ilustrações, 40\$00 edição especial ..... 60\$00
- «A JANELA DE TORMES» — (No Centenário de Eça de Queirós) — por *Vieira de Almeida* — Com 8 ilustrações — 20\$00; edição especial ..... 30\$00
- «EÇA DE QUEIRÓS E OS SEUS ÚLTIMOS VALORES» — por *Feliciano Ramos* — Com 20 ilustr. — 25\$00; ed. especial 40\$00
- «O ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO», com um Índice organizado por *Sebastião Pestana* e cerca de 20.000 palavras extraídas do 'Vocabulário Ortográfico Resumido' (2.ª edição) ..... 17\$50
- «SERMÃO DA PRIMEIRA DOMINGA DA QUARESMA, NA CIDADE DE S. LUÍS DO MARANHÃO, NO ANO DE 1653 E UMA CARTA A D. JOÃO IV» — pelo P.º *Antônio Vieira*, com Prefácio e Notas por *Sebastião Morão Correia* — 1 volume de 128 páginas ..... 10\$00
- «A CONQUISTA DO PARAÍSO» — por *J. Caminha Dantas* — Novela — Capa de *Joaquim Lopes* ..... 15\$00
- «INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA FILOLOGIA PORTUGUESA» — por *Manuel de Paiva Boléo* ..... 20\$00
- «PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES» por *Ezequiel de Campos* ... 30\$00
- «DA POESIA MEDIEVAL PORTUGUESA» — por *Aubrey F. G. Bell*, *C. Bowra* e *William J. Entwistle* ..... 15\$00
- «A LINGUAGEM RÚSTICA NO CONCELHO DE ELVAS» — por *J. Capela e Silva* — com 28 ilustrações ..... 20\$00
- «PEQUENO DICIONÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE VOZES DE ANIMAIS (Onomatopeias e definições)» — por *Júlio de Lemos*, com uma Carta e um Estudo por *Augusto Moreno* ..... 20\$00
- «CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL» (Antigo Colocci-Brancuti) — Leitura, Comentário e Glossário por *Elza Pazeco Machado* e *José Pedro Machado* — 1.ª edição integral do mais extenso e completo dos Cancioneiros medievais portugueses — Está concluído o 1.º Volume com 408 páginas de texto e 80 de *fac-simile* ..... 150\$00 Tiragem especial (1 a 200) 250\$00 (Assinatura de 5 tomos (desde o 6.º): edição comum, 125\$00; especial, 225\$).
- «QUESTÕES DE LÍNGUA PÁTRIA» — 2.º volume—por *I. Xavier Fernandes* 25\$00 1.º vol. (2.ª edição) ..... 25\$00
- «PRECONCEITOS DA ÉPOCA» — por *Myron Malkiel Jirmounsky* — 1 volume de 144 páginas ..... 17\$50
- «OS SERMÕES DE GIL VICENTE E A ARTE DE PREGAR» — por *Joaquim de Carvalho* — 1 volume de 88 págs. 15\$00
- «ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE» — por *Perilo Gomes* — 1 volume de 212 páginas ..... 20\$00
- «AUTO DE SANTO ANTÔNIO» — por *Afonso Alvares* — Prefácio, notas e Glossário do Prof. *Almeida Lucas* — 1 volume de 80 páginas ..... 12\$50
- «ENSAIOS DE FILOLOGIA ROMÂNICA» — por *Harri Meier* — 1 volume de 260 páginas ..... 30\$00
- «SORTE» — Romance de *Fernanda de Castro*, capa de *Inês Guerreiro* — 1 volume de 232 páginas ... 20\$00
- «ANTERO DE QUENTAL E A MULHER» — Ensaio de *Rui Galvão de Carvalho* — 1 vol. de 60 págs. e 4 ilustr. ... 15\$00
- «A EXPRESSÃO LÉXICO-GRAMATICAL DO 'LEAL CONSELHEIRO'» — 2.ª edição — por *Herbert Palhano* — 1 vol. com 184 págs. e o retrato de *D. Duarte* 20\$00
- «ELOGIO DO CONTISTA TRINDADE COELHO» — por *Júlio de Lemos* — 1 volume de 56 páginas ..... 15\$00
- «LIÇÕES DE TERMINOLOGIA MÉDICA» — pelo Prof. *Paulo Mangabeira Albernaz* — 1 vol. de 64 páginas ... 15\$00

Estes preços anulam os anteriores

No Brasil os preços são os mesmos à razão de 1 cruzeiro por escudo  
Depositário no Rio de Janeiro — Livraria Antunes, que  
satisfaz também qualquer pedido dos Estados.

Em São Paulo — Livraria Teixeira

Em Porto Alegre — Livraria do Globo :: Em Curitiba — Livraria Ghignone  
No Pará — Agência Martins :: Em Manaus — Gavinho & Gonçalves

OCIDENTE

Está já publicada a 2.ª edição do n.º 1, em tiragem muito reduzida. Preço do exemplar, com 152 páginas — 30\$00.



# DICIONÁRIO COROGRÁFICO

*De Portugal Continental e Insular*

Arqueológico, Biográfico, Etimológico, Heráldico, Hidrográfico,  
Histórico e Orográfico

Por AMÉRICO COSTA

*Esta obra de ilimitada utilidade, coordenada por especialistas e da qual a **Livraria Civilização** tomou o encargo de prosseguir na sua publicação, abrange todo o*

**CONTINENTE, MADEIRA E AÇORES**

Distritos, cidades, concelhos, vilas, freguesias, povoações, aldeias, lugares, herdades, quintas, casais, granjas, praias, portos, faróis, rios, ribeiros, montes, serras, matas, lagoas, termas, cabos, fontes, minas, castelos, praças, fontes minerais, monumentos nacionais, igrejas, capelas, mosteiros, ruas, travessas, becos e largos das principais cidades; serviços telégrafo-postais, ferroviários, hidráulicos, eléctricos, transportes, automóveis, turismo, fastos, epopeias, varões ilustres, lendas, etc., etc.

Consta de 12 volumes, com cerca de 15.000 páginas, centenas de gravuras, mapas e brasões referentes a cada um dos concelhos do Continente, Madeira e Açores.

Custa, completo e encadernado, capa de percalina Esc. 2.800\$00;

capa de percalina com lombada de carneira Esc. 2.920\$00

**O Dicionário Corográfico não será reimpresso**

Completamos colecções fornecendo mapas, cadernos, fascículos ou volumes em falta

**Vendas a pronto pagamento ou por pagamentos suaves**

Pedidos de esclarecimentos à **LIVRARIA CIVILIZAÇÃO** — Rua do Almada, 107 — PORTO — PORTUGAL

# MALA REAL INGLESA

(ROYAL MAIL LINES, LIMITED.)

**AGENTES EM LISBOA:**

**JAMES RAWES & C<sup>o</sup> LTD. e E. PINTO BASTO & C.<sup>a</sup>, Lda.**

m/v HIGHLAND MONARCH	1 JAN.º	VIGO E LONDRES	Passageiros de 1. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> classes	E. PINTO BASTO & C. <sup>a</sup> , Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º Telefone 31581 (7 linhas)
m/v HIGHLAND PRINCESS	11 JAN.º	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> classes carga geral e de frigorífico	
m/v HIGHLAND BRIGADE	22 JAN.º	VIGO E LONDRES	Passageiros de 1. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> classes	
s/s ANDES	23 JAN.º	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1. <sup>a</sup> e 2. <sup>a</sup> classes carga geral e de frigorífico	JAMES RAWES & C. <sup>a</sup> , LTD. Rua Bernardino Costa, 47, 1.º Telefones 23232-3-4
s/s ALCANTARA	27 JAN.º	VIGO, CHERBOURG E SOUTHAMPTON	Passageiros de 1. <sup>a</sup> , 2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> classes e carga geral	

ENCADERNE OS VOLUMES I/XXXVII (N.ºs 1/140) COM AS CAPAS ESPECIAIS



# Companhia Colonial de Navegação

## SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

*Carreiras regulares para: Cabo Verde, Guiné, África Ocidental e Oriental, Brasil e América do Norte*

### Frota da Companhia em serviço e em construção

<i>Paquetes:</i>	Deslocamento Toneladas	Porte bruto Toneladas	<i>Navios de carga:</i>	Deslocamento Toneladas	Porte bruto Toneladas
«Pátria» (n. t.) . . . . .	19.173	10.943	«Amboim» (n. m.) . . . . .	13.114	9.419
«Império» (n. t.) . . . . .	19.173	10.943	«Benguela» (n. m.) . . . . .	12.303	9.347
«Mouzinho» . . . . .	14.150	8.200	«Lugela» (n. t.) . . . . .	12.250	8.340
«Colonial» . . . . .	14.120	8.136	«Pungue» . . . . .	8.750	6.356
«Serpa Pinto» . . . . .	13.020	5.412	«Lobito» . . . . .	5.970	4.278
«João Belo» . . . . .	12.080	7.540	«Pebane» . . . . .	4.105	2.797
«Guiné» . . . . .	6.130	3.250	«Quionga» . . . . .	4.105	2.778
			«Lunda» . . . . .	4.105	2.778
			«Chaimite» . . . . .	3.200	2.000
			«Nampula» . . . . .	3.200	2.000
<i>Navios de carga:</i>			«Búzi» . . . . .	3.080	2.062
«Luanda» (n. m.) . . . . .	13.790	9.820	«Sena» . . . . .	2.458	1.700
«Ganda» (n. m.) . . . . .	13.114	9.419			

*Rebocadores: «Monsanto», (n. m.), 850; «Oceânia», 350; Mafra, (n. m.), 310; «Mutela», (n. m.), 210; «Náutico», 200; «Catembe», 120; «Príncipe», 100. Total 2.040 toneladas de deslocamento. Além dos rebocadores, a Companhia possui o seguinte material auxiliar: 12 lanchas-motor, 8 batelões de alto-mar, 247 batelões de tráfego local, com um deslocamento de 15.000 toneladas e com um porte útil total de carga de 10.962 toneladas.*

Escritórios: LISBOA — R. de S. Julião, 63 — Tel. 30131 a 30138 — PORTO — R. Infante D. Henrique, 9 — Tel. 23342

# C. P.

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

UMA ASSINATURA

*representa sempre*

COMODIDADE E ECONOMIA

A C. P. TEM DIVERSAS MODALIDADES  
DE ASSINATURA

INFORME-SE NAS ESTAÇÕES



# *Livraria Luso-Espanhola, Lda.*

Telefone 24917

RUA NOVA DO ALMADA, 88

L I S B O A

Tr. do Carmo, 20-A, 1.º

Rua da Sofia, 78-1.º

Telefone 24076 — Porto

Telef. 2799—Coimbra

REPRESENTANTE EM PORTUGAL DAS  
SEGUINTE EDITORIAIS ESPANHOLAS:

EDICIONES ARS

JUAN BRUGER — EDITOR

EDICIONES MORATA

LIBRERIA SANTAREM

EDITORIAL APOLO

LIBRERIA SUBIRANA

EDITORIAL CIENTIFICO-MÉDICA

LUIS MIRACLE — EDITOR

EDITORIAL ORBIS

MANUEL MARIN — EDITOR

FRANCISCO SEIX — EDITOR

EDICIONES SPÉS

GUSTAVO GILI — EDITOR

REVISTA OCIDENTE

JOSÉ MONTESÓ — EDITOR

SALVAT, EDITORES S. A.

SERRAHIMA Y URPI

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS DAS  
SEGUINTE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

*Revista Clínica Espanhola, Actas Españolas de Neurologia y Psiquiatria, Revista Española de Cirugia, Cirugia del Aparato Locomotor, Archivos Españoles de Urologia, Revista de Pediatria, Archivos de la Sociedad Oftalmologica Hispano-Americana, Revista Española de las Enfermedades del Aparato Digestivo y de la Nutricion, Revista Española de la Tuberculosis, Revista de Odontolatria, Revista Española de Reumatismo.*

## BRASIL

### *Livraria Luso-Espanhola e Brasileira, Lda.*

Avenida 13 de Maio, 23 — Sala 414

R. 15 de Novembro, 200, 15.º

Edificio Darke—RIO DE JANEIRO

Sala 4 — SÃO PAULO

com os seguintes editores espanhóis:

EDITORIAL BOSCH, EDITORIAL CIENTÍFICO-MÉDICA, EDITORIAL DOSSAT,  
EDITORIAL ESPASA CALPE, EDITORIAL GUSTAVO GILI S. A., EDITORIAL  
MANUEL MARIN, EDITORIAL REVISTA OCIDENTE

## ESPAÑA

### *Editorial Científico-Médica*

Telefone 24206

JUNQUERAS, 8

BARCELONA

### *Livraria Científico Médica-Espanhola, Lda.*

Atocha 115

GRAN-VIA, 60

Moncloa 3

MADRID



# OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA  
MENSAL



# OBRAS - PRIMAS PORTUGUESAS

reproduzidas em *fac-simile* das I.<sup>as</sup> edições pela  
«REVISTA DE PORTUGAL»

## I — «OS LUSÍADAS» de LUÍS DE CAMÕES

Com Prefácio e Notas de *Cláudio Basto*

1 volume brochado — 40\$00. Encadernado — 55\$00

## II — «OS ÚLTIMOS FINS DO HOMEM»

PELO P.<sup>o</sup> MANUEL BERNARDES

COM PREFÁCIO E NOTAS DE *VIEIRA DE ALMEIDA*  
E ESBOÇO BIO-BIBLIOGRÁFICO POR *BARBOSA MACHADO*

Edição de 600 exemplares numerados de 1 a 600

*Em brochura* — 240\$00

N.<sup>os</sup> 1 a 100 — Todos impressos em papel offset

Em folhas — 260\$00. Com encadernação inteira de pele — 350\$00

## III — «CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL»

(ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI)

Leitura, Comentários e Glossário por *Elza Paxeco Machado*  
e *José Pedro Machado*

1.<sup>a</sup> edição integral, em tomos de 80 páginas de composição tipográfica e 16 de reprodução do Ms. — Assinatura de cada 5 tomos, a partir do 6.<sup>o</sup>, edição comum — 125\$00. Edição especial — 225\$00.  
Volume I, 408 pág. mais 80 de *fac-simile* — 150\$00 e 250\$00

Volume II — Em publicação



# OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA  
MENSAL

*Fundada em 1938*

DIRECTOR: ÁLVARO PINTO



VOLUME XXXVIII — 1950  
(JANEIRO A JUNHO)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — R. DE S. FÉLIX, 41-1.º, DT.º

TIP. DA EDITORIAL IMPÉRIO, LDA. — LISBOA



EDITORA EDITORIAL IMPÉRIO  
LISBOA







# EM PROL DA CULTURA

AOS SRS. DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA

Esta revista, que entra agora no Volume XXXVIII, Ano XIII, e tem raízes noutras começadas a surgir há 40 anos, realizou já, por si e pela Revista de Língua Portuguesa, uma obra editorial, que se exprime por cerca de três centenas de tomos e de volumes. Não se apresenta, portanto, a V. Ex.<sup>as</sup> sem título justificativo ou falta da necessária experiência.

---

Conhecem V. Ex.<sup>as</sup> muito bem o alto papel exercido pela Cultura na formação de Portugal, através dos oito séculos de sua existência. Ela orientou e ilustrou os Reis da 1.<sup>a</sup> Dinastia e deu-nos desde logo admiráveis Cancioneiros, fonte inesgotável de ensinamentos linguísticos, literários e históricos; trouxe-nos depois os Cronistas e o Cancioneiro Geral, o uso inteligente da Imprensa, os Livros de três Reis e a Ciência dos Descobrimentos.

Dilatados os horizontes e as audácias, já em contacto directo com o resto do Mundo, onde os Portugueses foram sempre com rumo deliberado, eis-nos em face dum breve mas esplendoroso Renascimento, prelúdio desse período áureo do Classicismo, em que haviam de atingir os mais altos cimos as figuras ímpares de Gil Vicente e Camões.

Quinhentismo, Seiscentismo tão mal julgado até hoje, a reacção das Academias ou Arcádias, Romantismo, Naturalismo — só criam raízes, só conseguem brilhar e perdurar em função da Cultura.

O Infante foi um produto genuíno da Cultura; e mercê dela é que tantos Professores portugueses ensinaram em Universidades estrangeiras e que a Língua Portuguesa se espalhou pelo Mundo, chegando a ser a Língua diplomática por excelência.

Só um Povo de elevada Cultura podia gerar um Poeta como Camões e só num ambiente excepcionalmente culto o genial Épico podia criar '*Os Lusíadas*', a Bíblia da Raça.

Mais que o ouro do Brasil e que as especiarias do Oriente, foi a Cultura dos nossos sábios, dos Vice-Reis e Capitães-mores, dos Missionários e Navegantes que espalhou por toda a parte o nome e a glória de Portugal.

A invenção da Imprensa foi um dos factores mais decisivos para a divulgação e aperfeiçoamento da Cultura. Pois também coube aos Portugueses a nobre tarefa de levarem a Arte da Imprimissão <sup>(1)</sup> aos mais remotos cantos do Planeta.

Na própria Política, na Administração, no Supremo Comando dos Povos — só conseguiram vitórias duradouras e indeléveis aqueles a quem a Cultura temperou a inteligência e dirigiu a acção.

---

(1) Leia-se o notável estudo de Américo Cortês Pinto: '*Da Famosa Arte da Imprimissão*'.



Temos o exemplo bem nítido e actual no ressurgimento do País pela mão de um Professor insigne.

---

Há quase um quarto de Século, toda a estrutura nacional tem sido remodelada e reconstruída no sentido de se criar para a Grei outro nível de vida, uma Paz sólida e a noção exacta de País à altura de suas tradições e destino imperial. Iniciou-se com êxito uma brilhante Política do Espírito, fizeram-se reformas do ensino, criaram-se muitas escolas, construíram-se edifícios, o Secretariado Nacional realizou em 16 anos de esforços persistentes viva obra de rara beleza e intenso optimismo renovador. Mas continua a faltar um largo plano de conjunto em que, desde o direito moral e material do Escritor até à pequena biblioteca rural — tudo se estimule e coordene em prol de vasta Cultura, sòlidamente garantida por merecidos diplomas que a libertem dos mil impecilhos que tanto a deprimem.

Não se pretende, decerto, que o Estado tome a si os encargos totais de iniciativas e empreendimentos que competem, principalmente, a Autores e Editores. Mas se ao Estado não cumpre a parte principal das actividades culturais, em sua mão está o poder criarlhes ambiente propício, condições vantajosas e caminhos fáceis.

Autores e Editores são os mais directos agentes da Cultura. Uns e outros, porém, se queixam da instabilidade em que trabalham, das amarguras com que se debatem. V. Ex.<sup>as</sup> conhecem bem tais abrolhos e por esse motivo é que estas palavras não precisam de mais enfeites para merecerem a atenção esclarecida e a compreensão plena dos Srs. Deputados da Nação Portuguesa.

Bastará, apenas, que enunciemos singelamente uma série de medidas, que supomos poderem impulsar decididamente as diferentes manifestações da Cultura mais acessível.

### PROPRIEDADE LITERÁRIA

Deve reformar-se quanto antes a Lei da Propriedade Literária, revogando-se a perpetuidade, que, além de anacrónica, traz para certos livros este sério inconveniente: enquanto em Portugal são perpétuos os direitos dos Autores falecidos desde 1877 em diante, podem as respectivas obras ser editadas no Brasil ao fim de 60 anos, embora não possa ser efectuada aqui a venda do que, ao abrigo dessa facilidade, se editar no outro lado do Atlântico. Convém harmonizar a nossa Lei com a brasileira, mesmo para que dentro do Acordo Cultural não surjam equívocos e susceptibilidades sempre de más consequências.

### BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

São as Bibliotecas e os Arquivos organismos fundamentais para a divulgação da Cultura.

Por motivos sem dúvida ponderosos, ainda não foi possível



construir para a Biblioteca Nacional de Lisboa o prédio apropriado às imensas preciosidades existentes na actual instalação. Tal demora causou já prejuízos consideráveis que, juntos às depredações ultimamente cometidas, em muito desfalcaram o valor intrínseco da nossa primeira Biblioteca. É de crer, porém, que as estâncias competentes tenham já estudos para salvação do que ainda existe e transformação daquele vetusto sarcófago de tantos milhares de obras raras em um laboratório vivo, com os atractivos que competem a uma verdadeira Casa de livros.

Depois da Biblioteca Nacional deve chegar a vez dos Arquivos da Capital e a seguir a das Bibliotecas e Arquivos em todos os Municípios. Ao lado da Escola devem estar a Biblioteca e o Arquivo com dotações convenientes. Urge terminar com as constantes circulares de Câmaras, Institutos e outros Organismos que, alegando falta de verbas, solicitam diàriamente dos Editores a oferta daquilo que constitui a sua fonte de receitas. Constituído o Instituto Nacional do Livro — só este deveria ser solicitado para semelhantes ofertas.

#### INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

É indispensável a criação deste Instituto, onde podia incorporar-se a Conservatória da Propriedade Literária e Artística, e que teria por funções principais:

a) Estudo do fabrico dos papéis, libertando-os imediatamente dos ónus e complicações que lhes causaram as Portarias em que se pretendeu normalizar um assunto que nada tinha de anormal e que só pode ser cabalmente resolvido entre fabricantes e editores sem a intromissão de técnicas teóricas, que, nesta experiência de 15 meses, produziram à Cultura desarranjos incalculáveis<sup>(2)</sup>;

b) Escolas de Artes Gráficas em Lisboa, Porto, e Coimbra. O progresso de todas as indústrias obriga a adiantamentos profissionais, que nas Artes Gráficas têm carácter excepcional. A maior parte das oficinas trabalha por palpite e sem organização;

c) Exposições nacionais e internacionais do livro. No País — de acordo com as autoridades locais, civis e militares. No Estrangeiro — de acordo com os Cônsules, que nunca se negam a trabalhos dessa natureza;

d) Defesa da Língua. É intuitivo que se considere factor primordial da Cultura o prestígio e a ilustração do Idioma. Na Imprensa, na Rádio, no Cinema — são constantes os enxovalhos escritos ou falados à boa linguagem. O Instituto munir-se-ia dos elementos e direitos necessários para coibir esses crimes de lesopatriotismo.

e) Relações com o Brasil e com a Espanha para um intercâm-

---

(2) Essa libertação está implícita nestas palavras do último Discurso do Sr. Presidente do Conselho: «O Governo tem de fazer a revisão urgente de tudo quanto se incrustou na regulamentação da vida económica por efeito de leis de condicionamento ou da iniciativa de organismos corporativos ou de coordenação, de modo a libertá-las das restrições e disciplinas que não sejam indispensáveis ao equilíbrio e defesa da economia no seu conjunto».



bio reflectido, documentado e eficiente em tudo o que diga respeito aos Acordos Cultural e Ortográfico, à expansão do livro e ao mecanismo de pagamentos.

f) Publicação de um Boletim bibliográfico, o mais minucioso possível, conselhos a Editores e Livreiros e organização de Congressos anuais de Escritores e Artistas;

g) Distribuição de livros às Bibliotecas existentes, contribuindo para a criação de outras com número apreciável de obras escolhidas e mantendo ofertas anuais àquelas que não conseguissem em suas localidades auxílios suficientes;

h) Emissão dum *Selo Cultural*, desenhado pelos melhores Artistas nacionais e que fosse, simultâneamente, um excelente meio de receita e um preito caloroso a todos quantos, desde os tempos mais remotos, contribuíram com seus livros ou obras de Arte para a Glória e imortalidade da Raça Portuguesa.

### OUTRAS MEDIDAS

Impostos mínimos para Editores e Livreiros, devidamente inscritos no respectivo Grémio, que precisa de ser remodelado, de forma a bem poder cumprir a alta missão que lhe compete.

— Direitos mínimos para qualquer tipo de papel importado com destino a livros, à semelhança do que se faz com os jornais.

— Diminuição de todas as taxas de transportes de livros e revistas e bem assim de cobranças em Portugal e Colónias.

— Estabelecimento do reembolso postal para livros e revistas entre Portugal e Brasil e com as Colónias que hoje estão fora dele, inexplicavelmente. Se em todas as Colónias é Portugal, não se compreende a série de diferenças que há dumas para outras.

— Aumento da verba estabelecida para livros no Acordo Comercial com o Brasil. Foi marcada a verba de 5.000 contos. Deve aumentar-se para 10 ou 12.000.

---

Muitas outras sugestões aparecerão no espírito dos Srs. Deputados que tenham a boa vontade de ler esta rápida exposição. Juntem umas e outras, ponderem o mérito do arrazoado e certamente se decidirão a ventilar um problema que é de interesse vital para a própria estrutura do Estado.

---

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

*Ordem de Serviço de 20 de Novembro de 1944*

*Recomendo que nos documentos a expedir por este Ministério os diversos Institutos e Serviços sejam designados por extenso, preterindo-se o confuso e inexpressivo sistema das iniciais. No «Diário do Governo» nenhum diploma será publicado com aquela forma de abreviação. — CAEIRO DA MATA.*

---



# PROBLEMAS DE HOJE

Por EZEQUIEL DE CAMPOS

X

## DESEQUILÍBRIO GERAL

Deixemos em paz os números perturbantes, e os seus gráficos. Quem se der ao trabalho de os ler e ponderar — um dilúvio de aritmética e a Torre de Babel de cogitações — conclui fatalmente que há um grande desequilíbrio na vida nacional.

*Na Economia.* — Não colhemos do nosso território a riqueza necessária para o nosso sustento e o nosso trabalho, embora tenhamos nele uma potencialidade excessiva por muito para a colheita da máxima parte daquilo de que precisamos.

Por isso pagamos caro às outras nações muitos alimentos e matérias primas para as artes e indústrias, e muitas manufacturas diversas que não fabricamos. De facto, abstraindo da expressão em dinheiro e de toda a barafunda na precisão dos seus números no *deficit* do *Comércio externo*, a tonelagem do que viemos comprando aos estrangeiros, em cada ano do século decorrente, daqueles artigos essenciais é muito grande.

Assim não fomos até hoje capazes de acabar com o desequilíbrio da nossa economia, por boa adaptação da gente ao território, expressa em normal conhecimento da sua riqueza potencial e dos processos de a aproveitar bem e quanto nos baste.

Por muitos anos viera dos juro da *Saudade* dos nossos emigrantes para o Brasil uma parcela quantiosa do equilíbrio da balança de pagamentos.

E como todo o mundo era nosso para por lá arranjar-mos a vida, atirámos para emigração o crescimento embaraçante da nossa gente: — de 1900 a 1930 emigraram talvez mais de um milhão de pessoas; isto é, a emigração metropolitana foi superior a dois terços do aumento de facto da população e jamais tivemos uma imposição temível de espaço vital que nos obrigasse à iniciativa, ao saber e à faina de aproveitarmos o que temos em casa... para não morrermos de fome.

Marte deixou cair na última guerra mundial grande quantia de divisas para encobrir completamente o desarranjo da nossa economia: que afinal se mostrou preocupante.

*Nas Finanças.* — Depois de muitos embaraços (e até alguma vergonha, que chegou ao alvitre da venda de Colónias), aprendeu-se a cobrar o quanto baste para o equilíbrio orçamental.

Desse modo por vinte anos temos tido *superavit*; e foram-se realizando muitos trabalhos públicos e melhoramentos anímicos e sociais que tanto têm beneficiado a Grei.



Mas ponderando-se o que falta fazer das fainas obrigatórias do Estado, ou que afinal têm de ser realizadas por intervenção financeira dele, se considerássemos a necessidade de já deverem estar, de há muito, em boa parte executadas — como todas aquelas que respeitam à riqueza florestal e à correcção do ambiente climático pela arborização, à rega dos campos e ao aproveitamento da energia hidráulica — concluiríamos que fundamentalmente tem havido um atraso custoso nas realizações, então exprimível por um desequilíbrio financeiro.

Note-se que quanto maior for a falta de sincronismo entre as obras *fecundas* e as necessidades *imperiosas* que elas satisfariam, maior será o desequilíbrio financeiro da sua efectivação. E como os recursos do Estado têm o limite da quota de riqueza individual e colectiva, vem a ficar na estrutura da vida nacional a incapacidade financeira para as tarefas fundamentais. No entanto, as 837 páginas do *Orçamento Geral do Estado* ainda não satisfazem modo de vida para a gente em barda (muita inútil) que procura alcançá-las.

*No Povoamento.* — Percorrendo-se o nosso recanto peninsular de Monção a Faro, e das praias atlânticas até à fronteira, vê-se que é muito diverso o povoamento: cidades, vilas e muitas aldeias com gente densa pelos campos nas terras ao Norte do Mondego, desde o mar até às serras que separam Trás-os-Montes e a Beira Alta; ao passo que no Alentejo há vastidões enormes desertas de gente, ou apenas com algumas casas agrícolas.

No Noroeste, 100 a mais de 200 pessoas rurais por quilómetro quadrado; enquanto no Alentejo não haverá ainda agora mais de 13 a 18 rurais. — Um grande desequilíbrio no povoamento (*'Problemas Fundamentais'*, pág. 171).

O ambiente geográfico é muito diferente das várzeas atlânticas e dos outeiros minhotos para as planícies alentejanas. Mas a este contraste natural junta-se a inconsciência do íncola, que não é capaz de colaborar para corrigir a ingratidão climática dando de beber à terra sequiosa para a tornar habitável. Assim pode muito bem deitar a culpa do deserto à Natureza: ainda hoje um *monte* mal divisando outro *monte* por muitas terras ao Sul do Tejo. E mesmo assim a gente rural é em demasia: há desemprego preocupante.

Por isso, na reunião dos lavradores, de 15 de Setembro passado, na Associação Central da Agricultura Portuguesa, se concluiu: «que a única solução adjuvante da restauração do equilíbrio da lavoura continental seria a intensificação da colonização ultramarina.» De facto, alguns alentejanos da agricultura querem ir para a África!...

Sem dúvida nenhuma, está de há muito a ser necessária a política de D. Sancho I, aperfeiçoada com o saber moderno, para povoar a metade Sul do nosso país e torná-la fértil de cereais, de gado, de queijo, de lã... de frutas e de madeira. Haveria assim destino feliz para muitas famílias nascentes que vão sentindo dificuldades de arrumação.



Por outro lado, se formos percorrer de olhos abertos as nossas Ilhas Atlânticas, e depois as de S. Tomé e Príncipe, a caminho de Angola e Moçambique, bem trilhadas pelos pés... até Timor, deduzimos que na vastidão enorme que temos por essas terras ultramarinas cabe muita mais gente do nosso recanto peninsular, a qual por lá devia continuar na faina de civilizar os indígenas, de lhes melhorar as raças e o bem-estar; ou seja, de colaborar com eles na produção da riqueza que a nós e a eles tão necessária é.

Quer dizer, pelo trabalho consciente da correcção dos nossos ambientes geográficos tão diversos pelo mundo, e pelo aproveitamento das potencialidades do território, nos abasteceríamos de tantos elementos necessários à vida e faríamos o aperfeiçoamento genético.

Desde antes da última guerra mundial ia pelo conjunto das nações a febre aguda do predomínio e da conquista. Resultara no aniquilamento de muitas pessoas, de muita riqueza, e no desarranjo e falta de entendimento das gentes. Graças à prudência governativa, ficámos sossegados, quase por completo, no nosso domínio.

Ora esse desarranjo que vai pelo mundo devia obrigar-nos a ponderar bem o plano de vida que nos assegurasse o máximo bem-estar e progresso, e o melhor convívio com as outras nações.

Para esse plano é necessário definir bem o que é essencial para a ventura da Nação.

Ora, relembando as precisões que tivemos, e pagámos bem caras, nos últimos dez anos, concluimos que é essencial alcançarmos cereais tanto quanto possível bastantes do nosso território peninsular, carne e outras substâncias alimentícias. E, das Colónias, açúcar, oleaginosas, farinha de pau, gado para carne... e os outros alimentos que nos faltarem. Também muitas matérias primas para as artes e indústrias, desde os couros e a borracha até às aduelas para as pipas e à piaçaba para as vassouras (v. alguns números no 'Ocidente' de Novembro passado). Precisamos de fazer ferro e aços sem perda de tempo; e de colher mais electricidade dos nossos rios.

Então é dever orgânico definir, o mais precisamente possível, o **sincronismo vital**: isto é o *alcançe efectivo do que é essencial ao mesmo tempo que surdem as necessidades imperiosas* — para que haja sempre dentro da nossa casa os recursos indispensáveis à vida. De tal forma, pouparíamos dinheiro (que talvez nos falte), e ficaríamos livres de embaraços perturbantes da ordem social.

Pondere-se bem que este sincronismo vital é demorado e difícil de alcançar em muitas parcelas fundamentais. De facto, a vida actual não dispensa muitas coisas que a Natureza só cria à força do decorrer de longo tempo. Note-se que o Homem faz um automóvel em poucos minutos... ou em poucos segundos de tempo, e uma grande central hidroeléctrica em quatro anos; mas a Natureza quer meio século para criar um castanheiro não muito grande... embora produza batatas em menos de três meses. E o



coqueiro ou a seringueira exigem mais de um lustro para darem copra e borracha.

Conclui-se que o plano da produção para o nosso abastecimento não se pode realizar *para a colheita* de muitas coisas senão com longa demora e uma vastíssima extensão inicial: o que mais ditatorialmente impõe que seja bem ponderado, para depois ser executado *com perseverança e tenacidade, e na escala necessária*, por muitos anos — como estrutural da vida da gente.

Também é indispensável *saber e prudência* na escolha de iniciativas a tomar em algumas tarefas: por exemplo, na preferência das obras hidroeléctricas. Basta a lição do que se está a fazer.

Embora seja vastíssimo e rico de tantas coisas o nosso domínio, escusamos de pensar na completa autarquia económica: continuaremos a comprar e a vender às outras nações mercadorias e serviços... e a pagar-nos da beleza e da hospitalidade da nossa terra.

Só assim, pela elaboração e realização dum plano político que assegure o mais depressa possível o sincronismo do alcance das coisas e serviços *em suficiência e perfeição* para as necessidades da vida de toda a nossa gente — *sendo máximo o quinhão proveniente do nosso trabalho no nosso território* — acabará, ou se tornará pequeno, o desequilíbrio geral da economia e das finanças *necessárias*; se arrumarão bem as gentes pelo nosso vastíssimo domínio; e teremos bom convívio com as outras nações, e comércio com elas proveitoso à humanidade.

A lei da reconstituição económica, n.º 1.914, de 24 de Maio de 1935, registou um plano triquinquenal, cujo período está prestes a terminar. Por ela não se fizeram, em escala suficiente, vários trabalhos *essenciais*; outros, como a electrificação de caminhos de ferro, nem foram mencionados; também não foi realizado crescimento bastante na produção de muitas coisas necessárias. — É então bem oportuna a tarefa de reajustar aquela lei aos termos da política racional que assegure a máxima acção na riqueza, no bem-estar, no destino da gente em modo de vida proveitoso e indispensável, na paz social e no valor nacional.

GIL VICENTE TROVADOR — MESTRE DA BALANÇA

## VIDA E OBRAS DE GIL VICENTE

por ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE

2.ª edição com 19 estampas fora do texto

A MAIS NOTÁVEL OBRA ATÉ HOJE PUBLICADA SOBRE O GENIAL  
FUNDADOR DO TEATRO PORTUGUÊS

1 VOLUME DE 634 PÁGINAS — 80\$00 (últimos exemplares)

— EDIÇÃO DA REVISTA «OCIDENTE» —



# DA AUSÊNCIA MIRACULOSA

Incerta é a Vida; incerto, o instante...

Essa rosa de seda e mármore, de lindo  
Esplandecer, toda em louçãos  
Brincos de Abril, aroma penetrante,  
Morreu, desfeita, em minhas mãos,  
Quando a colhi; morreu,  
No mesmo instante em que, sorrindo,  
Me entremostrara o Céu!

Esta imagem do inquieto pensamento,  
Que, de surpresa, acode e me fascina,  
Vou a fixá-la e já se vai no vento,  
E, no vento, saudosa, peregrina...

Quando falamos,  
É para além de nós,  
Que, súbito, escutamos,  
Nos ecos, longe, o mar da nossa voz...

Tudo nos foge e deixa,  
No pó da estrada, míseros, a olhar:  
Seja estrela a nascer... sonho a florir...  
Música em fumos de perdida endecha...  
Nuvem, que doira o ar...  
Partir! Partir! Não há senão partir!

Quero ter o sentido,  
Quero apreender o fim  
Do que me cerca... (e o imaginar cansa, vencido!)  
Sei lá quem sou, quando reparo em mim!



Este instante que passa, este instante que passa,  
Fulge e apaga-se... existe e não existe...

— Presença, és outra forma da Ilusão,  
Cega miragem, no deserto triste!

É só na Ausência  
Que a Vida se revela, em sua essência...

A Ausência é luz, espírito, da Graça,  
Manhã de Anunciação!

MÁRIO BEIRÃO



J.B.

999



# A ESCOLA AQUITÂNICA

## OS ESTUDOS E A DISCIPLINA

Por ALFREDO DE CARVALHO

### IX — O REGULAMENTO AQUITÂNICO E O REGULAMENTO DE SANTA BÁRBARA

Já se tem afirmado que o Colégio de Guiana, na sua organização e funcionamento, tomou por modelo o de Santa Bárbara, não só porque a fundação deste precedeu a daquele <sup>(124)</sup> e portanto trouxe os resultados duma experiência aos que se incumbiram de criar o novo Colégio em Bordéus, mas também porque a partir de certa época os professores se recrutaram no famoso Colégio Parisiense.

A influência dos Barbistas <sup>(125)</sup> acentuou-se mais vigorosamente com a vinda de André de Gouveia que se fez acompanhar dum escol de professores tirocinados em grande número no Colégio de Santa Bárbara <sup>(126)</sup>. Adaptou-se em Bordéus o regime escolar desde as normas de ensino às prescrições disciplinares, porquanto os professores transferidos não se esqueceram do sistema pedagógico em que se formaram e do ambiente de severa disciplina a que se habituaram. Desta forma, o figurino barbista, trazido e defendido por um grupo de Mestres eminentes, manteve-se na Escola Aquitânica quase íntegro e puro.

Algumas deformações sofreu, mas estas serviram mais para mitigar os rigores da disciplina <sup>(127)</sup> e humanizar o ensino do que para alterar pròpriamente a didáctica ou o plano geral dos estudos. Afora as deformações sofridas, o sistema barbista cuja base era o ensino do Latim, ficou na verdade a base do sistema implantado por Gouveia e pelos seus insignes colaboradores.

No entanto, entre os dois Regulamentos notam-se analogias e divergências — aquelas mais numerosas do que estas.

---

<sup>(124)</sup> O Colégio de Santa Bárbara foi fundado em 1430. O da Guiana data de 1533, um século mais tarde.

<sup>(125)</sup> A influência dos Barbistas é acentuada por J. Quicherat e entre nós por Teófilo Braga. Ao passo de Quicherat alusivo ao assunto mais adiante nos havemos de referir.

<sup>(126)</sup> Professores tirocinados em Santa Bárbara: — António de Gouveia, Nicolau de Grouchy, Diogo de Teive, Guérente e J. Gelida.

<sup>(127)</sup> A disciplina introduzida em Santa Bárbara distinguia-se pela sua severidade e depois de anos de experiência houve quem julgasse bom amaciar-lhe as asperezas.



a) O ensino do Latim foi nos dois Colégios o centro de toda a actividade escolar.

Acima de tudo cuidava-se de formar latinistas, capazes de entender, escrever e falar o Latim e de preparar espíritos segundo o ideal do tempo. Os Barbistas e os Bordeleses deram ao Humanismo europeu alguns dos seus mais talentosos e eruditos pensadores. Os estudos latinos desses Colégios abriram os largos caminhos da nova Cultura clássica <sup>(128)</sup>.

b) Os preceitos fundamentais da didáctica, segundo os dois Regulamentos, não divergem na sua essência, apenas em um ou outro pormenor. Significa isto que já no limiar do Século XVI os pedagogos haviam atingido um alto grau nos seus métodos de ensino, os quais a respeito do Latim infelizmente se puseram de lado. Em Bordéus, sob André de Gouveia, ensinou-se como em Santa Bárbara, embora com menos intensidade. As fases que se notavam na marcha da lição e que ainda hoje os melhores didactas aconselham eram seguidas fielmente nos dois Colégios. A este respeito os dois Regulamentos exprimem-se no mesmo tom.

c) O uso do caderno de notas sobre os textos explicados verifica-se igualmente nos dois regimes escolares, num como regra estabelecida e noutra como remédio de inconvenientes verificados no trabalho docente. É que no Colégio Parisiense, até certa data, a exposição e a argumentação não deveriam ditar-se; e porque se verificaram os inconvenientes do processo, o Cardeal d'Estouville <sup>(129)</sup>, na reforma universitária de 1452, permitiu que parte da lição se ditasse.

d) Conserva-se perfeita analogia no que se refere às disputas nas aulas e às disputas públicas, nas quais se exercitava o poder de argumentação dos alunos que nelas intervinham. Nos dois Regulamentos não se deparam diferenças na forma por que as disputas se organizam, se executam, se orientam e se dirigem nem ainda nos objectivos que se procuram atingir. Nos dois Regulamentos este exercício escolar considera-se no mesmo plano da vida escolar <sup>(130)</sup> e confere-se-lhe uma progressiva amplitude. Certo é que os Barbistas praticaram mais intensamente este meio de instrução e com maior fervor o louvaram <sup>(131)</sup> — maior do que, na opinião de Quicherat, o exercício em verdade merecia <sup>(132)</sup>.

e) As actividades circum-escolares, como festas, composições

<sup>(128)</sup> Eis os nomes de alguns Escritores educados nos Colégios: Montaigne, Francisco Sanches.

<sup>(129)</sup> «Cela ayant été autorisé en principe par le Cardinal d'Estouville, lorsqu'il réforma l'Université en 1452, le règlement exécutif se fit attendre encore quarante ans. On convint en 1491 que la petite classe du matin serait consacrée à la dictée». (*Hist. de Sainte Barbe*, cap. X, Liv. I).

<sup>(130)</sup> «La dispute était le moyen d'instruction le plus efficace qu'on connaît». (*Ibidem*).

<sup>(131)</sup> «Aussi, à mesure qu'on avançait, prenait-elle une place plus grande dans les études». (*Hist. de Sainte Barbe*, cap. X).

<sup>(132)</sup> «Tant de disputes avaient pour effet d'aiguiser singulièrement les esprits, de les rendre imperturbables à l'attaque et prompts à la riposte». (*Hist. de Sainte Barbe*, cap. X).



literárias julgadas em concurso, encontram-se regulamentadas de maneira análoga, o que nos leva a crer que as experiências de Santa Bárbara, coroadas de êxito, não foram esquecidas entre quantos nelas participaram como elementos activos ou simples orientadores. Também os dias aristotélicos (os dias das sabatinas) mereceram nos dois Regulamentos uma consideração análoga.

Quicherat não foge a reproduzir a crítica áspera que Vivés, professor da Princesa Maria de Inglaterra, escreveu contra o abuso das disputas e das sabatinas <sup>(133)</sup>.

O Regulamento Gouveiano porque veio mitigar os rigores da disciplina e humanizar o ensino, distingue-se, a uma leitura atenta, do que se adoptou em Santa Bárbara. Não são numerosas as diferenças de regime, mas afiguram-se-nos de certa importância.

a) Os Barbistas impunham um trabalho lectivo mais austero ao qual os Bordeleses amaciaram as arestas mais severas. Se aqueles obrigavam os estudantes a um excessivo número de aulas por dia e alongavam demasiado a duração de cada tempo lectivo <sup>(134)</sup>, estes limitavam-se mais humanamente e suprimiam com doce benignidade todos os exageros. O ensino ministrado por estes não incluía, nem para mestres nem para discípulos, tarefas incomportáveis. Os Barbistas, segundo o seu regime, arrancavam os estudantes cedo demais para os reunir em aulas ainda em plena madrugada. Tão longe não foram as exigências dos que governavam o Colégio Aquitânico.

b) Os Barbistas fixaram em uma hora o tempo destinado a exercícios de aplicação que se seguiam às principais aulas matinais e vespertinas <sup>(135)</sup>. Compreenderam os Mestres de Bordéus a conveniência de reduzir esse tempo lectivo; e, porque o compreenderam, essa redução tornou-se norma regulamentar desde o governo de André de Gouveia.

À redução das unidades lectivas virá juntar-se mais esta nova mudança ditada por um saber feito de experiências e por um doce espírito de moderação.

c) O Regulamento de Santa Bárbara estabelecia uma aula após a refeição principal para leitura de poetas e de oradores latinos <sup>(136)</sup>. A *Schola Aquitanica*, no intuito de não sobrecarregar o dia escolar, suprimiu a aula de leitura e substituiu-a por uma hora de revisão ou de exercícios.

Leva-nos isto a crer que os Mestres vindos de Santa Bárbara

<sup>(133)</sup> «Vivés, l'instituteur de la princesse Marie d'Angleterre, que notre Université compta d'abord au nombre de ses suppôts, a reproduit avec un comique achevé une interrogation du genre de celles qui devenaient matière de dispute» (*Hist. de Sainte Barbe*, cap. X).

<sup>(134)</sup> Havia cinco tempos de aula, dos quais dois duravam três horas cada um e três apenas uma hora. A aula matinal das 8 e a da tarde das 15 eram as mais longas.

<sup>(135)</sup> «Elle était suivie d'exercices auxquels on se livrait, sans quitter les salles, jusqu'à 11 h. l'heure du dîner». (*Ibidem*).

<sup>(136)</sup> «... puis un repos d'une heure, qui était rempli par la lecture publique de quelque poète ou orateur, pour ôter au diable, dit Robert Goulet, l'avantage de trouver les esprits inoccupés.» (*Ibidem*).



para o Ginásio Aquitânico não julgaram proveitosa essa aula de leitura de autores antigos, que afinal já se incluíam no programa do ensino e no plano dos estudos.

d) A severidade disciplinar dos Barbistas ia até o extremo de só duas vezes por semana consentir recreios livres, recreios no verdadeiro sentido, porquanto habitualmente os recreios ocupavam-se com exercícios de devoção <sup>(137)</sup>.

Entre os Bordeleses havia recreios todos os dias, durante os quais os estudantes se divertiam em relativa liberdade. Assim eram diferentes os conceitos de disciplina de Paris e da Guiana.

e) A mesma severidade dos Barbistas se fazia sentir no aproveitamento dos dias de festa, durante os quais se repetiam exercícios de piedade e se atraía a atenção dos estudantes para lições recreativas à margem dos programas, a fim de impedir que a ociosidade ou a má aplicação do tempo corrompessem os espíritos dos jovens abandonados a si mesmos <sup>(138)</sup>.

f) Indicam-se no Regulamento de Santa Bárbara como boas práticas escolares os passeios recreativos semanais nos arrabaldes de Paris <sup>(139)</sup>, ao passo que nenhuma referência se depara no Regulamento Gouveiano a semelhante meio de distração.

Por seu turno neste considera-se à luz dum salutar critério pedagógico o ensino particular posto em face do ensino oficial e a ponto tão importante (ainda nos nossos dias ponto delicado de orgânica do ensino!) nada se alude nas regras seguidas entre os Barbistas.

g) No plano das festas escolares, a diferença dos Regulamentos consiste em que as normas dum são muito mais minuciosas, mais explícitas do que as do outro. Quicherat, ao resumir o Regulamento de Santa Bárbara neste ponto, cita a *Schola Aquitânica* <sup>(140)</sup> donde é legítimo inferir que a experiência aquitânica neste domínio circum-escolar foi mais completa e mais perfeita, como perfeitas e célebres as tentativas do teatro escolar.

Estas as diferenças que se notam nas duas regras de ensino; uma estabelecida em Paris e outra em Bordéus entre meados do Século XV e meados do Século XVI.

Concluindo: — O Regulamento Gouveiano, ainda que inspirado no dos Barbistas, não introduziu inovações na didáctica nem porventura no plano geral dos estudos, onde o Latim e o Grego

<sup>(137)</sup> «Les récréations, dans le sens où nous l'entendons, n'avaient lieu que le mardi et le jeudi». (*Hist. de Sainte Barbe*, cap. X, Lib I).

<sup>(138)</sup> «Les fêtes, quoique infiniment nombreuses, n'avaient pas sur les études l'effet désastreux qu'elles produisent aujourd'hui. La plupart se passaient en exercices de dévotion et en leçons d'agrément sur des sujets étrangers au programme universitaire». (*Ibidem*).

<sup>(139)</sup> «Ces jours-là ... on les menait promener au Préaux-Clercs, à travers les herbages qui bordaient la rive gauche de la Seine au-dessous de Paris». (*Ibidem*).

<sup>(140)</sup> Aludindo às *Ludovicalia*, escreve Quicherat: — «Nous en parlons ici avec d'autant plus d'à propos qu'elle est inscrite dans le règlement d'un collège établi par un Barbiste et sur le patron de Sainte-Barbe». (*Ibidem*).



tomaram posição primacial e as disputas e as sabatinas foram exercícios escolares muito estimados; todavia no campo da disciplina ele trouxe modificações de vulto todas conducentes a um abrandamento de exigências e a uma diminuição de rigor.

A Regra dos Barbistas tinha em menos respeito a pessoa humana do que a de Gouveia. Uma foi escrita para homens acima do humano; a outra foi pensada e imposta a homens tal como eles são.

Uma foi mais bafejada de espírito pedagógico: a outra mais contaminada de rigorismo disciplinar — compressivo e repressivo.

Uma foi criação medieval. A outra nasceu no novo clima do Renascimento.

## X — A ESTRUTURA DO REGULAMENTO

Abre o Regulamento com um prólogo não muito extenso que Vinet escreveu e dirigiu ao leitor. Ao prólogo segue-se o capítulo mais importante da obra que na história do ensino na Europa assinalou uma época notável e cuja leitura ainda nos nossos dias seria proveitosa para os que se dizem inclinados para os problemas da Cultura.

Sob o título «*Docendi ratio in ludo Burdigalensi*» o Autor apresenta o plano de estudos adoptado, o programa das disciplinas, os escritores antigos latinos escolhidos, os livros e as edições escolares que conviria ler, explica com cuidada minúcia os métodos a empregar, considera e aprecia os meios educativos a que recorrer, estabelece o horário de aulas e a marcha normal da lição no estudo do Latim.

No mesmo capítulo, o mais longo e o mais bem informado, se regulam os exercícios escritos desde a sua preparação à graduação e desta à correção; aí se orientam as revisões de matéria em disputas ou em sabatinas e se indicam textos de assunto religioso que iluminem a inteligência do cristão, lhe aqueçam o coração e lhe fortifiquem a vontade.

Já Gouveia pensou e sentiu o valor educativo do texto e encontrou no Latim matéria aproveitável.

A *Ratio docendi*, na primeira parte em que se trata do ensino elementar de Humanidades, dá-nos com perfeição inexcelável a didáctica do Latim desde as aulas de iniciação tão curiosas e tão difíceis até as lições de Retórica colhidas na leitura dos Poetas e dos Oradores.

Supomos que se recolheram na *Ratio* as conclusões duma longa e paciente experiência de ensino em que intervieram os melhores professores da época em França <sup>(141)</sup> e dos quais André de Gouveia teve a ventura de se rodear.

---

(141) É bem conhecida a autoridade dos didactas do Latim na época do renascimento e sabe-se como alguns deles intervieram, junto de Gouveia, na elaboração da *Ratio docendi* do Regulamento. Vinet não se esqueceu de o salientar.



Não escapou ao Autor, na sequência das regras do ensino, que o aluno não pode ser ofendido gravemente na sua personalidade e que por isso o professor é obrigado, por força do cargo, a respeitá-la e nunca contrariar o seu desenvolvimento. Nem o texto que se oferece ao aluno nem a acção do mestre, em exercício docente, atinjam a dignidade pessoal na manifestação de predilecções, de qualidades afirmativas e de capacidades em embrião ainda, que o decorrer do ensino provoque: muito o recomenda o Principal.

A *Ratio docendi* vai até essas fronteiras de problemas que os nossos educadores do Século XX se envaidecem de haver resolvido ... com as suas experiências <sup>(142)</sup>. Será este, estamos em crer, o primeiro Regulamento pedagógico em que tão altos assuntos se consideraram à luz dum critério novo e quase revolucionário. É aí que reside a sua maior originalidade.

Quanto mais mergulhamos na leitura e na meditação de quanto nos dá a conhecer, mais compreendemos a grandeza da obra dos Mestres Portugueses em França e mais nos convencemos que no ensino as nossas experiências de hoje são até certo ponto experiências dos antigos repetidas à moderna.

A par das regras didácticas do Latim, o primeiro capítulo da *Schola Aquitanica* compreende um curso complementar de dois anos e que se bifurca em curso de Filosofia e Curso de Física.

Os estudantes que os seguiam chamavam-se os *Lógicos* ou *Dialécticos* e os *Físicos* — hoje chamar-se-iam de Letras e de Ciências.

No fim da *Ratio docendi* encontram-se normas relativas às lições públicas, às discussões de teses, aos certames literários e às grandes festas escolares <sup>(143)</sup> no decurso das quais se distribuíam os prémios aos alunos laureados e se lhes impunha o boné escolar <sup>(144)</sup>.

Assim a matéria didáctica enche o primeiro capítulo que, sob diversas epígrafes <sup>(145)</sup>, distingue os programas, e métodos de ano para ano nos cursos — o geral e o complementar.

Ao segundo capítulo menos extenso e menos interessante, no qual se considera o problema da disciplina escolar, dá-se o nome de «*Statuta Gymnasii Aquitanici*».

André de Gouveia, segundo informa Vinet, tinha composto dois quadros em que se expunha o Regulamento interno do Colégio, os quais mandara pendurar na ante-câmara do seu gabinete e nas colunas do salão para que mestres e alunos o conhecessem e o observassem rigorosamente <sup>(146)</sup>.

<sup>(142)</sup> O aproveitamento das vocações, o respeito das tendências e a sua valorização, os princípios da orientação profissional, transparecem em passos e normas do Regulamento.

<sup>(143)</sup> É muito desenvolvida a referência às actividades circum-escolares, e em particular as *Ludovicalia*.

<sup>(144)</sup> «Duo denique ex omnibus victores declarantur praemioque decoratur uterque, pileo scholastico». (*Ibi. Sch. Aqui.*).

<sup>(145)</sup> As classes são designadas: — *Decimus Ordo*, *Nonus Ordo*... etc. As classes superiores denominam-se *Philosophiae Doctores*.

<sup>(146)</sup> Dua autem composuerat tabulas Gouveau de scholae suae dis-



As disposições de ordem geral que o Autor denomina *Statuta* seguem-se sob a epígrafe «*De Paedagogis*» as relações entre o ensino oficial e o ensino particular, e a indicação dos dias festivos e feriados com a distinção entre os festivos maiores e os menores e por fim as alterações produzidas no serviço lectivo por força das festas e dos feriados.

Esta é a estrutura do Regulamento Gouveiano. Ele nos trouxe a noção da cooperação escolar em cima e em baixo, nos professores e nos alunos, e nos permitiu vislumbrar que a disciplina não é obra dum mas trabalho de todos, não é ordem que se imponha à força mas resultado natural dum entendimento perfeito e duma colaboração bem aceite.

Ideias que nos parecem novas e que, no entanto, já há quatro séculos informavam um Regulamento de estudos!

E de tantas ideias que continuam a defender-se por esse mundo além e que por vezes as duras realidades desmentem, a ideia do respeito que se deve ao Mestre pela nobreza do seu ministério é pela vida austera a que o submetem, inspira e domina o sistema educativo de Gouveia através da *Schola Aquitanica* que o divulga e o lembra <sup>(147)</sup>.

Razão tinham as autoridades de Bordéus quando, reunidas sob a presidência de Miguel Montaigne na sessão tão notável de 10 de Setembro de 1583, proclamaram a superioridade do Regulamento do Colégio e compreenderam a necessidade de o imprimir e divulgar.

Com justificado fundamento o prof. Massabieau o apreciou como um dos mais importantes documentos para a História da Instrução Pública em França. É que, embora quase quatro séculos tenham decorrido sobre a publicação, muitas coisas trouxe no campo pedagógico que sucessivas experiências consagraram e que ainda hoje se mantêm adaptadas embora a novas condições da vida moderna.

---

ciplina quae in aedium suarum vestibulo et majoris triclinii pilis pendebant» (*Ibidem*).

<sup>(147)</sup> «*Ita quotcunque praeceptores in Schola Aquitanica erant, totidem gymnasiarchas habere se pueri putabant et reverebantur qui qualibet ex parte observarent, quid toto gymnasio ageretur*». — (*Sch. Aquit.*).

---

## OBRAS DE EZEQUIEL DE CAMPOS

editadas pela revista 'OCIDENTE'

'O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA' — 1 volume de 312 páginas com numerosos mapas e gráficos (2.ª edição) .....	50\$00
'PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES' — 1 volume de 232 páginas, com bastantes mapas e gráficos .....	30\$00

---



EVOCAÇÃO HISTÓRICA DA FUNDIÇÃO  
E INAUGURAÇÃO DA

# ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ

*Pelo* CAPITÃO ANTÓNIO DIAS

Como neste final de ano de 1949, se pôde ver fundir a Estátua Equestre de D. José I, tirá-la da casa da fundição, colocá-la no carro de transporte, admirá-la à entrada da Rua do Paraíso, vê-la, depois, caminhar, até ao Terreiro do Paço, assistir à subida ao pedestal e, sobre este, reparar que ia ficar levemente inclinada, para o lado esquerdo, no dia 26 de Maio de 1755, através de duas peças de porcelana, inventada pelo Fundidor Bartolomeu da Costa a 1.<sup>a</sup> e feita por João de Figueiredo; criada a 2.<sup>a</sup> pelo Inspector da Fábrica de Loiça do Rato, Francisco A. Raposo; e isto sem sair do Arquivo Histórico Militar, foi tarefa pacientíssima de Ferreira Lima, que reuniu, numa caixinha, enegrecida, de folha de Flandres, esta realização cinematográfica, acompanhada de recortes de jornais e manuscritos, obtidos dos Alfarrabistas e devidamente catalogados nas respectivas Secções, nesta mole de pedra, do palácio brasonado dos Condes de Resende, que mal se compreende que tivesse podido sofrer qualquer dano, numa investida popular, quando do ocaso do regime absolutista.

A primeira peça comporta a seguinte legenda: «MAQUINA, COM QUE SE SUSPENDEO ELEVOU POR HUM ANGULO RECTO FORA DA CAZA DA FUNDIÇÃO, PARA SE POR NO CARRO DE TRANSPORTE, A REAL ESTATUA EQUESTRE DE S. MAGESTADE FIDELISSIMA O SENHOR D. IOZE PRIMEIRO FUNDIDA DE HUMA SO VES SEM A MENOR FENDA EM A REAL FUNDIÇÃO DE ART.<sup>ra</sup> NA INTENDENCIA DO THEN.<sup>te</sup> GENERAL DA ARTR.<sup>a</sup> DO REINO MANOEL GOMES DE CARV.<sup>o</sup> E SILVA, INVENTADA PELLO BRIGADEIRO BARTHOLOMEU DA COSTA, O PRIMEIRO, QUE EM PORTUGAL ACHOU PORCELANA E DESCOBRIU ESTA NO MESMO TEMPO EM QUE IDEAVA E CONTINUAVA O TRABALHO DE FUNDIR A REAL ESTATUA».

Na outra face, vem o desenho da máquina, em relevo e a legenda: «*Suspendida em 20 de Mayo. Aberta com assistencia e desenho do inventor, em 1775*».

Do lado direito se vê a legenda, em sentido perpendicular: «*Fundida em 15 de Outubro de 1774, colocada em 26 de Mayo de 1775*».

Existe outra igual no Museu da Cidade assim descrita: «em biscoito, constituída por um retangulo, com moldura, tendo na parte superior, um remate em estilo da época de D. José. No anverso representa a estatua equestre o aparelho, com que foi levantada e colocada no carro que a transportou para o Terreiro do Paço, vendo-se, a um lado, um anjo, tocando trombeta; em dois



listeis, leem-se as legendas alusivas á fundição e colocação da estátua e na parte inferior, uma terceira, alusiva á medalha «*Aberta com assistencia e desenho do inventor, 1775*».

No reverso contém dentro de *cartouches* uma legenda alusiva à fundição da estátua e à invenção da porcelana de Bartolomeu da Costa e na parte superior os seguintes dizeres: «*Lisboa gravada no Arsenal R. do Exercito por João de Figueiredo*». Porcelana de Bartolomeu da Costa, cunhos de João de Figueiredo. Dimensões 0,112×0,067<sup>m</sup> (1).

Num medalhão do mesmo produto se vê a Estátua Equestre, com a seguinte legenda: «*REAL ESTATUA EQUESTRE DE S. MAGESTADE FIDELISSIMA. D. JOSÉ I, DESCOBERTA POR BARTOLOMEU DA COSTA, NO ANNO DE 1775, FEITA POR F. A. RAPOSO, EM 1834.*» Junto destas duas peças encontram-se, também, feitas de igual substância, quatro camafeus, sendo um de D. José, com guarnição de prata e duas medalhas, bem como um camafeu de massa acizentada.

Importa agora conhecer F. A. Raposo, pelo que nos socorremos de Sousa Viterbo, em cujo Dicionário o fomos encontrar, com duas patentes da sua invenção, atinentes ao fabrico de louça. Sabido que se tratava dum militar, havíamos de ter o seu processo e nele os elementos para o descrever, e, de facto, Ferreira de Lima lá os havia posto. Neles se vê que fazia parte de uma plêiade de homens que honraram a Engenharia Militar, definida nestas palavras: «*Hé difficil acreditar como estes officiais, tão conhecidos pela sua instrucção, e notório prestimo, pelo feliz desempenho de todas as incumbencias de que forão encarregados, ficassem, depois do falecimento de seu tio, o Mestre, sete annos sem serem empregados em cousa alguma, como se fossem individuos inuteis á Nação ou criminosos. Quanto pode a inveja e ciume dispoticos....!*» Trata-se dos três irmãos: José António Raposo, Ricardo Luís António Raposo e Francisco António Raposo.

Este, que fabricou uma das peças que descrevemos, continuamos a vê-lo pelo manuscrito a que nos referimos, com mais um invento importantíssimo, a *Maquina para cavar*, que na época era surpreendente visto poder cavar lodo, até à profundidade de 30 palmos.

Mas o tempo urge e vamos continuar, acompanhando o jornalista que espia a obra da fundição da Estátua.

Estamos em Agosto de 1774, no dia 26, na casa da fundição e podemos ver o núcleo vermelho e a forma muito escura, depois de se abrirem todos os respiradouros, com o fim desta esfriar, ficando, porém, a porta da grelha sempre fechada.

---

(1) Esta peça é obra do Gravador Aveirense João de Figueiredo, que para Lisboa veio empregar-se, como gravador da Real Fundição do Arsenal do Exército, aos 24 anos. É o autor de dois camafeus que temos à vista. Vem descrita na '*Memória das Medalhas e Condecorações Portuguesas*', gav. 53 e 59.

Foi Professor duma escola que teve muitos discípulos.

Informação obsequiosamente prestada pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal.



No dia 27, abriram-se todos os respiradouros, para a forma esfriar.

No dia 30 deste mês, o núcleo ainda se conservava vermelho escuro.

No dia 1 de Outubro, iniciou-se a demolição do muro de recozimento; o núcleo conservava-se ainda escuro, aparecendo a forma sem qualquer defeito.

Dia 2: observado pela vigia do peitoral, o núcleo estava ainda vermelho, as braçadeiras do lado, debaixo da cabeça do cavalo, queimadas e os tijolos, afastados, no sítio dos ferros.

Nova visita, no dia 3, em que se verificou que a ferragem de baixo estava quase inteiramente comida. No dia 4, começou-se o *massame* que só terminou no dia 11, ficando à altura das últimas cavilhas, enchendo-se de terra o resto da cova.

Junto do ferro, para derreter o metal encontravam-se 66 quintais de cobre de Bristol, 2 arrobas e 21 arrateis, do da Suécia, 33 quintais, 1 arroba e 11 arrateis, de Tutanaga, 25 e 20 de metal de sinos.

No dia 12, começou de enfornar-se todo este metal; no dia 14, à 1,30 da tarde, pegou-se lume ao combustível e no dia 15, às 8,30 da noite, o metal liquefeito começou a correr através dos *gitos*, para dentro da forma, sem que fizesse estrépido, sinal de que se estava a operar uma boa fundição.

Só no dia 1 de Novembro principiou a despegar-se o barro exterior da forma, ficando livre de todo ele no dia 18. Foi depois exposta ao público, no dia 3 de Novembro. Antes desta data, foi vista pela Corte. Durante a visita, Machado de Castro, que também assistia, sofreu um pequeno desaire, pois, havendo a Estátua sido vista na cova com luz defeituosa, a Rainha exclamou: *O Rosto está horrendo*. Isto aborreceu o Artista, que contava com louvores, que não recebeu.

No dia 20, retiraram-se todos os gitos, ventos, esgotos e vigias, e assim se conservou, até ao dia 6 de Fevereiro, dia em que o metal da Estátua começou a tornar-se amarelo, para que toda a gente pudesse contemplar a maravilhosa obra da Estatuária nacional.

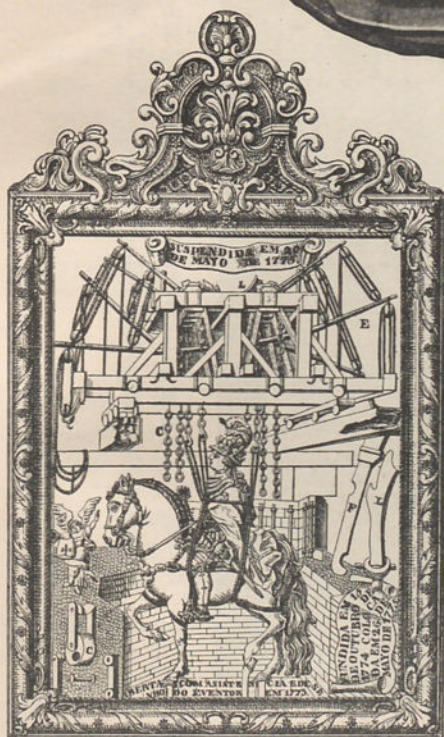
No dia primeiro de Abril foi recebida a ordem, para que a Estátua fosse tirada da cova e então é que se ideou a máquina própria, que só ficou pronta em 20 de Maio. Entretanto, deu-se tempo a que o metal se fizesse inteiramente amarelo.

Naquele dia, às três horas da tarde, começou de suspender-se a Estátua que esteve mais de hora e meia suspensa, esperando a chegada do Marquês de Pombal, e depois gastou-se a noite inteira, para se colocar no carro de transporte.

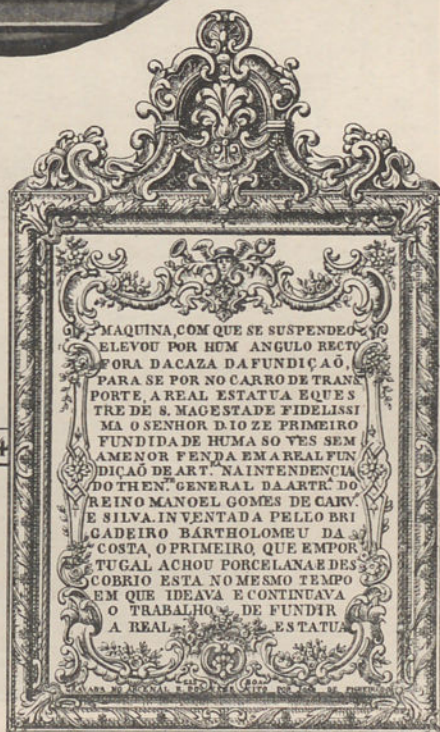
Dia 22, pelas 6 horas da tarde, começa o carro a sua viagem.

Vêm-no puxando, à frente, o Juiz do Povo, os Deputados da Casa dos 24, todos os eleitos das Bandeiras e os Oficiais e mais para trás os operários do Arsenal. Este pomposo cortejo caminha lento, razão por que era já noite, quando a frente atingiu a Rua do Paraíso, onde ficou.





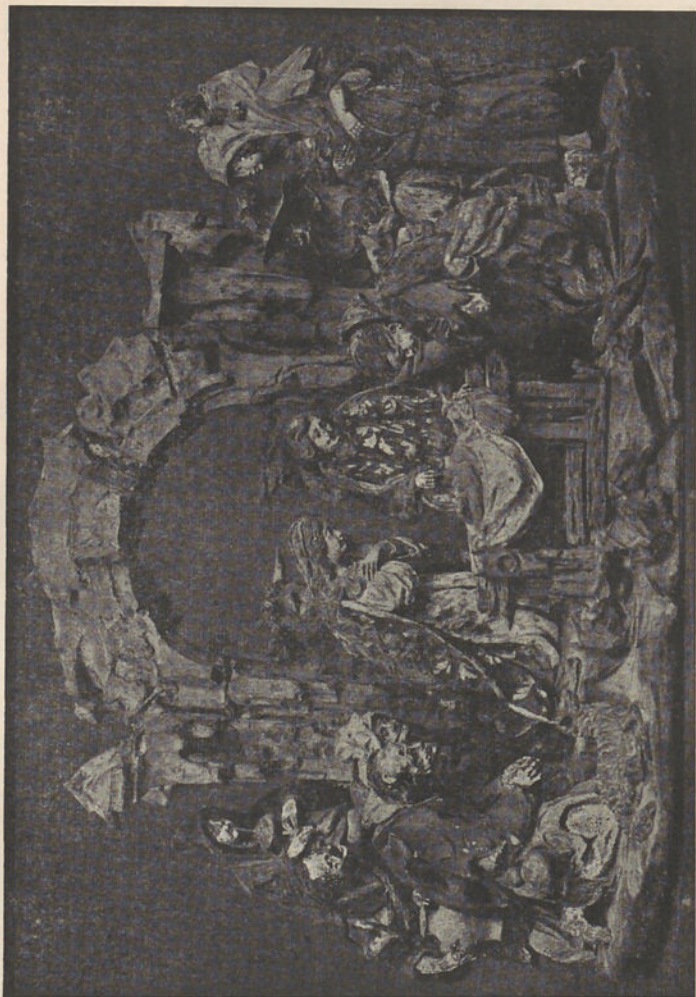
54



*Em cima* — MEDALHÃO DA AUTORIA DE FRANCISCO ANTÓNIO RAPOSO  
*Em baixo* — PEÇA REPRESENTANDO A MÁQUINA INVENTADA POR BARTOLOMEU DA COSTA

*Vide artigo sobre a Estátua Equestre de D. José a págs. 22/25.*





ADORAÇÃO DO MENINO JESUS  
*Figuras do Presépio proveniente do Convento da Madre de Deus*



Desta janela 1, do primeiro andar do Palácio do Conde de Resende, pode-se à vontade contemplar D. José, garbosamente a cavalo, marchar, pisando campo erigado de répteis. Lenta é a marcha e no dia 23, sobre aquela autêntica zorra, poucos metros adiantou, vindo a ficar no fim daquela rua, que se fizera para dar passagem à Estátua. A marcha no dia 24 foi interrompida no Campo das Cebolas e no dia 25 à noite estava no Terreiro do Paço, junto do pedestal.

El-rei fazia anos no dia 6 de Junho e por isso foi preciso apressar a marcha, de maneira a poder ser inaugurada naquele dia.

Começam então a chegar ao Terreiro do Paço carros carregados de pão, queijo e vinho, para serem distribuídos pelos trabalhadores, pois que a cada um deles foi dada certa porção e 120 rs., no dia 27, dia em que a Estátua ficou no pedestal.

A multidão é enorme e está guardada por um cordão de tropa. Entre os espectadores, encontra-se Joaquim Machado de Castro, que, mal vê a Estátua pousar inclinada sobre o pedestal, pretende intervir evitando o defeito. Como, porém, está pelo lado de fora do cordão, dirige-se ao tenente comandante da força que o repele, ameaçando-o de o mandar prender, pois só é considerado autor da obra Bartolomeu da Costa.

Diz Machado de Castro: «Fui lançado fora da praça, publicamente, com ignomínia, chegando-se ao ponto de me ameaçarem de prisão!»

No dia 6 de Junho, é feita a inauguração.

Seria imodéstia que D. José nesse dia recebesse os aplausos da assistência, pelo que se encontrava oculto, embora estivesse ouvindo os vivas do protocolo, dos três Reis de Armas de *Portugal-Algarve e Gôa*, calorosamente secundados pela tropa e pela multidão, que vibravam de entusiasmo.

Assistiu o Senado da Câmara e o Tribunal da Real Junta, com as suas insígnias.

Três noites de folguedos, em que só a ceia pública custou quarenta contos de réis.

---

## LIVROS SOBRE EÇA DE QUEIRÓS

«À JANELA DE TORMES» — Pelo **PROF. VIEIRA DE ALMEIDA**  
— 1 volume de 224 páginas, com 8 ilustrações — 20\$00;  
edição especial — 30\$00.

«EÇA DE QUEIRÓS E OS SEUS ÚLTIMOS VALORES» — Pelo  
**PROF. FELICIANO RAMOS** — 1 volume de 248 páginas,  
com 20 ilustrações — 25\$00; edição especial — 40\$00.

EDIÇÕES DA REVISTA 'OCIDENTE'

---



# CARTAS DE ESPANHA

Por LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA

## III

### CIDADES ESPANHOLAS

#### 1

BURGOS. Estou na Cartuxa. Um silêncio absoluto por sobre o campo verde convida a meditar. Ao longe, a cidade mal se destaca, traço cinzento no horizonte baixo. Mas as torres da catedral elevam-se para o céu como uma oração. O Sol desce lentamente. Esconde-se detrás delas. Por uns minutos envolve-as numa auréola dourada. A penumbra apaga os contornos há pouco tão nítidos, recortados neste ar límpido de Castela onde não há humidade que disfarce com véus a crua realidade das coisas.

GRANADA. O Sol desce sobre a veiga. Desde a *Silla del Moro* vejo a cidade e a Alhambra. O poente laiva tudo de vermelho. Dos bosques sobem névoas que envolvem o palácio. Espirais de fumo saídas das chaminés do Albaicin vão cobrindo a cidade. A noite vem. Granada, a moura, a bela, deixa-se arrebatada, numa entrega total, pelo sonho que a povoa.

Dois poentes. Nos dois, o Sol; nos dois, a Espanha.

De Burgos, de Castela, lhe veio a energia, a força, o orgulho e o conceito de honra, a vigorosa noção do real, a capacidade de se encerrar dentro de si própria para meditar e buscar o caminho que conduz a Deus. Sem Burgos, sem Castela, sem a decisão e a seriedade que a longa, monótona contemplação da planície deserta deu aos olhos claros e profundos do homem do campo castelhano, nunca a Espanha, nação múltipla mas una, teria chegado a ser realidade.

Mas sem Granada, sem o *Andaluz* árabe alguma coisa lhe teria faltado: alguma coisa de essencial dentro do que hoje a constitui: os dons maravilhosos da imaginação e da alegria. Granada, a Andaluzia, sabiam o que vale uma flor, um jardim, a cor de um arabesco, a suavidade de um veludo; sabiam ouvir a música das fontes; na palmeira reclinada sobre o tanque, sabiam ver a figura gentil de uma donzela; conheciam os segredos estranhos que cada árvore, cada monte, cada rio têm para contar aos que os sabem ouvir.

Nenhuma cidade pode só por si simbolizar a Espanha. Síntese de contrastes violentos, é preciso buscá-la precisamente onde eles são mais vincados. Reunir depois numa alma única as almas mais distintas. É difícil compreender como, sem fusão completa, sem diluição das características mais diversas, se pode chegar a uma unidade superior. Mas hoje posso afirmar que, essa unidade, é possível senti-la.



Dois poentes. Granada, Burgos. Pentes diversos. Mas, se penso na Espanha — naquilo que dentro de mim está hoje ligado a essas sílabas, agora que creio poder atribuir-lhes algum sentido — sinto que não os posso separar.

## 2

LEON. Os corvos mancham de negro as torres brancas da catedral. O seu grasnar é também uma mancha no silêncio religioso da tarde. Pouco importa que além — esse além não precisa de ser longe — nasça e viva uma nova cidade. Leon, a da catedral e de Santo Isidoro, Leon, a dos reis, morreu. Dizem-no os corvos, di-lo o silêncio.

Leon morreu em glória. Um resplendor puríssimo a envolve. Na catedral o Sol, coado pelos vitrais, transfigura-se em som. Há música naquela luz, música que irresistivelmente faz dobrar os joelhos e rezar.

De Leon a Burgos vai a distância que separa aquilo que estacionou daquilo que, trazendo corajosamente a carga do passado, procurou adaptar-se ao deslizar do tempo. Por isso se manteve tão pura no seu gótico irreal a catedral leonesa. A sua irmã castelhana foi-se transformando à medida que os séculos foram passando sobre ela. Perdeu talvez em harmonia de conjunto. Mas ganhou em história. Cada nova capela é um pedaço de vida da Espanha que se lhe aderiu para sempre.

## 3

ÁVILA. A dos cavaleiros e de Teresa de Jesus. Muralhas e conventos. Os corvos também grasnam nas torres da catedral. Cidade morta. Corpo que definiu para que a alma fosse mais pura e mais bela. Muralhas cinzentas. Templos cinzentos. À volta, páramos. Ao longe, montes: Gredos envolta no seu manto de veludo branco. Por cima de tudo, um céu azul, maravilhosamente azul e suave. Cidade cinzenta para que nada nos distraia, para que tudo nos leve a contemplar o céu.

Irmã Teresa, como não compreender a tua sede de infinito?

## 4

Em SEGOVIA, acima de tudo a luz, a cor. Impossível esquecer aquele momento à tarde. O Sol avermelhado, a caminhar para o poente, seguia a direcção da rua estreita e enchia-a duma poeira da sua cor. Os vultos — castelhanos de boina e manta ao ombro a saírem da taberna — eram sombras negras rodeadas de ouro.

Por cima de nós, o aqueduto, da mesma cor. Tinha-o visto pela manhã. Mas, nos meus olhos, as suas pedras ficarão para sempre da cor do poente. A Virgem, também vermelha, ao centro.

No horizonte um calvário a recortar-se em luz.

Depois, o Sol desapareceu. Ficou a planície imensa, incendiada, no horizonte.



Terão poentes assim dado a esta terra de Castela a sua cor de sangue?

5

TOLEDO. De cima da torre da catedral vejo toda a cidade. Além, foi o palácio dos reis godos; além estava o circo romano; além se banhava no rio a filha linda de Julião, senhor de Ceuta, quando sobre ela caíram, maravilhados, os olhos de Rodrigo; além está o *Alcázar*, palácio árabe, palácio cristão; a meus pés, a catedral, que foi mesquita maior, a dois passos, a sinagoga. Maravilhoso cadinho este que se estende à minha volta. Nele houve lugar para todas as Culturas — Romanos, Godos, Árabes, Judeus, Castelhanos. Todas nele se sobrepuseram, se fundiram, para maior glória da Ibéria.

Porque Toledo não é só espanhol. Toledo é mais do que isso. O rio que a envolve vai banhar Lisboa e confunde as suas águas com as do Atlântico. E esta torre, para Sul, Oeste e Norte, não admite horizonte que não seja o mar.

Toledo é o centro espiritual da Península. As Lendas e a História que a povoam são tão castelhanas como andaluzas, tão leonesas ou aragonesas como portuguesas.

Sobre estas casas, sobre estas torres, sobre estes palácios e estas igrejas, sobre estas ruas estreitas, que imenso coração sinto pulsar!

*Madrid, Novembro de 1949.*

---

## REVISTA DE PORTUGAL

FUNDADA EM 1942

 SÉRIE A—LÍNGUA PORTUGUESA

DIRECTOR — ALVARO PINTO

VOLUMES I A XI (N.º 1 A 55), ENC. EM PANO 100\$00 CADA UM  
VOL. XII (N.º 56/60) — 120\$00 ☆ VOL. XIII E XIV (N.º 61/70 E 71/80)  
— 180\$00 CADA UM — N.º 1/54 — 15\$00 CADA UM ☆ 55 E SEGUINTE  
— 17\$50 CADA UM — VOL. XV — N.º 81 A 90. — EM PUBLICAÇÃO

HÁ UM PEQUENO NÚMERO DE COLECÇÕES

— Capas de pano — 20\$00 e 25\$00 cada uma —

---

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

*Ordem de Serviço de 20 de Novembro de 1944*

*Recomendo que nos documentos a expedir por este Ministério os diversos Institutos e Serviços sejam designados por extenso, preterindo-se o confuso e inexpressivo sistema das iniciais. No «Diário do Governo» nenhum diploma será publicado com aquela forma de abreviação. — CAEIRO DA MATA.*

---





## SOB A INVOCAÇÃO DE CLIO

*Crónica de* RODRIGUES CAVALHEIRO

**O CENTENÁRIO DE D. JOÃO V** Este ano de 1950, que hoje começa, deve comemorar o segundo centenário do falecimento do *Magnânimo*, ocorrido a 31 de Julho de 1750.

Para muita gente a época de D. João V é ainda aquele «reinado beato e devasso» que a fantasia corrosiva do mau Oliveira Martins (porque há um Oliveira Martins útil e construtivo) criou em páginas que são a vergonha da Historiografia nacional. Reler o que nessa obra impròpriamente chamada '*História de Portugal*' se diz do Soberano, da Corte e da Sociedade portuguesa na primeira metade do Século XVIII constitui hoje uma das mais penosas tarefas que se podem impor a quem verdadeiramente admira o talento literário e a aptidão crítica do autor de '*A Vida de Nun'Álvares*' e de '*Os Filhos de D. João I*'.

Só o pitoresco sórdido de certa e avariada crónica freirática e o mau gosto da historieta fácil e libertina servem de base para a construção desse cenário fictício em que o pseudo-historiador, e quantos depois o imitaram, enquadra um dos períodos mais fecundos, progressivos e prestigiosos do nosso passado. Daí o ter-se considerado essas décadas de autêntico ressurgimento — após as dificuldades e as campanhas do reinado anterior — como um conjunto de aventuras galantes e de contínuos *lausperennes*, em que se deleitavam inconscientemente o misticismo e a imoralidade duma Nação enriquecida pelo oiro do Brasil e pervertida pelo ensino dos Jesuítas.

Os nossos dias assistiram, felizmente, a uma salutar reacção contra o uso e o abuso duma fantasia tão inconsciente e dum partidarismo tão obcecado. Na verdade, chegara-se ao apogeu da deturpação histórica, — e, ao falar-nos de D. João V, a escola romântica, atrabiliária e ferozmente sectária, encarniçava-se contra a figura de tão grande Soberano, a quem se deve uma das mais brilhantes épocas da nossa História. E o que devia ser uma crónica serena e justiceira, transformava-se, nas mãos desses panfletários sem ciência nem consciência, numa colectânea equívoca de anedotas.

Por isso, na galeria dos grandes caluniados, D. João V ocupa um dos primeiros lugares. A pseudo-erudição do século passado (não confundir com a cultura histórica que verdadeiramente ilus-



trou essa centúria), anti-nacional e eivada dos piores vícios do maçonismo, não se cansou — repetimos — de deprimir, ridicularizar e falsificar o nobre perfil dum dos maiores Monarcas de que Portugal se orgulha. Espírito larguíssimo de estadista, diplomata de excepcional relevo (só D. Carlos, no Século actual, se lhe pode comparar), homem de inteligência e homem de acção, ao *Magnânimo* ficou o País a dever o que o nosso património cultural conta ainda hoje de mais sólido e de mais belo.

Pretendeu ele, com o seu governo de faustosas iniciativas, de nacionalismo conscientemente orgulhoso, de desvelada protecção aos Artistas, aos Sábios, aos Escritores, imitar a acção inapagável de Luís XIV? É possível, — mas lucrou mais a Nação com essa tradução lusitana do Rei-Sol, do que com todas as versões, mais ou menos baratas, em casacas de briche, dos mais sanguinários, despóticos ou ignorantes *sans-culottes* do Terror, de que está cheia toda a primeira metade do nosso Século XIX.

Entre um D. João V a seguir Luís XIV e um D. Pedro IV a macaquear Bolivar, entre um D. João V a deixar-nos Mafra, S. Roque, o Aqueduto, a Academia Real da História, bibliotecas admiráveis, instituições de Cultura, maravilhosas obras de Arte, e Mouzinho da Silveira a despedaçar a machadadas legislativas todo o arcaboço moral e histórico da Nacionalidade, — supomos bem que não pode haver a mais leve sombra de hesitação. Teve fraquezas, como as tem todo o barro humano? Não se contesta. Mas nunca insultou ou renegou a sua Pátria, como o *Dador*, nunca chamou *vil canalha* aos Portugueses que se revoltavam contra o dominador estrangeiro, como o reformador da Terceira.

Nunca o orgulho de ser Português foi maior do que no reinado de D. João V. E nunca a nossa autonomia de povo livre foi mais respeitada do que no tempo do *Magnânimo*. D. João V impôs-se ao próprio Papa, a despeito da sua fé sincera, para que Portugal fosse considerado Nação livre e governada por Portugueses. D. Pedro IV serviu-se da influência estrangeira para fazer triunfar o liberalismo no nosso País. E sabe-se como o Grão-Mestre da Maçonaria Gomes Freire foi sempre um joguete nas mãos de interesses alheios ao verdadeiro interesse nacional.

OS QUE LHE FICAM — É, por isso, da mais elementar justiça mencionar os nomes dos primeiros Escritores que combateram essa deplorável tendência da nossa historiografia, retratando-nos o reinado de D. João V com a imparcialidade, a objectividade e o espírito compreensivo que devem presidir sempre a tais estudos. O Visconde de Santarém, Manuel Bernardes Branco, Francisco Luís Gomes e D. Miguel Soto Maior nunca poderão ser esquecidos por quem se dedica honestamente à investigação e conhecimento do passado. Os subsídios que nos deixaram serviriam de base, em grande parte, às erratas sensationais com que se inutilizariam as páginas, tão insidiosas como falsas, que nos havia legado o liberalismo do Século XIX.

No *'Ao Ritmo da Ampulheta'*, António Sardinha, servindo-se



desses elementos dispersos, traçou-nos, numa dezena de páginas, o perfil do grande Rei, — não à luz dos panfletos mesquinhos que, explorando as possíveis fraquezas a que não escapa nunca a condição humana, tentaram diminuir as suas altas qualidades de governante, mas tirando dos factos a conclusão serena da investigação imparcial. «O *homen* não nos importa — proclamava o grande doutrinador —. O que nos importa é o *pensamento* do seu reinado. Sobre documentos é que a História se fundamenta.» O exemplo de Sardinha frutificou largamente. E, hoje, a personalidade de D. João V começa a aparecer com o vigor e o brilho a que tem direito pleno a sua extraordinária envergadura de político, de diplomata, de Mecenas generosíssimo.

Há um século — nunca é demais lembrá-lo — já Herculano, nas páginas de '*O Panorama*', exaltava algumas das qualidades que em D. João V provocam a nossa admiração e o nosso reconhecimento. Esse artigo, esquecido durante tanto tempo, merece referência especial, porque, a-par duma severidade rude e injusta para com Mafra e o seu edificador, dá-nos algumas apreciações em que se patenteia aquela grave e honesta isenção que está na raiz de quase toda a obra de Herculano. Escrevia ele: — «Houve entre nós um Rei nascido com índole generosa e magnífica: foi D. João V. Favoreceu a fortuna a grandiosidade do seu ânimo. Durante o reinado deste Príncipe, as entranhas da América pareciam converter-se em oiro, e a terra brotar diamantes para enriquecerem o tesouro português — e o nosso primeiro Rei do Século XVIII pôde emular Luís XIV em fausto e magnificência. Há, porém, diferença entre os dois monarcas: Luís XIV, mais guerreador que guerreiro, malbaratou o sangue de seus súbditos em conquistas estéreis; D. João V, mais pacífico que tímido, comprou sempre, sem olhar ao preço, a paz externa dos seus naturais.»

É lapidar a fórmula de Herculano: — *Rei mais pacífico do que tímido*. Efectivamente, D. João V era por índole inclinado aos benefícios incalculáveis que a paz pode dispensar a uma Nação. E, como poucos, ele soube criar e aproveitar esses benefícios, por vezes em situações bem graves, com a Europa ardendo nos horrores da guerra e as chancelarias disputando o nosso concurso e a nossa aliança. Diplomata consumado, manteve-se numa posição tal que chegou o ser o árbitro das contendas internacionais. Mas o alto conceito que possuía da dignidade da coroa não lhe permitia que tolerasse a mais leve beliscadura no prestígio da Nação.

Nas excelentes páginas que, nas '*Erratas à História de Portugal*', dedica ao reinado do *Magnânimo*, João Ameal salienta que, «para zelar os direitos e prerrogativas que ambicionava idênticos aos das potências de primeiro plano, não hesitou D. João V em romper as relações diplomáticas com a França durante catorze anos, por ocasião do famoso incidente com o embaixador Livri; não hesitou igualmente em correr o risco da guerra com a Espanha, ante o insólito procedimento, havido em Madrid, com o nosso embaixador Pedro Álvares Cabral; não hesitou ainda em mandar prender certo capitão holandês que se atrevera a usar de violência



com o guarda-mor de Setúbal e em embargar os navios de guerra daquele país, então surtos no Tejo, como em castigar as insolências repetidas do capitão inglês Norris, a quem ameaçou de fazer meter no fundo barcos do seu comando enquanto não chegassem do governo londrino as satisfações que acabaram por vir.» E mesmo com a Santa Sé — que do Monarca português recebeu as maiores provas de fidelidade e de carinho — a sua atitude era idêntica: — sabe-se como, durante quatro anos, estiveram interrompidas as nossas relações com Roma, depois das divergências suscitadas a-propósito da concessão do cardinalato a Monsenhor Bichi.

Na verdade, como Herculano sublinhou, foi D. João V mais pacífico do que tímido. E assim, nunca hesitou em encarar a hipótese duma guerra sempre que para tal o atiravam ou o brio português ou as conveniências nacionais. Do primeiro caso temos exemplo flagrante na forma como correspondeu ao apelo de Clemente XI para o auxiliar contra os corsários turcos que ameaçavam a Itália. A batalha de Matapão, em que o nosso valor se afirmou de novo e ao qual o Pontífice prestou inteira justiça, fica a atestar a forma como D. João V compreendia os seus deveres de solidariedade para com a Igreja. O segundo caso é ilustrado com a resposta dada à França, à Espanha e à Sardenha, que o convidavam para enfileirar na guerra contra a Áustria, e em que o Rei português afirmava desassombadamente «que pelo que lhe dizia respeito não via nisso proveito algum para a sua Coroa, salvo se para ligar-se com eles quisesse a Espanha ceder-lhe a Galiza e a Andaluzia com o porto de Cádiz.»

UMA DATA A Eis a projecção externa da sua grande figura de  
 COMEMORAR Monarca. Internamente, aclamemo-lo como o  
 Soberano construtor por excelência e o mais  
 desvelado protector de Sábios, de Literatos e de Artistas. Um autor insuspeito, Matos Sequeira, pinta-no-lo do natural quando escreve: —«Não tirem o Rei do seu reinado; vejam-no dentro dele; reparem no que ele deixou. Entrem na Biblioteca da Universidade de Coimbra, que é um templo; espreitem a da Ajuda, onde estão os restos da formidável livraria real que ele organizara; vejam em Roma a Escola de Pintura e os seus sinais na Arcádia; consultem os livros que ele mandou imprimir e traduzir, copiar e adquirir; pensem no que ele amou as artes, as ciências e as letras, no que ele protegeu a cirurgia, a matemática e a arte da guerra; considerem o que a música lhe deveu, fundando um Seminário em Vila Viçosa e a Capela Real da Corte, promovendo espectáculos de óperas e Academias musicais; e não lhes parecerá D. João V o monstro desperdiçador dos compêndios, dogmatizados pelos historiadores do Século XIX. Roma e o clero absorveram-lhe o oiro brasílico; Inglaterra também. Mas o que nos deixou! Mas o que ficou! Dinheiro algum o pagaria hoje.»

Os denominados esbanjamentos de D. João V estão hoje reduzidos a bem modestas proporções. Sabe-se, em primeiro lugar, que do oiro do Brasil apenas uma pequena parte cabia ao Monarca.



E a lenda que fazia do Soberano um gastador sem conta nem medida, só com a mira de imitar o Rei-Sol, acha-se hoje bastante abalada perante o testemunho frio dos documentos. Prefaciando o catálogo da Exposição de Arte Francesa, realizada entre nós em 1934, já o eminente e saudoso José de Figueiredo, com a sua especial autoridade, havia escrito, a tal respeito, uma bela página de reabilitação, que importa lembrar: — «Diversamente dos outros Príncipes europeus seus contemporâneos, D. João V não foi apenas, em matéria de Arte, um monarca fascinado pelo fausto da Corte de Versalhes, e preocupado dessa maneira em imitar servilmente os actos e atitudes com que se celebrizaram, naquele campo, Luís XIV e os seus sucessores. Este Rei português foi antes, sob esse aspecto, um eclético, no sentido nobre da palavra, procurando informar-se o melhor possível de tudo o que julgava de interesse, para poder aproveitar também, de tudo isso, o que o seu gosto e o seu raciocínio lhe aconselhavam a preferir.» E depois de se referir a Mafra, à Capela de S. Roque e à Baixela Germain, o organizador do Museu de Arte Antiga abordava o problema melindroso, que foi durante tanto tempo o ponto nevrálgico da campanha contra o grande Rei: — o feitio esbanjador de quem tinha às ordens as minas do Brasil. À face de documentos, José de Figueiredo concluía, porém, que «D. João V, apesar de acusado geralmente hoje de perdulário, não deixa de pensar no custo das suas encomendas.» E acrescentava: — «As suas instruções no caso não eram assim as de um novo-rico, para quem o dinheiro não contava, mas de um verdadeiro Monarca, a quem as suas finanças, que eram também as do País, não deixavam de preocupar.»

Não termináramos tão cedo se infileirássemos aqui todos os factos e todos os argumentos que provam quanto foi injusta, anti-patriótica e anti-científica a campanha dos Escritores liberalistas contra D. João V, — campanha alimentada em grande parte (insistimos) pelas páginas de Oliveira Martins na sua perigosíssima '*História de Portugal*', se assim se pode chamar essa infeliz obra. A reflexão, o estudo, o conhecimento dos documentos da época e a consciência com que deles se servem os eruditos de hoje, transformaram radicalmente o conceito que se possuía desse reinado.

Por isso, estamos convencidos que o segundo centenário da morte de D. João V vai ser condignamente comemorado. Mafra e Lisboa (tanto a capital deve ao Soberano construtor e magnificante!) não deixarão de honrar a memória de tão grande Monarca. E a Academia Portuguesa da História, herdeira da Academia Real da História, fundada pelo *Magnânimo*, não deixará de se associar às homenagens que nessa data se realizarem em Portugal.

PRESENÇA DE ANTÓNIO SARDINHA Mais ainda do que há vinte e cinco anos (como o tempo passa!) em que, aureolado pelos primeiros grandes triunfos literários da sua vida apostólica e combativa de doutrinador da mocidade portuguesa, se encaminhava, coberto de aplausos e de louros, para as núpcias com a Morte, António Sardinha con-



tinua hoje bem presente, não apenas na saudade dos seus amigos e discípulos, mas na actualidade viva da nossa existência nacional. A sua voz — voz de profeta e de cruzado — comanda, na profundidade da consciência portuguesa, o nosso pensamento e a nossa acção. E o seu sacrifício de antecipado, caindo em plena batalha das ideias, à vista da Terra da Promissão, é o mais belo estímulo e o exemplo mais heróico para levarmos até ao fim a arrancada iniciada por ele, quando, encontrando à custa de suores de sangue a sua Estrada de Damasco, cristalizou em seu verbo ardente as aspirações esparsas, mas veementes, duma geração inteira.

A cavalgada de Sidónio e dos seus cadetes saíria das páginas de '*O Valor da Raça*'. O levantamento nacional do 28 de Maio documentar-se-ia nos capítulos empolgantes do '*Ao Princípio era o Verbo*'. E toda a ascensão apoteótica do Ressurgimento — guiada pelo cérebro poderoso dum Estadista genial, sem paralelo na nossa História — pode antever-se ao clarão de fé que irradia dessa obra, aparentemente esparsa, mas tão coerente e firme nas suas directrizes e nos seus intuitos, que, em verso e em prosa, António Sardinha, desaparecido aos trinta e sete anos, nos deixou como penhor de tudo o que se ia passar e que ele adivinhou através da sua inspiração de autêntico arauto de Portugal.

Um quarto de século vai completar-se, dentro de poucos dias, sobre a manhã trágica em que a Nação ficou mais pobre, porque, numa simpática vivenda de Elvas — num lugar onde indiscutivelmente soprou o Espírito — se extinguiu cristianissimamente uma das mais belas inteligências que têm surgido entre nós. Calou-se então a voz de comando a que obedecia o escol da juventude que subia para a Vida e onde, passados alguns anos, Salazar recrutaria os mais decididos, os mais disciplinados, os mais fiéis dos seus colaboradores. Mas, por entre as lágrimas que então derramámos, naquele crepúsculo trágico do cemiteriozinho de Monforte, jurámos a nós próprios que cumpriríamos a vontade de quem nos insuflara o orgulho de ser Português e que o seu programa de Grandeza Nacional se realizaria sem hesitações nem desfalecimentos. Até agora, se Sardinha nos acompanha ainda com a sua bênção de Mestre, cremos bem que o grande doutrinador não terá motivos sérios para se envergonhar daqueles rapazes que ele tanto acarinhava, sempre com os olhos fixos no futuro da Pátria...

Mas há que ter bem presentes, não apenas os clangores da sua obra, mas também os passos da sua vida. Vida exemplar, que resume, em muitos dos seus aspectos, as contradições, as ansiedades, as glórias e as misérias da época trágica em que foi vivida. Curva ascensional, de perfeição em perfeição, a existência de António Sardinha é uma lição admirável de permanente aspiração portuguesa, desde o vago, mas firme, municipalismo, que justificava a sua rápida passagem pelas fileiras jacobinas, até à visão grandiosa — *Adiante por sobre os cadáveres!*, *Mais longe, muito mais longe ainda!* — das suas derradeiras concepções, em que surge, bem delineado, o papel atlântico e providencial que nos estará, porventura, reservado no Mundo de amanhã.





## NOTAS DE ARTE

Por **DIOGO DE MACEDO**

**VICTOR BASTOS** Numa sala de leilões no alto do elevador da Glória, a S. Pedro de Alcântara, instalada no Palácio Ludovice, venderam-se há tempos alguns quadros do período romântico, que para ali vieram duma colecção particular. A bandeira encarnada do chamariz à almoeda atraía os lisboetas que às noites procuram distrações sem grande dispêndio. O pregoeiro anunciava uma tela de Isaías Newton, depois um desenho de João Pedro Monteiro ou uma aguarela mal atribuída a Lupi. O Público, em redor duma grande mesa, observava os lotes e, sem grande interesse nem disputa, arrematava por tuta-e-meia aquelas obras de Arte, que para ele não tinham grande significação, mas, pelo preço, preferia às banais litografias do mercado cá de fora. Em ambiente pacato e fumarento, a venda não dava grande rendimento ao empresário.

Entre as obras vendidas abundavam quadros de Victor Bastos: paisagens de Sintra ou Colares, marinhas com certa fantasia, coisas de pouca monta, evocativas e de morigerada expressão. Certa aguarela de beira cais estrangeiro nos atraiu a atenção e assim a arrematámos, por baixo preço, na curiosidade de descobrirmos o segredo de qualquer viagem ignorada daquele Pintor-Escultor.

Por onde andaria aquele Artista? Quem sabe se alguma história de amores aquela aguarela viria desvendar!

Nas salas repletas de bugigangas de bricabraque, havia mais desenhos escolares do Artista e um busto grande, em mármore, de José Estêvão de Magalhães, que ninguém queria e aguardava oportunidade melhor para qualquer lance de aquisição. Alguém nos informou que a colecção pertencera à família do, em seu tempo, revolucionário e, por fim, cotado Estatuário, *António Victor de Figueiredo Bastos*, aquele que, em 1852, ao apresentar prova de curso final na cadeira de Pintura Histórica, sendo discípulo do académico António Manuel da Fonseca, concebera o tema do programa escolar — *Amor e Psiché* —, encarnando estes num marujo afadistado tocando guitarra em devaneio amoroso com uma rapariga de bairro varino.

Desta anárquica e audaciosa concepção num meio burguês e



oficial, ficara nas Memórias da Academia Real de Belas Artes de Lisboa um terrível mau exemplo para futuras rebeldias nos escolares que em nosso século foram apelidados de «futuristas».

Quem passa pelo Aterro e vai além de Santos, antes de chegar à escadaria da Rocha do Conde de Óbidos, vê uma fieira de prédios altos, uniformes, incaracterísticos, com escritórios e tabernas, cujas traseiras dão para pequenos e escuros buracos fabris e habitações de gente pobre, em ruela sem hygiene, mas de pitoresco aspecto quando adrega o Sol ali penetrar. Dois ou três portões largos dão entrada a serviços laterais daqueles prédios, e numa dessas passagens, com nespereira alfacinha e um tanque povoado de peixes miudos junto a alguns degraus de pedra, penetra-se por complicada escadaria até às águas-furtadas com vasta clarabóia, onde desde meados do século findo esteve instalado um ateliê de Artista. Era ali que trabalhava Victor Bastos; e foi nesse sótão e nas caves do prédio, que ele abandonou os gessos das obras que modelou, muitos dos quais fomos encontrar a monte, alguns quebrados, quase todos sujos, num abandono triste e fatal, como inutilidades de ruínas de muitos sonhos e actividades, que nem a almoeda lhes pegaria.

Causa sempre grande tristeza ver espólios dum Escultor, que pela vida fora vai conservando e arrecadando em prateleiras ou buracos esconsos, os modelos das obras que passou ao bronze ou ao mármore, e depois não teve coragem de destruir. Essas arrecadações têm um aspecto impressionante de ossário abandonado, de galeria morta com o prestígio perdido, restos dum génio que o tempo mutilou e desvalorizou. No entanto, são esses gessos reproduzidos directamente do barro, as obras originaes das outras admiradas e consagradas, onde o Artista exprimiu no contacto nervoso das suas mãos o primeiro lançar da ideia ou da comoção, aquilo que o tempo lhes anulou e o pó escureceu, tornando tudo desgraçado e de interesse precário, como cadáveres em morgues. De longe a longe, o Artista afaga esses modelos, conserta-os, tenta reabilitá-los, dar-lhes nova vida, mas eles quedam sempre infelizes e tristes, como doentes de hospital sem esperanças de melhor sorte. Destino de quem serviu na mocidade e envelheceu!

Foi naquela húmida cave que vimos os montões de gessos que as mãos de Victor Bastos tantas vezes acarinharam. Alguns se repetiam em moldes inúteis, principalmente bustos sem identificação possível e certamente executados para cemitérios. Estava ali uma história espatifada e roída pelo tempo, envolta em limos e bolores, sem préstimo sequer para entulhos. É esta a signa fatal dos modelos de muitas obras de Arte, que os seus autores não tiveram a coragem de fazer desaparecer quando lhes deram outra resurreição.

Depois de tomarmos o rol daquelas obras, folheámos uma pasta abandonada, e nela, entre páginas de revistas com estampas de mínimo interesse e alguns projectos architectónicos, descobrimos uma aguarela original, perfeita, ainda que rota, não assinada mas



indiscutivelmente de Artista estrangeiro, representando um recanto do velho burgo, com torres altas ao lado de casebres baixos, vendo-se no primeiro plano água, barcos e figurazitas minúsculas, de bom desenho — bem colorida e bem tocada nos pormenores, da qual fora extraída, queremos dizer, copiada, aquela outra que arrematáramos no leilão, como original de Victor Bastos.

Estava desfeito o mistério que a nossa imaginação criara. Nem Victor Bastos viajara além do cais do Tejo para recolher aquele panorama, nem houvera caso de amor para a justificar.

Na realidade muitos mistérios não têm mais complicada explicação. A nossa fantasia é que os inventa!

Naquele período do Romantismo, em que Victor Bastos viveu e trabalhou, a revolução maior da sua escola fora exactamente contra o vício das cópias e das composições sobre elas, que o Academismo entre nós tinha desenvolvido. O Romantismo pretendia revelar verdades do natural e assim projectara antecipar-se ao corajoso Realismo. As rotinas, os hábitos e os gostos, porém, ainda que combatidos, eram teimosos. Anunciação, o mais convicto e persistente na reforma de certos vícios, era o primeiro a ir colher do natural elementos vários, com os quais no seu ateliê compunha um quadro de natureza original, mas não existente tal e qual, onde a fantasia entrava para o agrupamento das notas colhidas e que frequentemente, por confiança na memória visual, banhava de luzes e efeitos do seu agrado, da sua orientação estética, do novo convencionalismo oposto ao transacto. O amor à Natureza, todavia, surgira naqueles Pintores.

Os mais fracos destes continuavam copiando, até que a firmeza da revolução os levou a sondar com olhos mais educados, embelezando, embora, a Natureza. Victor Bastos, como Pintor, fora um daqueles secundários. Assim, esta cópia não era um pecado; era prova duma rotina, reminiscência das lições na Academia. Possivelmente mesmo, prova de estudante sujeito a essas normas.

Que ninguém interprete mal, levantando o palavrão de plágio, que é desonestidade, em face deste documento. De resto nem sequer sabemos se ele não foi estudo admirativo da mocidade, num Artista que foi dos mais capazes no seu tempo.



Como dissemos, Victor Bastos surgiu em público, como Pintor, em 1852, numa exposição da Academia. Em 1856, na mesma Academia, ainda apresentara um quadro a óleo, com o *retrato do Visconde da Luz* e por aí se quedou como Pintor. Todos os quadros últimamente vendidos no referido leilão, foram documentos dum espólio privado e íntimo. Como desenhador, fizera a sua reputação. Havendo naquela primeira exposição, de 1852, apresentado alguns desenhos de final de curso, — *Moisés com as tábuas da lei*, *Apolo e Daphne*, *Estudo de flores do natural*, *Estudo de ornamentos*, *Edifício para um liceu* (certamente um daqueles projectos architectónicos da pasta que vimos) e uma *Paisagem a aguarela* (quem



sabe se esta que nos perturbou no leilão) —, logo em 1854 fora destacado para o ensino de desenho numa cadeira anexa à Faculdade de Matemática, na Universidade de Coimbra, onde não demorou muito, porque assim que falecera o professor substituto na cadeira de Escultura na Academia de Lisboa, Francisco Paulo de Araújo Cerqueira, autor de várias obras no palácio e no jazigo dos Palmelas, correu a Lisboa para, com José Maria Cagiani e Manuel Maria Bordalo Pinheiro, concorrer ao lugar vago, ganhando o concurso, apesar das dúvidas levantadas quanto às suas possibilidades de Escultor até aí ignoradas.

Os temas para este concurso eram uma estátua de *Moisés*, cujo estudo se conservava na cave da casa do Aterro, e um baixo-relevo com *Abraão recebendo os três mancebos*, obras que expusera em 1856 na Academia onde passaria a ser professor e tivera como discípulos, entre tantos outros, Acácio Correia de Sá, João Francisco da Silva, Francisco Baptista dos Santos, Rafael Idézio Maria Pimenta e José Luís Monteiro, futuro professor de Architectura, e o também futuro mestre de Escultura, José Simões de Almeida Júnior.

O Conselho Superior de Instrução Pública, apesar da aprovação dada pelo Corpo Docente da Academia de Belas Artes, recusara essa aprovação no concurso, alegando que faltavam ao Artista premiado as provas práticas na Arte que iria professar. Isto motivou orgulhos no candidato, que voltara a Coimbra a pedir demissão do lugar que ocupava, e executou imediatamente em pedralioz a estátua do *Conde das Antas*, que lhe havia sido encomendada e se encontra no cemitério dos Prazeres. Ao mesmo tempo esculpira e expusera, em 1856, o baixo-relevo alegórico ao *Cólera-morbus*, pertença hoje do Museu de Lisboa e mais uma medalha com *Dois retratos de perfil*, que víramos na tal cave do Aterro.

O certo é que o caso se arrastou pela burocracia e, definitivamente, só em 1860 foi nomeado professor de Escultura, colaborando com Assis Rodrigues. Entretanto não lhe faltaram estímulos de encomendas, e o êxito do baixo-relevo foi tão grande, que o Rei D. Fernando o encarregou de executá-lo em mármore, para o Palácio da Ajuda, onde se encontra. Deste conflito de opiniões resultara a vitória do novo Estatuário, que também expusera um desenho com *A Samaritana*, arquivado no Museu de Arte Contemporânea.

Em 1861, com 32 anos feitos e já cotado mestre — nascera em 15 de Janeiro de 1929 — expusera então três bustos: de *Rodrigo da Fonseca Magalhães*, de *Uma Senhora* e do *Actor João Anastácio Rosa*, do qual existiam três moldes em gesso na citada cave do seu ateliê. Nessa exibição realizada nas salas da Academia, expusera mais quatro medalhas de pessoas da família do Conde de Melo, seu Amigo, e um grupo com *Adonis partindo para a caça ao javali*, assim como um esboço — ou *imprompto* — representando *Abraão expulsando Agar*, que executou em concorrência com o Académico de Mérito, Pedro Carlos dos Reis.

A sua morada, segundo indicam os catálogos, era na Rua



Nova do Almada, 59; mas é de crer que o ateliê fosse já aquele do quarto andar do Aterro.

A voz pública e a de alguns críticos de jornais prevaleceram naquela peleja que tivera de sustentar durante anos. O engenho da sua obra, todavia, fora a melhor força para vencer a causa. Sólida foi essa obra cuja parte dos modelos vimos esfacelados e a monte no lóbrego e escuro saguão da avenida fronteira ao Tejo. Lá se encontravam, entre muitos bustos inidentificáveis, o de *Bulhão Pato*, duas reproduções do do *Marechal Saldanha* e o de *Joaquim António de Aguiar*, expostos na Sociedade Promotora, em 1867, e também os já citados do *Rosa (pai)* e, por último, o que executou, de *Damião de Góis*. Também lá estava o modelo, em tamanho definitivo, da estátua de *D. Pedro V*, que foi erguida em Castelo de Vide, à qual os indígenas chamam «O Boneco»; lá vimos o modelo reduzido, talvez com metro e meio na altura, da estátua colossal do *Marquês de Pombal*, que está postada no cimo do Arco da Rua Augusta, ao lado doutras mais, devidas ao seu cinzel; lá jazia o busto duma das estátuas dos Cronistas, do monumento a Camões, assim como a maquete total deste monumento, digna de salvamento e conservação. E ao pé da figura de *Moisés* havia um grupo de duas figuras e parte de um imprompto de aspecto dramático, talvez o gesso mais romântico daquele entulho de Arte. Juntamente com moldagens de fragmentos de obras conhecidas no comércio e vulgares nos ateliês, inclusive um *esfolado* anatómico, conservava-se ali, intacto e limpo, o retrato em busto, de Victor Bastos, modelado, assinado e datado, por Moreira Rato. Na sua brancura crua, este busto, minuciosa e carinhosamente modelado, requeria salvamento, assim como alguns daqueles fragmentos da obra de Victor Bastos, para que este fosse reabilitado num Museu.

Victor Bastos legou-nos algumas obras que o levaram às páginas da História da Arte Portuguesa. A principal é o Monumento a Camões, cuja maquete concluiu em 1860 e logo foi exposta na Câmara Municipal de Lisboa. Com o bronze do Poeta cercado pelas estátuas em mármore, dos Cronistas, teve a sua pedra fundamental em 1862 e só foi levantado e inaugurado à entrada do Loreto, em 9 de Outubro de 1867. As estátuas do Arco da Rua Augusta — *Viriato*, *Nuno Álvares*, *Vasco da Gama* e *Pombal* — e as que simbolizam o *Tejo* e o *Douro*, ladeando o grupo de Calmels, são outras obras dignas de alto respeito. A estátua de *José Estêvão*, que esteve postada em frente do Palácio das Cortes desde a sua inauguração, em 1876, até a removerem para o interior do edifício, é outro atestado do seu valor, mostrando como dum medíocre Pintor surgira o Estatuário mais representativo que tivemos entre o academismo de Assis Rodrigues e o génio renovador de Soares dos Reis.

Tendo vivido e tenazmente trabalhado até 17 de Junho de 1894, há ainda a recordar o busto do *Duque de Palmela* e o baixo-relevo com a *Degolação dos Inocentes*, que enviou à Exposição de Paris, em 1867. Nomeado Professor definitivo em 1881, sendo Académico de Mérito e premiado, nada disto impediu que os restos



da sua obra fossem dispersados em leilões por preços irrisórios e estejam à mercê dos insultos do destino, na sombra duma cave térrea entre madeiramentos podres e cangalhada velha, sob o olhar frio do seu busto em gesso, indiferente à vida moderna que o esqueceu e também será esquecida um dia. *Sic transit gloria mundi.*

REGISTO Nesta abundância de produção pictural e, por con-

DO MÊS quência, de actividades exposicionais, que caracteriza a presente época de facilidades, raro é o mês em que neste *Registo* não ficam atrasadas e até escapam algumas notícias, que parece serem esquecidas com qualquer propósito. Juramos que nunca assim foi, porque o arquivista é imparcial. As censuras, porém, são frequentes. Para que faltas e queixas não se repitam, suspendem-se neste fim de ano as notícias gerais das exhibições, reservando-nos a liberdade de distinguir as que considerarmos por qualquer motivo.

Posto isto, para fecho do balanço de 1949, arquivem-se as últimas: — além do jovem plástico, *Jorge Vieira*, a prometer novidades, as de *Caldeira Martins* e *Ayres de Carvalho*.

Realizaram-se ainda as exposições póstumas e comoventes de *Constâncio Silva* e *Adelino Nunes*; a de barquinhos em miniatura, de *José de Jesus*; as colectivas do 3.º *Salão Moderno de Aquarela e Desenho* e o *Salão de Inverno* com outras aquarelas e outros desenhos; e por último, a grande *Exposição de Cerâmica Artística*, início possível duma era de decorativismos, denunciados noutras exposições anteriores. A Arte parece querer tomar um rumo prático, porque a vida dos Artistas é dura e o sonho não alimenta... senão o Espírito.

---

## OBRAS DE DIOGO DE MACEDO

EDITADAS PELA REVISTA 'OCIDENTE'

'ALGUMAS OBRAS DE ARTE PORTUGUESA' — Álbum n.º 1, com 32 estampas .....	30\$00
'SOARES DOS REIS' — com 25 ilustrações — 1 volume de 128 páginas .....	15\$00
'JOÃO JOSÉ DE AGUIAR' — com 18 ilustrações — 1 volume de 96 páginas .....	15\$00
'A ESCULTURA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII' — com 50 ilustrações — 1 volume de 136 páginas — 40\$00 e	60\$00

---

ADQUIRA O 'CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL' —  
ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI, DE QUE JÁ FOI PUBLICADO O VO-  
LUME I PELA 'REVISTA DE PORTUGAL'. A SEGUIR — VOL. II.

---





## NOS DOMÍNIOS DA ETNOGRAFIA E DO FOLCLORE

Por LUÍS CHAVES

A EVOLUÇÃO DO PRESÉPIO Dividamos em quatro fases a vida do Presépio; a primeira é a 1.<sup>a</sup> FASE: A FASE DIVINAL divina. Nesta foi o Pai celeste que interveio e armou o Presépio onde o Filho nasceu, o Divino Filho, animado para a vida humana pela graça do Espírito Santo. Em Jesus convergem as vontades do Pai e do Espírito. A realidade histórica do nascimento de Jesus foi localizada em Belém de Judá, como o anunciaram os Profetas, outra realidade, inspirada por Deus e transmitida aos homens pelas profecias, quisessem os homens ou não aceitar e respeitar as palavras anunciadoras.

Deus foi o primeiro Profeta, porque é Deus. Quando expulsou do Paraíso Adão e Eva, predisse que a serpente da sedução do pecado havia de ser esmagada por outra mulher, virginalmente pura. Pela palavra de Isaías, cujos lábios, para as proferirem, foram purificados pela brasa ardente, que o celeste Querubim levou do fogo do altar do Senhor, Deus repetiu a profecia da hora primeira. De uma Virgem nasceu o Menino, que remiria do pecado original os homens.

Uma noite, nos arredores de Belém, a pequena povoação, a mais pequenina entre as outras de Judá, os pastores vigiavam os rebanhos. Havia qualquer coisa de estranho no céu e na terra. Súbitamente, apareceu junto deles um Anjo: pisava a terra como eles; cercava-o luz brilhante, e falou-lhes... Vozes do céu cantavam, na densíssima treva da noite, louvores ao Senhor. O Anjo desapareceu. Calaram-se os cânticos. A noite fechou mais. Mas eles sabiam tudo já! Abriram-se as almas puras dos pastores. Entrelharam-se, e sentiram como luzes, que se acendem no mesmo instante, a irmandade a uni-los. Decidiram obedecer ao chamado do Anjo e ir visitar o Menino, levando-lhe os seus presentes rústicos.

Depois, apareceram em Jerusalém os Reis do Oriente. Dirigi-



ram-se ao Rei Herodes, e perguntaram-lhe onde tinha nascido o Rei dos Judeus. Perturbado, Herodes chamou os Príncipes dos Sacerdotes, e repetiu-lhes a pergunta: — Onde tinha nascido o Rei dos Judeus? Responderam-lhe que em Belém, como estava anunciado nas Escrituras. Partiram os Reis com a recomendação de regressarem por Jerusalém e comunicarem a Herodes o que vissem, pois queria ele também prestar as homenagens ao Menino.

Num estábulo, fora de Belém, acomodaram-se, como puderam, Maria, a Virgem das profecias, e S. José. No recolhimento da hora nocturna, no lugar mais humilde e humilhante, apenas destinado a receber e guardar animais, nasceu o Menino prometido, — o Messias! Só o Pai Celeste, o Espírito Santo e os coros angélicos estiveram presentes na hora sublime do mistério divino. Para a mangedoura inclinavam-se duas pessoas: a Virgem Mãe e S. José; nela se reclinava o Menino recém-nascido, pousado nas palhas cruas, destinadas ao gado. Mais nada! Apesar de tão pouco, tudo isto encheu o Mundo!

Aí está o primeiro Presépio do Mundo inteiro. Foi Deus quem o armou para o seu Menino Jesus: foi assim que nas catacumbas os primitivos cristãos o viam na simplicidade infinita da sua essência e na necessária representação, que os homens podiam e deviam tentar compreender.

**2.<sup>a</sup> FASE: SÍNTESE HUMANA** À primeira concepção do DO PRESÉPIO: SIMPLICIDADE Presépio reuniram-se outros valores, que os Evangelhos e os Apócrifos facultaram. O poder de síntese do nascimento e a imaginação cristã ligaram-nos a todos: a Adoração dos Pastores; a homenagem dos Reis, que ninguém sabia quantos eram, guiados pela Estrela do Senhor nos caminhos desconhecidos; a vingança de Herodes, a quem os Magos não informaram, de tal decisão desviados por vontade expressa do Céu, e que mandou degolar as crianças da idade, que devia ter então o Menino Jesus, nascido Rei dos Judeus; a fuga da Sagrada Família para o Egipto, a furtar Jesus à matança, por aviso do Anjo, mensageiro de Deus. A lição dos Evangelhos, a sugestão poética e dramática dos Apócrifos, a imaginação desenvolvida pela fé, pelo affecto, pelo carinho, pela delicadeza, pelo lirismo devotado ao Menino, foi avultando, crescendo: e o Presépio passava do divino ao humano, crescia, animava-se humanamente. O que a princípio fora sômente formado pela Virgem, S. José e o Menino, dentro de um estábulo ou de uma gruta com dois animais, passou a manifestar a presença dos homens: Pastores com as dádivas; Reis com a comitiva; e, em planos ou perspectivas diferentes, a fuga para o Egipto e a degolação dos inocentes, fora já do ambiente divino, criado no estábulo. Sobre este brilhava a estranha luz da estrela, que dirigiu os Magos no deserto e lhes marcou em Belém o lugar, onde nascera o Menino. O Menino anunciado e por eles procurado!

A oração colectiva, aberta na maravilhosa iluminura do Natal, crescia sucessivamente diante dos olhos admirados e enterne-



cidos dos homens. Já os fresquistas das catacumbas alargavam nesta psicologia de fidelidade, acatamento e admiração, as suas pinturas místicas.

3.<sup>a</sup> FASE: A MÍSTICA FRANCISCANA Plena Idade Média.  
DO PRESÉPIO AO VIVO Heresias. Incredulidade. Maldade. Ne-

gações. Como sempre, nesta sociedade de catástrofe, surgiram os Ascetas da mística sublime e entre estes, luminosamente, o Mestre, o príncipe da mística medieval: S. Francisco de Assis — '*Il Poverello*'. Era necessário fazer a ressurreição integral, bem visível e sugestiva, capaz de iluminar a profundidade das almas e levá-las a sentirem o Presépio, para bem o compreenderem e lhe reconhecerem a significação divina. E não seria possível tocar os corações com a visão do nascimento de Jesus, renovado perante os homens, para que recebessem do espectáculo emocional os frutos de uma meditação provocada pela representação viva do Presépio? E não devia ser este como um auto de maravilha, em que se conjugassem a mística do Natal, o movimento e a apresentação das figuras participantes dele, os cânticos, as luzes, a própria noite, e se visse no estábulo o conjunto bíblico da Sagrada Família com os animais, os Pastores, os Anjos...? O santo sentia-se impellido a realizar o seu sonho! Ele, que ardia numa sarça constantemente em chama, e vivia a celeste poesia do Natal com amor, carinho, delícia, queria viver com olhos humanos e coração enternecido o nascimento do Menino, e dá-lo a provar, qual manjar espiritual do Céu, a toda a gente. A vida em lição, a poesia da verdade demonstrada, a grandeza do sonho do Céu, tinham de sentir e fazer-lhe sentir com os olhos o que tinha na alma.

Meditara na gruta de Belém, visitara o oratório de Santa Maria Maior em Roma, o Oratório do Presépio no Monte Esquilino. Assistira admirado aos *Officia Pastorum* das basílicas. Sentia enlevado a liturgia do Natal, que seguia com olhos de transe. Era preciso reconstituir toda a cena e todo o cenário.

Em Greccio, nas terras do Alto Senhor Giovanni Vellita, em 1223, conseguiu o que desejava. A gruta nos rochedos com o feno, o burro e o boi à mangedoura rústica: noite de luar e de brando frio, ante os vales calmos, até aos espelhos longínquos dos Lagos de Cantalice e Ripasotille; torrentes, bosques, assistência do Senhor de Greccio e sua Esposa, a Senhora Alticanta, família, criadagem, cavaleiros, homens de armas, aldeões, pastores com os cães, a sanfona e os gados. Aproximam-se multidões, quando toca a sineta. Lanternas e archotes marcam os caminhos para as rochas da gruta: canta-se. O Cardeal Ugolino dei Conti di Segni oficiava na gruta com S. Francisco por diácono. E diz a lenda que viram o Menino Jesus nos braços do Santo!

Este Presépio vivo espalhou-se por intermédio dos discípulos de S. Francisco. Nas pinturas franciscanas dos frescos, nos oratórios, como o da Abadia de S. Magno em Füssen (1252), outros nos Países Baixos (Séc. XIV), o do Cardeal de Bourbon, tio de



Henrique IV, em Aubevorge (Eure), já no Século XVI, o oratório subterrâneo da Igreja da Assunção em Praga, marcam uma fase definitiva do Presépio, a que pertence de uma forma especialíssima a execução do sonho de S. Francisco de Assis.

Com a expansão do franciscanismo pela Europa, deve ter-se espalhado a feição escultural do Presépio; o ponto de partida terá sido sem dúvida o Presépio da Gruta de Greccio: só, em vez das figuras vivas, empregar-se-iam as estatuetas de barro e madeira. Autos de catedrais e mosteiros e seus sucedâneos, como no teatro, os fantoches movidos por fios, tiraram de vez à pintura a primazia, que tivera para a representação do Natal. Os Presépios dos Pintores nunca tiveram, mesmo na pujança do Renascimento, a opulência representativa dos Presépios dos Escultores dos Séculos XVII e XVIII, principalmente deste último. Não só a matéria plástica se prestava para a multiplicação indefinida de figuras e cenas circundantes e convergentes ou adequadas, mas o próprio sentimento das grandes proporções e do luxo das composições se excedeu até pela euforia premente do barroco preponderante.

Pouco se sabe da grandeza e expressão do Presépio de estatuetas das Claristas de Santo André de Cracóvia, no Século XIV; conhecem-se dele figuras isoladas apenas, e também se não sabe muito da repercussão, que teve na Polónia e na Hungria. Já abundam as provas dos Presépios de Nápoles e de muitas outras cidades de Itália, com figuras de tamanho natural e até de maiores dimensões. Não teria sido tudo isto, toda esta distribuição dos Presépios, esculpturados em figuração de personagens avulsas e agrupadas, o extraordinário efeito do sonho de S. Francisco em Greccio?

4.<sup>a</sup> FASE: O PRESÉPIO DE ARTE: Chegámos ao esplendor plástico do Presépio no Século XVIII, em que de boa camaradagem cooperavam Escultores com Arquitectos e Pintores, sem contar com os modestos artífices, que depois levavam para toda a parte a técnica e o sentimento poético do Presépio, para aplicarem e repetirem por si, como Artistas dirigentes, a lição recebida. Dispersaram assim a Arte dos Mestres, e formaram as correntes de Arte Popular, que tão curiosos exemplares produziu. Exemplos pujantes desta fase artística do Presépio temo-los nós em Portugal. Essas obras de barro colorido em architecturas imponentes e com variedade, admirável e estonteante, de figuras e cenas, devêmo-las à escola de Machado de Castro e de António Ferreira, que tiveram bons colaboradores e notáveis competidores. Vejam-se em Lisboa, para não citar mais, os Presépios da Basílica da Estrela e da Sé Patriarcal, e os que, no todo ou em parte da sua figuração, o Museu Nacional das Janelas Verdes recolheu e expõe ao público. Há poucos anos, este mesmo Museu apresentou o melhor conjunto de Presépios e Esculturas de Presépio de Portugal, que jamais foi possível formar e não será fácil repetir.



A grandiosidade, por vezes esmagadora, destes Presépios pode ter muito frequentemente fugido à unção da fé e do carinho devoto na expressão artística, mas, sem dúvida alguma, foram verdadeiras obras de Arte; teatrais nas mais amplas e fortes construções, os barristas comoviam-se na modelação da Virgem, do Menino e dos Anjos; no mais reinava a profanidade. Só o sentimento geral e a concepção do todo prendiam ao Natal e ao mistério alto do nascimento de Jesus as almas espectadoras de tamanha e tão espectacular demonstração humana.

Tudo servia, a tudo ali podia pertencer o seu lugar, e, desde que o Natal era de todos e para todos, concedia-se licença até a licenciosidades e plebeísmos chocantes. Tudo era explicado pela natureza humana dos que se dirigiam a Belém, com dignidade ou com baixeza, a adorar o Deus Menino, acabado de nascer. Podemos dizer que tudo que é humano, bom ou mau, lá está. O Menino, a Virgem, S. José, os Anjos, também lá estão e perfumam tudo, desculpam as máculas do pecado, e perdoam com a ternura com que contemplam o Menino, como o Menino sorri a todas as elegâncias, a todas as rudezas, a todas as inocências e todos os pecados.

O Presépio recolheu e recebeu tudo, desde os episódios, que seguem e continuam o nascimento de Jesus (os Reis, a fuga para o Egipto, a matança dos Inocentes: muitas vezes, simultâneamente, os Reis a caminho de Belém, nas perspectivas da paisagem, com a riquíssima comitiva, e os mesmos Reis em adoração diante do Menino). Depois, por toda a parte rompe a vida dos homens; forma-se o formigueiro das romarias populares com todas as suas características e todos os desvarios ou divertimentos. Da simplicidade primitiva chegou-se à mais ampla, dispersiva e louca perplexidade da complicação extrema. O Presépio evoluciona da meditação recolhida até à exteriorização de espectáculo público: da contemplação à apoteose.

FASE ACTUAL: SIMPLICIDADE E SIMBOLISMO Hoje tende-se para o regresso à simplificação e à intimidade do Presépio, que

volta à serenidade ascética dos primitivos: a Virgem de joelhos, ao lado de S. José, contempla em adoração humilde o Menino Jesus, deitado nas palhas da mangedoura, entre os dois animais do estábulo. E basta, porque o Presépio é essencialmente isso e só isso; o mais é terreno e exploração artística. Bastaria até o Menino, só, deitado nas palhas! E é curioso: até na Arte popular esta simplicidade se manifestou já.

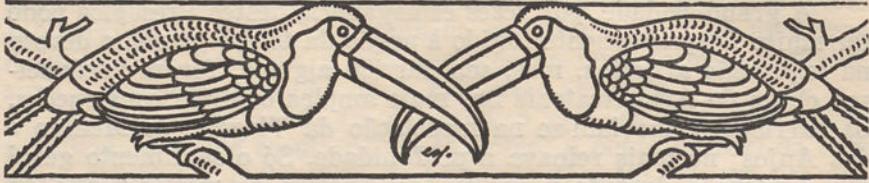
---

*Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da Língua Portuguesa terá uma grafia única. Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra.*

*(Do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de Agosto de 1945).*

---





## CONSULTÓRIO LINGUÍSTICO

Por AUGUSTO MORENO

1) Tenho visto classificar por alguns de esdrúxulas palavras como *Antônio*, *auxílio*, *ciência*, *família*, etc. Mas também tenho notado que outros, incluindo V..., em lições na 'Educação Nacional', consideram as mesmas palavras como graves. Quem está na verdade, afinal? — A. M. AMARO.

R. — Eu creio que sou eu e os que neste ponto vão comigo.

Definindo as palavras quanto ao acento, diz qualquer Gramática, mesmo corriqueira, que:

*Palavras agudas* ou *oxítonas* são aquelas que têm o acento tônico na última sílaba, como *capitão*, *alvará*, *espanhol*, etc.

*Palavras graves* ou *paroxítonas* são as que têm o acento tônico na penúltima sílaba, como *janela*, *sacada*, *lápiz*, etc.

*Palavras esdrúxulas*, *proparoxítonas* ou *dactílicas* são aquelas que têm o acento tônico na antepenúltima sílaba, como *alfândega*, *fábrica*, *relâmpago*, etc.

O conceito de *sílaba* é: o fonema ou combinação de fonemas que se pronunciam numa só emissão de voz, ou, tratando-se da sílaba escrita, a letra ou conjunto de letras que representam esse fonema ou combinação de fonemas.

E o de *ditongo* vem a ser: a sílaba, ou representação da sílaba, em que entram dois fonemas vogais ou, mais exactamente, um fonema vogal e outro semivogal.

Apresentadas palavras como *Antônio*, *auxílio*, *ciência*, *família*, etc., se se quiser fazer nelas a contagem das sílabas (o que afrancesadamente se diz a *epelação*), procede-se assim, por sua ordem: *An-tó-nio*, *au-xi-lí-o*, *ci-ên-cia*, *fa-mí-li-a*, e não destoutra maneira: *An-tó-ni-o*, *au-xi-li-o*, *ci-ên-ci-a*, *fa-mi-li-a*. Quer dizer: cada uma destas palavras tem três, e não quatro, sílabas, porque em todas elas a parte final primeiramente separadora constitui só uma sílaba, e não duas, em razão de nessa parte entrar um ditongo crescente, que nunca pode dar mais de uma. Isto na prosa e no falar corrente.

Sendo assim, como todos os foneticistas estão de acordo em considerar, tais palavras têm todas o acento tônico na penúltima sílaba, e, por conseguinte, por definição, todas elas são *graves* ou *paroxítonas*.

Exemplificando com outros dados, objectam-me às vezes os difíceis de convencer mesmo com razões claras como água límpida:

— Mas *séria* e *seria* são palavras diferentes, assim como *contrário* e *contrario*.

— Não há dúvida que são — respondo eu —, tão diferentes, que *séria* é adjectivo, e *seria* forma verbal, *contrário* adjectivo, quando não é substantivo, e *contrario* também forma verbal. — Mas, para o efeito da posição do acento, é que não têm diferença nenhuma: *séria*, com duas sílabas, *sé-ria*, tem-no na penúltima; *seria*, com três, *se-ri-a*, na penúltima o tem; *contrário*, com três, *con-trá-rio*, tem-no na que fica antes da última; *contrario*, com quatro, *con-tra-ri-o*, na que fica antes da última o tem igualmente. Portanto, todas essas palavras são *graves* ou *paroxítonas*, por definição.

E não se julgue que isto é só opinião minha. Um dos mais eminentes gramáticos brasileiros, o saudoso Dr. Maximino Maciel, diz a este respeito, textualmente, na sua 'Grammatica Descritiva Baseada nas Doutrinas Modernas' (10.ª edição):



«B) Todo diptongo improprio, sendo final, constitue vocábulo paroxítono, ex.: *sánie, vigário, taboa*, etc.»

Actualmente, em português, as palavras do exemplo escrevem-se: *sânie, vigário, tábu*.

No espanhol é o mesmo que entre nós o conceito da divisão das palavras quanto ao acento.

Diz a '*Gramática Española*' da Academia, na sua última edição:

«c) La colocación del acento da también nombre a las palabras, dividiéndolas en *agudas, graves*, o *llanas* y *esdrújulas*. Son *agudas* aquellas cuya pronunciación carga en la última sílaba: como *alajú, amó, anís, arrayán, bajá, café, citará, naufragó, rubí, semidiós*. Son *graves* las que llevan la fuerza de la pronunciación a la penúltima sílaba: como *amo, baja, Carlos, citara, fértil, llave, naufrago, orden, Pilatos, vejamen*. Y *esdrújulas*, aquellas cuya pronunciación grava la antepenúltima sílaba: como *bárbaro, célibe, citara, náufrago*.»

Exactamente como em português.

Noutro ponto, referindo-se a palavras que terminam em ditongo crescente e que diversos escritores soem considerar ou fazer esdrúxulas, acrescenta:

«... pero a nuestro oído castellano semejantes voces suenan y sonarán siempre llanas; así: *Aspasia, gloria, academia, premio, solio, Numidia, Betulia*.»

E nem era preciso dizer-se o que expressamente se diz acerca destas palavras para se considerarem *graves*: bastava notar que os Espanhóis as escrevem sem acento, coisa que nunca fazem a nenhuma esdrúxula.

Em conclusão: aqueles que, considerando *paroxítonas* palavras como *António, auxilio, ciência, família, vigário, etc.*, se julgassem apenas apoiados em mim (débil apoio!), vêem agora que também o estão num dos mais eminentes gramáticos brasileiros e na doutíssima Academia Espanhola.

2) Quando duas ou mais palavras tenham regência preposicional diversa, é erro dar-se-lhes complemento comum? — A. C. M.

R. — Para Carlos Góis e para os que só nele se sabem apoiar, é; para o Dr. José Maria Rodrigues, Mário Barreto, Epifânio, Dr. Sá Nunes e maioria dos nossos Clássicos, sem exceptuar o próprio Castilho, talvez o mais cuidadoso de todos nisto de plena satisfação à lógica das regências especiais, está longe de o ser. Estes atendem só à regência da última palavra.

Notem-se os seguintes exemplos, a começar pelos do P.<sup>e</sup> Manuel Bernardes, com sublinhados meus e em que actualizo a grafia:

«Isto assim aparelhado, fazia por indústria de alguns criados fiéis, *entrar, e sair de uma cova* o dragão fingido, e por meio de cordas, e vários engenhos, abrir a boca, bater as asas, torcer a cauda, etc.» ('*Nova Floresta*', I, 357).

«Mas à vista disto, que farás tu, alma minha, que não sabes se *amas nem se és amada de Deus?*» ('*Exercícios Espirituais*', II, 684).

Sigam os de Vieira:

«... quando Cristo *instituiu, e se deixou no Sacramento*, não pediu mais que memória.» ('*Sermões*', I, 164).

«Os Reis, e Príncipes soberanos *representam, e têm as vezes de Deus na terra*.» ('*Ibidem*', II, 89).

«... quando Cristo *entrou, e saiu salvo deste mundo*.» ('*Ibidem*', III, 104).

«... quem não *temerá, e fugirá dele?*» ('*Ibidem*', III, 158).

Venha agora este de F. Rodrigues Lobo:

«Se nisto que me ouviste achas alguma coisa que te contente, e queres ir comigo, pois é já tarde, te hospedarei na minha cabana, *na qual podes entrar sem temor, dormir sem perigo, e sair sem saudade*.» ('*O Pastor Peregrino*', 20).

A seguir este de Garrett:

«Quem viu hoje *entrar ou sair alguém da porta aqui defronte?*» ('*Arco de Sant'Ana*', I, 60).



Agora estoutros de Castilho:

«Conheci e tratei com um Pároco de fora da terra, que, desgostoso de que uma sua freguesa, nova, não pusesse reparo em maltratar animais, a chamou brandamente, ...» ('A Primavera', 289).

«... e daí nasceram essas civis guerras da literatura a favor e contra o sexo.» ('Ibidem', 301).

«... porque, as mais das vezes, o obreiro não sabe ou não gosta de escrever.» ('Colóquios Aldeões', 150).

A seguir este de Herculano:

«Tenho-o visto entrar e sair do colégio de S. Paulo.» ('O Monge de Cister', I, 160).

Agora estoutros de Camilo:

«O leitor quer e tem direito a desembaraçar-se do enredo em que se acham ilaqueados os dois felizes da Corunha.» ('A Filha do Doutor Negro', 173).

«Resta-me acrescentar que ainda me não decido contra nem a favor dos jesuitas.» ('Mosaico e Silva', 25).

«O autor conheceu e é amigo do literato que bastante contribuiu para o arranjo desta crónica.» ('Um Homem de Brios', 265).

«Matrimoniaram-se com a condição de ficar Teresa em casa do seu benfeitor enquanto ele ia e voltava do Brasil com os seus cabedais liquidados.» ('Vinte Horas de Liteira', 276).

Siga este de Machado de Assis:

«Venho cansado de mais para dizer tudo o que ali se passou antes, durante e depois da comida.» ('Memorial de Aires', 255).

Por fim, mais estoutro de Rui Barbosa:

«... o país decapitado moralmente, às mãos do governo, pela supressão do escrutínio presidencial na metrópole brasileira, sob um assalto de escrutinantes associados à policia, antes, durante e após a infame rapinagem.» ('Manifesto à Nação', editado pela 'Gazeta de Notícias', de 27-3-1910).

Para erros, e cometidos por escritores de tal categoria, havemos de convir em que seriam de mais.

Se já em tempo os julguei também, hoje vejo que andava bastante enganado supondo o rigor de lógica exigência da vernaculidade, quando é certo que ela em milhares de casos a dispensa totalmente.

Porto — Rua da Maternidade, 80.

---

## CAPAS PARA «OCIDENTE»

REVISTA MENSAL FUNDADA EM 1938

DIRECTOR — ALVARO PINTO

NÃO DEIXE DE ENCADERNAR OS 37 VOLUMES PUBLICADOS COM AS LINDAS CAPAS ESPECIAIS, QUE ENVIAMOS CONTRA REEMBOLSO

*Percalina e lombada de pele com dizeres a ouro fino, cada uma 30\$00*

*Todas de linho azul, lombada dourada, cada uma ..... 20\$00*

*Desde o volume XXXIV em diante ..... 35\$00 e 25\$00*

---

A REVISTA MENSAL 'OCIDENTE' FUNDADA EM 1938 POR ALVARO PINTO JÁ COMPLETOU 37 VOLUMES COM MAIS DE 15.000 PÁGINAS DE LEITURA SÉRIA E 900 ILUSTRAÇÕES. / EXISTE UMA PEQUENA QUANTIDADE DE COLECÇÕES COMPLETAS: 37 VOLUMES ENCADERNADOS COM CAPAS DE PANO AZUL POR 3.100\$00

---





# BIBLIOGRAFIA

## LIVROS PORTUGUESES — VI

### PROSA

Nas verdadeiras obras de Crítica, literária, filosófica ou artística, não é menos necessária a presença integral, profunda e sincera de quem as realiza do que nas obras de mais directa criação ou, no sentido amplo da palavra, de Poesia.

O rápido envelhecimento e a perda, quase total, de interesse de tantos livros de Crítica ou, melhor, assim alcunhados mas não dessa classificação merecedores, a que se deve se não a isto, à falta de um subjacente mas intenso valor da presença humana, serena ou dramática, dos seus Autores?

É a presença do Crítico, na sua obra, que a esta dá valor permanente de obra vivida. Esta presença, que pode, e, muitas vezes, deve, apagar-se aparentemente mas sem nunca se diminuir, não inclui, antes, bem ao contrário, exige o cuidado na investigação dos factos e sua imparcial observação prévia, a equilibrada apreciação dos temas ou das obras alheias criticadas.

Exige a Crítica estas qualidades, até porque só com a verdade, vista, estudada e depois lealmente aceite, só com uma realidade objectiva, tanto quanto possível compreendida, pode o Crítico estabelecer um diálogo, de valor e interesse permanentes. Se iludiu a verdade e desprezou a realidade, o interesse, profundo e alto, da confrontação, entre o Autor e a matéria da sua obra crítica, desaparece. O valor humano, de espiritual *duelo*, que não exclui a reconciliação final, nem chegará sequer a manifestar-se.

Desconhecendo a força do adversário é a sua realidade ou, pior, negando-as, para fácil vitória aparente, o Crítico também, neste caso, exclui a possibilidade natural de se manifestar em todo o seu valor.

Emprego as expressões *duelo* e *adversário*, porque, na verdade, em toda a confrontação de um espírito crítico e de um tema ou de uma obra alheia, há uma inicial oposição de dois valores reais. Mesmo a simpatia mais espontânea, por qualquer obra, e o natural entusiasmo que leva ao seu estudo crítico, têm de passar por essa fase de oposição e de *duelo*, antes de alcançarem a perfeita e justificada admiração e o profundo e consciente amor. Sem isto não haverá obra de crítica. Sem a oposição verdadeira de uma realidade exterior ao Crítico, haverá, quando muito, uma obra de *fantasia*, que bem melhor procedera escolhendo outro motivo para se manifestar.

Toda essa base de estudo e observação, e objectividade, não é, ou não deve ser mais do que isso — uma base e não a obra de crítica verdadeira que sobre ela tem de erguer-se. A mentalidade *técnica* moderna já se não contenta, porém, com as matérias em que não está em jogo (directamente, é claro) a vida espiritual do homem. Disfarçada em Ciência, e assim vaidosamente se alcunhando, pretende substituir-se à Crítica, em vez de, com a nobreza e a humildade necessárias, lhe fornecer os elementos de estudo, os factos miudamente investigados, as datas apuradas, os documentos salvos ou de novo descobertos, tudo muitíssimo importante mas para ser pensado, compreendido, deverá, mesmo, dizer-se *revivido* por um espírito crítico.

Direi, um dia, as consequências, umas nefastas e outras meramente ridículas, desta substituição à Crítica da *técnica* da Literatura, pseudo-Ciência que, para se valorizar, não põe dúvidas em seguir caminhos do mais patente



absurdo e da mais cômica inutilidade. Por agora, basta-me notar quanto esse falso prestígio dos *técnicos* da Literatura pode, com grave prejuízo, contribuir para reforçar perigosamente uma natural e mesmo louvável modestia de certos espíritos críticos, levando-os ao apagamento da sua personalidade nas obras que realizam ou, mesmo, o que é muito pior, à timidez nas afirmações próprias e no independente desenvolvimento das verdades encontradas e das suas apreciações pessoais.

É este o motivo único, parece-me, de não ter alcançado todo o valor possível um livro, de um verdadeiro espírito crítico, sobre um tema para cuja valorização pessoal, numa verdadeira e alta obra de crítica literária, ele estava naturalmente indicado, por seu longo estudo, probo saber e lúcida inteligência.

LUIF CARDIM — '*Os Problemas do «Hamlet» e as suas dificuldades cénicas*'  
— Cadernos da '*Seara Nova*' — Lisboa — 1949.

O tema é dos mais altos e mais próprios para uma Crítica Literária verdadeira, pessoal, afirmativa e recriadora, passem os termos que desejam significar a necessidade, absoluta, da presença do Crítico e sua plena realização na obra a que esse tema der motivo.

Isto não quer dizer que ela deva dispensar uma larga base de estudo e conhecimento de opiniões e apreciações, de outros Críticos, sobre a tragédia de «Hamlet», além da sua meditação pessoal, a mais intensa. Considero mesmo indispensável esse prévio conhecimento de algumas fundamentais críticas anteriores, sobre essa Tragédia, o génio do seu Autor, e toda a sua Obra, e o Teatro da sua época. Isto em contrário do que nos aconselha M. R. Ridley, em opinião transcrita, paradoxalmente, no final deste livro. Insisto, não só das obras de informação mas das próprias Críticas anteriores, embora com o perigo, menor do que seria o seu desconhecimento, de abandono a alguma das suas poderosas influências.

Nem me parece inútil, e antes considero de louvar, a fixação, num livro português, de algumas dessas opiniões dos melhores Críticos anteriores de obra tão discutida, não no valor, por todos os grandes reconhecido, mas nos seus *problemas*.

Diga-se, desde já, que, neste livro do Professor Luís Cardim, essas Críticas fundamentais (não todas, porque seria impossível, mas algumas das melhores) foram fixadas com a mais honesta exposição. Foram, mesmo, quase todas, discutidas, e então sempre com lucidez. O que falta é o desenvolvimento natural das opiniões críticas pessoais e da interpretação original que se nos revelam, muitas vezes, através de toda a obra, mas nunca se realizam plenamente.

O motivo imediato (não certamente o mais profundo e o *verdadeiro*) da realização desta obra está indicado no seu subtítulo — «A propósito do filme de Sir Laurence Olivier» — e explicado no «Introito». Foi um «a propósito» infeliz e um motivo imediato que prejudicou, desde logo e em muito, as possibilidades e a liberdade necessária do Crítico. Considero em absoluto errada a opinião da *aparência* de «que Shakespeare escreveu, não para o teatro, mas para o cinema», e admira-me a concordância que lhe dá, por uma frase expressa, mas não, felizmente, por seu livro, o Professor Luís Cardim. Na verdade, o livro antes parece a demonstração do contrário, visto afirmar a influência primordial, sobre a obra de Shakespeare, «das condições dos palcos para que escreveu», e insistir, inteligentemente, no valor principal da declamação em todo o *teatro* da época Isabelina.

Não é isto, porém, o que mais importa no problema do «Hamlet», ou de toda a obra dramática de Shakespeare, e que nos leva à pergunta, nada «escandalosa e paradoxal» e muito menos «irritante», sobre a sua qualidade natural de representação cénica. O Teatro (e por maioria de razão o Cinema) só pode considerar-se como intérprete (mais ou menos fiel, mais ou menos valioso) de uma verdadeira Obra Dramática. A pergunta envolve, pois, todo o problema de Shakespeare. Foi ele um Intérprete teatral, um Encenador, um Actor, para quem os seus livros tenham sido *livros para o ponto*, ou, se preferirem, *partituras teatrais*» (na opinião de Dover Wilson,



transcrita por Luís Cardim) ou, ao contrário, foi o Poeta Dramático, o génio literário, indiferente às dificuldades e condições de interpretação das suas obras?

A análise deste problema, que envolve o da própria personalidade e identificação do homem Shakespeare, seria o tema verdadeiro e alto a realizar nesta obra crítica. Quer-me parecer, e digo-o como elogio sincero, que ele atravessou o espírito do Prof. Luís Cardim e foi o verdadeiro e profundo motivo do seu livro. A demorada análise dos Críticos do «Hamlet» e do que se sabe, ou supõe saber, das condições da sua realização literária; do que têm sido as suas sucessivas interpretações teatrais (e até a cinematográfica); e do próprio personagem; tudo isto parece neste livro conduzir a uma crítica, livre e pessoal, do problema da obra poética do génio Shakespeare, uma das mais altas de todas as Literaturas, perante a sua interpretação.

Mas essa crítica não chega a iniciar-se. O Autor nos diz o seu «pequeno edifício, todo ele — ou quase — necessariamente erguido com pedras alheias», lealmente designando os seus lavrantes.

Mas *necessariamente*, porquê? Por incapacidade no pensamento crítico, *necessariamente* pessoal? Não é verdade. Tem essa capacidade o Prof. Luís Cardim, e a revela (mas não realiza plenamente) mais de uma vez neste livro, como, por exemplo, na penetrante observação da «ilusão da unidade do tempo» nas peças de Shakespeare.

Por excesso de modéstia, creio, e por timidez em face do tema e também do valor dos Críticos estrangeiros que já o trataram. Essa timidez desejaria eu vê-la vencida e, assim, com as pedras alheias, e como tal declaradas, servindo apenas de caboucos, erguido um *edifício* próprio, uma obra de Crítica Literária pessoal, de que é inteiramente capaz o Prof. Luís Cardim.



Outro exemplo de uma obra de Crítica, valiosa, que ficou aquém das possibilidades naturais do seu Autor e da exigência do tema formulado, é o pequeno livro de

PEDRO NASCIMENTO — '*Algumas Notas sobre os Irmãos Karamazov de Dostoievsky*' — Portugália Editora — Lisboa — 1949.

Dizem-me Pedro Nascimento um pseudónimo, sem que me tenham revelado a pessoa por esse modo oculta, nem, o que principalmente me importaria, a geração a que ela pertence. Se é assim, pode acontecer que eu caia no ridículo de indicar directrizes possíveis de uma evolução a quem por inteiro a tenha completado. Mas também já não sou criança e julgo ter a autoridade suficiente para incitar à plena realização da obra que lhe é possível qualquer Autor, mesmo quando pertencendo a uma geração anterior, mesmo quando consagrado, se nele vejo qualidades e directrizes que exigim mais do que a obra nos apresenta.

Este incitamento é mais necessário quando o motivo por que ficou imperfeita ou incompleta a realização da obra é uma falta de ambição da necessária grandeza, outra espécie, não melhor, da timidez que oprime o espírito crítico em Portugal, salvo raras e admiráveis excepções.

Não há no Português a falta de capacidade crítica, como, em defesa própria, afirmam alguns que a não possuem ou que pretendem singularizar-se pela mais fácil e torpe maneira — a da negação do alheio valor. O que tem havido, sempre, e nos melhores, é uma proibidade no estudo em que deve basear-se a afirmação crítica pessoal. Alta qualidade do espírito crítico nacional é esta; mas pode facilmente levar, por excesso, à paralisação do poder afirmativo. E assim tem sucedido a muitos, principalmente desde quando o Ensino Público passou a ser, com o emprego quase exclusivo do livro francês, um dos mais activos processos de desnacionalização e de entorpecimento das qualidades e do valor pessoais dos nossos letrados.

Não desejo ver entre Portugueses a audácia da afirmação, sem base num estudo prévio e no seguro conhecimento e meditação aprofundada, que se nota em muitos pseudo-críticos estrangeiros, de alto renome. Mas entendo



necessário reagir contra o oposto defeito — o da timidez — que não é menos prejudicial.

Essa *timidez* manifesta-se neste livro, com o, já referido, carácter da falta da ambição de grandeza.

O problema que determinou a sua realização, e que nos aparece vivido com a mais alta sinceridade, não cabe nem no âmbito nem na forma de *notas* sobre o romance '*Os Irmãos Karamazov*' de Dostoievsky. Poderia, sem prejuízo, basear-se na análise desse mundo literário, e não menos real e humano, como o fez, embora menos detidamente do que fora vantajoso. Mas sobre ela a Crítica Filosófica, último objectivo desta Crítica Literária, teria de afirmar-se com outra amplitude. Para mais o Autor ainda aumentou a complexidade, já de si enorme, da discussão, do problema do bem e do mal, que se propôs fazer, analisando a realidade humana dos personagens de um dos grandes romances de Dostoievsky. Aumentou-a, indicando um confronto, que não desenvolveu, com o pensamento de Platão.

Esse confronto (não paralelo, por impossível, nem equivalência de valores, que seria errada) não o acho indispensável nem mesmo, talvez, vantajoso e fecundo. Bem possível é, no entanto, que, sendo uma íntima exigência do Crítico, ele permitisse um caminho original de aproximação do problema eterno do bem e do mal. Mas para isso ele deveria ter o desenvolvimento, ao menos, dos *confrontos*, menos arriscados e mais naturais, de que Chestov usou nos seus livros '*As Revelações da Morte — Dostoievsky e Tolstoï*' e '*A Filosofia da Tragédia — Dostoievsky e Nietzsche*'.

Mas representou, aquele confronto, essa exigência, íntima e invencível, que perfeitamente o justificaria? É possível, mas não o verifico em coisa alguma do livro que estou anotando. Não basta o facto de os dois grandes Poetas, Platão e Dostoievsky (mas quanto maior e, ainda que não pareça, quanto mais complexo e actual aquele) terem tratado o problema do bem e do mal. Qual o verdadeiro Poeta e o verdadeiro Crítico (foram-no, também, os dois mas só Platão com toda a grandeza) que, directa ou indirectamente, não tratou o problema do bem e do mal. Por exemplo, tinha o actual Crítico português um confronto, bem interessante, bem mais original ainda e mais natural, a fazer, entre Dostoievsky e Sampaio Bruno. No seu grande livro '*A Ideia de Deus*' encontraria o Crítico moderno, no capítulo «Mal e Bem», algumas páginas das mais altas que esse problema tem suscitado a qualquer Filósofo. E se lembrei o nome de Sampaio Bruno, foi precisamente por ter sido ele, talvez, o primeiro que, na Literatura de Língua Portuguesa, sentiu e analisou o valor filosófico da obra de Dostoievsky. É o que se vê já no capítulo «Dostoievsky» do livro '*Notas do Exílio*', publicado em 1893, e volta a afirmar-se no livro '*Portugal e a Guerra das Nações*', que é de 1906.

Esse *confronto*, entre o pensamento de Sampaio Bruno sobre o problema do bem e do mal e a maneira como este problema foi vivido nos romances de Dostoievsky, (pois que todos eles o têm por fundo e principal motivo causador) seria um tema bem alto e fecundo para um Crítico português.

Parece-me digno de tentar a sua realização quem escreveu as duas páginas últimas, as mais pessoais e altas, destas *Notas* sobre '*Os Irmãos Karamazov*'.

Elas fornecem-lhe, pelo «comentário exegético» deste romance, apenas a base para uma realização mais alta. Precisar-se-ia, no entanto, de se preocupar menos com o *leitor* e com o seu esclarecimento. Precisar-se-ia, principalmente, de vencer a *timidez* e afirmar-se totalmente o Crítico, em plena independência e com todo o valor que lhe é possível.



De que altura tem, às vezes, que descer a Crítica das obras contemporâneas para cumprir inteira e lealmente a sua obrigação!

Ela não pode nem deve escolher os temas das suas reflexões. Não pode nem deve recusar-se a fazer o estudo leal e atento de qualquer obra sujeita à sua apreciação, mesmo quando desde logo a sinta sem interesse para a verdadeira Literatura e portanto para a vida do Homem e a Cultura em evolução.

Ainda, por vezes, certas obras sem profundo valor literário (o que



quer dizer, também, valor humano permanente) interessam ao Crítico como sintomas do valor de uma Época, ou, antes e melhor, da sua vida superficial, pois que a sua vida profunda só se reflecte na grande Literatura e por ela é impulsionada.

Livros há, porém, e alguns entre os mais reclamados, que não têm sequer este já secundário valor, ou só o guardam por serem tristes sintomas de um abaixamento geral do gosto e da Cultura (que muito dele depende) e até da inteligência e dos sentimentos do público.

Mas não será, por isto mesmo, ainda uma obrigação da Crítica de obras contemporâneas o julgamento daquelas pretensas obras literárias, para como tal as apontar, em defesa do gosto público e da Cultura de uma Época?

Creio que sim, e nunca me eximirei a esta responsabilidade, mesmo quando, fazendo-o, tenha de aceitar o desgosto de condenar obras que nasceram de uma aspiração sincera de realização literária e de uma louvável persistência na sua procura.

Mas esta condenação será ainda um incitamento a outras directrizes possíveis, a maior trabalho, ao esforço meditado e intenso da realização que um dia (quem sabe?) poderá alcançar, por esse árduo caminho, alguma coisa de válido.

É neste sentido que desejo se entenda o meu julgamento das duas peças teatrais em prosa de quem já, em nota crítica anterior, eu não pude, em consciência, louvar outras obras, de versos.

SANTOS CRAVINA — '*Actriz de Paródia*' — Portugalía — Porto — 1949 —  
'*A Culpa*' — Portugalía — Porto — 1949.

A primeira destas peças tem um tema com certa originalidade e que poderia prestar-se a uma comédia ligeira, no género de algumas, bem interessantes, do Teatro Setecentista. Exigia, porém, um ambiente quase irreal, a rapidez no tempo de acção, um estilo de perfeito gosto e subtil graça.

Só por esse modo seria admissível o facto, sem verosimilhança e sem qualidade moral, nem dramática, mas com a graça possível de um divertimento, em que se funda. Mal meditado o tema e executado com *realismo* e *actualidade*, aliás em tudo falsos, e sem estilo, resultou não só uma obra sem valor literário mas também um mau acto moral o que está, por certo, muito longe da intenção do seu Autor.

Mostra-o, aliás, a segunda peça, '*A Culpa*'. Nela o Autor conseguiu propor um tema dramático de real grandeza. Já é alguma coisa ter *proposto* dois temas teatrais, e este segundo, de '*A Culpa*', embora não muito original, com interesse dramático.

A sua execução é menos desequilibrada que a da outra peça, por virtude, precisamente, de um certo acordo entre o drama e o *meio* em que ele se passa. Mas também esta obra teria que ser por inteiro refeita e por outro modo escrita, para que pudesse merecer os títulos, muito altos, de literária e dramática.



Outras satisfações tem, felizmente, a Crítica das obras contemporâneas, além desta, grande mas severa, de um dever cumprido. Entre elas a alegria de descobrir um verdadeiro talento e outra, para mim ainda maior, de sentir e afirmar todo o valor de um talento já realizado e de entender e revelar as qualidades e a significação de uma obra perfeita.

Esta alegria me deu, desde logo, a primeira leitura e mais ainda a subsequente análise do livro de

MARIA DA GRAÇA AZAMBUJA — '*Joana Moledo*' — Romance — Portugalía — Lisboa — 1949.

Embora eu tenha sido, por certo, um dos primeiros a compreender, na leitura dos dois primeiros livros de Maria da Graça Azambuja, as possibilidades, extraordinárias, do seu talento, não me foi dada a alegria de fazer, ao público, a sua primeira revelação.



Mas, na verdade, ela nem era necessária. O talento de Maria da Graça Azambuja tem, entre outras qualidades, o poder de comunicabilidade que provoca a simpatia, não fácil e superficial mas, no entanto, imediata, do leitor. Isto lhe permitiu a sua directa revelação, sem auxílio da Crítica, e certamente, desde os seus primeiros livros, lhe criou um público e naturalmente o há-de manter e aumentar. O perigo, para a total e perfeita realização do seu talento, não estava na recusa da simpatia do público, com a qual outros escritores, (e alguns de que é mais fácil a compreensão) têm de lutar e perante a qual alguns outros sucumbem.

O perigo seria, ao contrário, a incompreensão da Crítica, negando-se a compreender o seu valor, por qualquer defeito notado ou por diferença nas aspirações literárias (ou seus preconceitos); não fazendo o justo e leal incitamento a uma perfeita realização, nem indicando, se necessário, os seus caminhos possíveis.

Essa incompreensão ou indiferença da Crítica e a falta de um justo incitamento, que também pode traduzir-se por um elogio fácil e exagerado, agradável de pronunciar e de ouvir mas inútil ou, mesmo, prejudicial, poderia ter levado a um desânimo ou, o que seria pior, ao desinteresse pelas qualidades mais profundas e altas do seu talento e do esforço necessário para as realizar numa obra.

Dostoiévsky escreveu, um dia, em defesa própria, numa carta: «O que é compreendido rapidamente demais não tem longa duração». Verdade absoluta mas particular a certa espécie de obras (e não, às vezes, das mais obscuras) mas que seria perigoso e mesmo errado generalizar.

E não deve esta verdade particular servir para defesa da Crítica, de que é máxima obrigação e virtude essencial (embora nem sempre, infelizmente, possível) a imediata compreensão do valor de uma obra e de um Autor e, ainda mais, das possibilidades naturais do seu desenvolvimento.

A falta de compreensão imediata, (não completa, porque essa exige, de facto, o decurso do tempo e sucessivas aproximações) mas a mínima, e possível sempre, da existência de um valor, e suas principais características, pode ter gravíssimas consequências. Muitos Escritores e Artistas há, de talento e até de génio, que não podem suportar a mágoa (porque sempre é mágoa) dessa incompreensão. Uns se diminuem, para serem compreendidos e terem um público, outros reagem com o exagero, nem sempre benéfico, das suas qualidades melhores e não entendidas. Poucos (embora os maiores) os que de si próprios são o crítico bastante, seguro e completo e dos outros, por inteiro, independente. Poucos, muito poucos aqueles a quem essa incompreensão alheia, da crítica ou do público ou de ambos, embora desgoste, não fere verdadeiramente nem desvia nunca do seu caminho de integral realização e pessoal glória.

Um ambiente de compreensão e de incitamento eram, parece-me, necessários a Maria da Graça Azambuja, para o progressivo desenvolvimento das suas profundas qualidades. Teve-o, felizmente, e a primeira resultante do seu trabalho sério, profundo, mesmo dramático, de Escritora, foi esta obra perfeita, este romance de *'Joana Moledo'*.

Não quer isto dizer que em seus dois anteriores livros não haja um interesse próprio e já alto, além da revelação das qualidades superiores, de Romancista, que, requerendo trabalho e aprofundamento, anunciavam a série de obras fortes e perfeitas que esta inicia e, decerto, sucessivamente nos dará.

A sua primeira obra, publicada em 1945, o romance *'Quando as vozes se calam...'*, é de facto um Romance, com as qualidades, necessárias, de poesia e crítica, vida e meditação dos seus eternos problemas. Mas não é uma obra plenamente realizada, uma obra de Arte perfeita. Não o é, principalmente, por falta de domínio da abundância de motivos que requeriam a atenção da Autora. Há nesse livro imperfeito, mas cuja leitura interessa, mesmo depois de reconhecidas as suas imperfeições, como que a propositura de vários romances, a conjugação de vários temas que só poderiam coexistir numa obra muito mais vasta. É o tema do Ribatejo e do amor da terra, apenas indicado mas de que resultaram algumas belas páginas. É o tema da infância incompreendida e vista, o que lhe reforça a tragédia, por uns



olhos de Mãe. É o tema de um amor de Mulher casada, feito de sacrifício e de sonho, tema este o mais constante e que permitiu as duas páginas admiráveis do seu último drama, perante a morte, no amor recuperado.

O livro não deve ser perfeito. Esses temas é que devem ser novamente revividos e cada um deles, por forma diferente e com outros *acontecimentos*, permitir um romance novo.

Esta *abundância* natural, virtude máxima de todos os grandes criadores mas que tem de ser tanto mais disciplinada, por uma Arte firme e segura, própria e não exterior, quanto maior a sua força, também se nota no seu livro de contos '*As estrelas moram longe*'. Impôs-lhe a variedade e até disparidade nos temas, nas figuras e nos ambientes. Também este livro traça várias directrizes para alguns conjuntos futuros de Contos que possam agrupar-se com aquela unidade que num Livro de Contos, tal como num Romance, deve existir para ser perfeito. O prejuízo desse defeito de Arte (exprimindo, aliás, a falta de unidade, mais profunda, na meditação) é, porém, necessariamente muito menor do que num Romance.

Pior é a falta do acordo perfeito entre a forma e o pensamento, que se nota em alguns dos contos, os de temas, porventura, menos naturalmente exigidos pela maneira de ser espiritual da Autora. Quando essa exigência existiu, o acordo foi perfeito, qual nessa pequena maravilha de ternura e dor, com toda a ironia da desgraça invencível, que é o conto «Um casamento feliz». Nenhum dos contos desse volume é indiferente ou sem interesse. E perfeitos, embora diversamente, podem considerar-se «O Estranho caso de uma alma» e «O Conselho da Noite». Mais alto do que todos, forte da meditação do problema do bem e do mal é, porém, «A morte de Benjamim Trovisco».

Em quase todos esses Contos se nota, aliás, uma profunda e vivida meditação dos problemas do humano destino, ainda que nem sempre expressa perfeitamente nem com a intensidade e fundura que as próprias qualidades reveladas pela Autora exigiam. Elas decerto animarão outros seus futuros. Livros de Contos e também Novelas, forma literária que me parece a melhor para o pleno desenvolvimento de um aspecto, não o menos alto e belo, do talento da Autora, o interesse pela vida anímica, profunda e misteriosa.

A natural riqueza e abundância do talento de Maria da Graça Azambuja requerem, além da confissão directa da poesia lírica (e deve ser o caso do seu anunciado livro, de tão sugestivo título, '*O Meu Livro de Confissão*'), o emprego das três formas poéticas do Conto, da Novela e do Romance. Desta última forma de *Poema*, acaba de nos dar, com a '*Joana Moledo*', a sua primeira obra perfeita.

Perfeição mais difícil pela intensidade, extraordinária, da vida que desejou e conseguiu exprimir no âmbito do seu Romance. É um errado e nefasto lugar comum, da Crítica romântica, a oposição entre a Vida e a Arte. A grande Arte só existe com intensidade e fundura de vida. E a vida mais profunda e intensa, do Autor ou da Obra, requer o máximo domínio da Arte e só nela, perfeita e segura, se pode exprimir totalmente e perpetuar. Desse acordo entre Vida e Arte, não a exterior mas a própria do Autor e do Tema, desse acordo entre a imaginação criadora e a forma, adequada, compreensível e bela, por que se exprime, é que resultam as grandes e perfeitas obras da Literatura.

Em '*Joana Moledo*' há esse acordo, perfeito e completo, quer dizer em todos os elementos que se conjugam na realização de um Romance. Em primeiro lugar na unicidade profunda e na unidade mantida nas variações do seu *tema*. Gérmen de todo o romance, um *tema*, por seu valor, determina em grande parte a qualidade e até a ordem, a construção e a forma da obra em que se exprime. O tema do romance '*Joana Moledo*', simples na aparência, é, na verdade, muito complexo. Para mais, o que é de louvar por inteiro, não foi vivido unilateralmente.

A sua unidade seria mais fácil mas também menos rica. Unicidade no tema não deve implicar simplismo, nem a unidade simplificação.

A unidade neste Romance prende-se à vida e ao drama de uma pessoa — e daí ser o título, exacto, da Obra, o seu nome — mas transcende o valor de uma *biografia*. Não há uma única das figuras do Romance que não



tenha vida própria. Dizê-los personagens secundários seria um erro. A figura, extraordinária, de Manuel Moledo, Avô de Joana, o que lhe transmitiu aquela integridade perfeita de carácter que ela teve de manter nas lutas e nos sonhos, a figura de Manuel Moledo que quase só aparece no romance para morrer *fisicamente*, não mais desaparece, não *morre* ou *ressurge* na grandeza conquistada e na ansiedade que prolonga este Romance para além do seu final.

A figura, comovedora, viva, e simbólica da vida frustrada e ânsia de amor, da companheira ocasional de um emprego, a menina Emília, também se eterniza quando a piedade e a dor, sofridas por Joana Moledo, ante a sua morte desgraçada, ressurgiram, no seu momento de abandono à tentação de um sonho errado, e a salvam.

Vivos ou mortos (o suicida Melo Soares e aquela mão fria e enlameada, símbolo da fraqueza vencida, e que, no entanto, rasga, forte e pura, a primeira ilusão em que Joana se traía a si própria), vivos ou mortos, grandes ou mesquinhos, todos os personagens deste Romance têm eternidade porque vivem intensamente.

E todos são vistos com o mesmo interesse, desenhados em poucos traços mas plenamente, julgados sem o simplismo que classifica de bons ou de maus os seres complexos, os mundos, trágicos e eternos, que são todos os seres humanos. O admirável é que esta compreensão e *humanidade* não levem ao abandono, à transigência, à dissolução da integridade e virtude e suas certezas. Porque é precisamente o original, o extraordinário tema da luta de uma alma para se manter íntegra em sua virtude essencial, o que todas essas figuras nos levam a compreender melhor.

As cenas do Romance, mesmo as de maior e trágica intensidade, também se concatenam e assim reforçam a sua unidade complexa. Os ambientes, dos mais suaves aos mais trágicos, são pintados com as cores próprias e, no entanto, fundem-se na mesma unidade, superior, de todo o livro. Não são quadros, são verdadeiros capítulos de um livro. E também eles têm uma vida e um sentido profundo no Romance. Assim o ambiente da forja e da casa ancestral dos Moledos, onde, na sua modéstia, se *realizou* a sua alta nobreza e virtude, logo no princípio do Romance nos aparece a sugerir o conflito, entre essa nobreza e a vida, para quem dele se afastou; e retorna, e nunca é esquecido; e é de novo ele que fecha o Romance, engrandecendo o sentimento do personagem principal. Porque de tudo isto, figuras, ambientes, cenas, retorno, quase musical, dos *motivos*, resulta a unidade plena do Romance e a criação de uma admirável, enternecedora figura de mulher, Joana Moledo. Figura que vemos viver neste Romance e nunca mais se poderá apagar da nossa memória. Figura que passou a ser uma das eternas figuras vivas da Literatura. Para a erguer era preciso tudo o que indiquei e um grande e perfeito estilo de Romancista, aquele estilo que serve a obra e não a toma como pretexto para sua vida independente.

O estilo de Maria da Graça Azambuja é um estilo poético, não um estilo *artista*, no sentido especial que se deu a esta expressão. É o estilo adequado à obra e, salvo algumas poucas correções que certamente fará, um estilo da melhor e verdadeira arte da prosa.

Ele permitiu a grandeza trágica de alguns dos episódios e a definição, sempre sem ridículos, de uma *virtude* em luta com o mundo, sem que a vida e toda a sua intensidade sejam incompreendidas ou ocultadas. Permitiu outra extraordinária qualidade, constantemente expressa neste Romance, a sensação, perfeita e intensa, igualmente carinhosa e trágica, do Tempo e da eternidade e integridade que as Almas procuram manter no fluir dos acontecimentos e das horas.

Fluir sem fim, ou retorno? Eis um dos mais fundos problemas que fazem a estrutura íntima deste Romance. Ele não é apenas a luta de uma alma honesta e nobre contra a vida quotidiana e as tentações, igualmente destrutivas, de um casamento conveniente e de um sonho errado, um amor, sem grandeza, de abandono aos sentidos. É isto, evidentemente, e já o tema seria complexo, além de profundamente original em meio de uma Literatura que se rebaixou e limitou à exaltação dos sentidos ou da vida fisiológica, também ela incompreendida e rebaixada assim.



O valor moral coincide neste Romance com o valor literário, da mais alta e possível maneira. A vida não é escondida com hipocrisias, a moral não resulta de *preconceitos*. Toda a vida e suas exigências e paixões mas também a nobreza de uma alma. Todo o Tempo e seus dramas, todas as tentações, sonho, desgraça, amor, esperanças e desalentos, mas sempre a *integridade*, a nobreza mantida por uma alma.

A sua recusa perante as duas felicidades falsas (ou desgraças) é a mesma e por igual humaníssima (e com que arte uma cena, anterior, de *morte*, prepara a sua igualdade!); é a recusa ao que rebaixaria ou não permitiria a afirmação integral e plena do *ser*. A honestidade e a Religião, a herança ancestral e a educação, fazem parte de uma alma e lutam com toda a vida. E a alma vive e padece mas sofre corajosa e vence e perdura.

Exemplo, no sentido mais alto desta palavra, é-o de facto este Romance, bom de humana bondade. Mas é mais, a meditação da vida verdadeira, humana e alta e nobre de uma alma.

O seu realismo (o verdadeiro) não exclui a poesia e serve a esta de base à justa e profunda exaltação da nobreza da vida quando a alma nela se afirma e mantém superior à desgraça, à felicidade, aos sonhos e ao fluir do tempo.

É um realismo com a grandeza da revelação das humanas virtudes, nobreza e tragédia, que George Eliot, no seu grande romance '*Adam Bede*', tão admiravelmente definiu.

Obra perfeita, complexa e intensa, o Romance '*Joana Moledo*' é também obra de humana e alta nobreza. Sem receio afirmo: nasceu mais um grande Romancista na Literatura de Língua Portuguesa.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

MIRANDA DE ANDRADE, Professor do Liceu Nacional de Braga — '*O Poeta António Fogaça*' (Estudo Biográfico-Crítico). 1949, Livraria Cruz, Braga. Volume de 114 páginas e 4 estampas fora de texto. — Não precisa de apresentação o sr. Dr. Miranda de Andrade. Professor distintíssimo, conseguiu firmar os seus relevantes dotes pedagógicos no Liceu de Lamego, onde leccionou proficientemente no decurso de alguns anos, e no Liceu Nacional de Braga, onde, com brilho e elevação profissional, exerce o espinhoso e delicado múnus de Vice-Reitor em exercício.

No mundo das Letras, tornaram-no justamente admirado, que não só conhecido, além do belo ensaio '*Camões e o Platonismo*' que viu a luz da publicidade em 1926, uma brilhante colaboração jornalística que o conseguiu impor à consideração de quem teve ensejo de o ler.

Agora aparece '*O Poeta António Fogaça*', estudo crítico e biográfico dum vate minhoto que teve a felicidade de ser conterrâneo do sr. Dr. Miranda de Andrade. Não fora essa circunstância venturosa, e o seu nome em breve estaria sepultado nas cinzas do esquecimento. É infelizmente bem fraca a memória do público, e até dos críticos literários, para com os obreiros do espírito que se esqueceram, ou não tiveram tempo, de abarrotar as livrarias com dezenas de volumes de novelas choramingas ou de historietas brejeiras.

O livro do sr. Dr. Miranda de Andrade tem o dúplice merecimento de chamar a atenção para um poeta que, falecido aos 25 anos de idade, foi muito mais que uma esperança, e de pagar uma dívida de gratidão para com o homem de letras que enriqueceu o património artístico nacional com um livro como os '*Versos da Mocidade*'.

Divide Miranda de Andrade o seu trabalho em duas partes: na primeira, estuda a biografia de António Fogaça; na segunda, analisa-lhe cuidadosamente a obra literária no conteúdo ideológico, forma, inspiração e afinidade estética com a de outros Poetas.

E não podia ter sido mais minucioso, uma vez que aproveitava cartas particulares, artigos e noticiário dos jornais da época, fotografias e informações pessoais de quem privou com o Autor das '*Orações do Amor*' ou lhe estava ligado pelos laços do sangue.

Na segunda parte, é onde mais se manifestam as faculdades críticas e a erudição de Miranda de Andrade, que tanto aprecia a poética de António



Fogaça em confronto com a de Baudelaire, João de Deus e Oscar Wilde, como disseca, a golpes de escalpelo, cada uma das composições dos '*Versos da Mocidade*'. Não esquece a sinceridade emotiva, a variedade das rimas, a beleza das imagens nem a perfeição da forma; e tudo isto exemplificado com bem escolhidas pericopas extraídas da obra do inspirado Poeta. Não há dúvida de que a nobre Cidade do Cávado se pode orgulhar de terem nascido e vivido no seu meio um Poeta como António Fogaça e um crítico como Miranda de Andrade.

Diz o Autor ilustre d'*O Poeta António Fogaça* que «Nada se acrescentou neste estudo desde que ele se completou, como foi dito, há boa dúzia de anos». Por isso só em parte seguiu o sistema do velho Horácio, e pena foi, que o tempo sem a lima horaciana não pode corrigir as imperfeições dum livro, que, por mais bem acabado que seja, sempre terá que emendar. Miranda de Andrade escreveu em estilo brilhante e tersa linguagem. Ainda assim, passaram umas arestazinhas que ferem a atenção pelo menos dum embirrento como tenho mau sestro de ser. Assim na página 82 se diz que «Os versos, ou *agrupam-se* em estâncias em número certo ou *dispõem-se* em tercetos, quadras...». Eu diria se *agrupam*, se *dispõem*, respectivamente.

Também na página 85 se lê: «*Pode-se dividi-los* em dois grupos». Afigura-se-me de sintaxe pelo menos duvidosa a parte sublinhada da expressão; mas já se vê que estas ninharias, com que decerto só eu seria capaz de implicar, não empanam o brilho do excelente e meritório livro do sr. Dr. Miranda de Andrade.

O aspecto gráfico é muito bom e o papel de boa qualidade. Mais uma vez se firmam os créditos da Casa Editora.

Permita-se-me no entanto manifestar desagrado por virem as notas no fim do livro em vez de no fundo da página respectiva. Poderá desta forma ser mais fácil a composição tipográfica, mas o leitor, que é para quem em última análise se trabalha, só terá com isso aborrecimentos e perda dum tempo sempre precioso.

Mas importa repetir que estão de parabéns as Letras portuguesas. Oxalá que outras monografias como esta venham em breve enriquecer o pecúlio literário do País. — R. DA CUNHA.

'ABC DO SEGURO SOCIAL' — A Federação das Caixas de Previdência reuniu em volume os dados principais que interessam ao conhecimento da admirável instituição que é o seguro social. Estes problemas têm agitado por todo o Mundo as opiniões dos Sociólogos e dos Estadistas, dos empregados e dos empregadores. E, embora se norteiem mais ou menos por bússolas idênticas, as soluções variam de Povo para Povo. Expõe-se nesta brochura a solução portuguesa, que já produziu apreciáveis benefícios. Há queixas e descontentamentos, em parte com razão. Esperemos todos que neste, como em tantos outros sectores da reconstituição nacional, se caminhe sempre para diante e para melhor.

AIDA COMETTA MANZONI — '*El Problema del Indio en America*' —

Buenos Aires — 1949. Eis um assunto de veras palpitante e paralelo ao do Problema do negro em África. A Autora conhece muito bem o que se passa nos Países da América e transmite com clareza as impressões colhidas no Peru, no Equador, na Bolívia, em Honduras, na Colômbia, na Venezuela, em Guatemala, no Paraguai, no Brasil e no México. São já notáveis os esforços nesses países para considerar-se o Índio como um ser humano na posse dos seus direitos sociais, mas só no México e no Brasil tais esforços têm chegado a resultados visíveis. No Canadá e na América do Norte, os Índios têm direitos civis, mas, no ponto de vista legal, estão subordinados a Departamentos especiais. Os casos do México e do Brasil são tratados com minúcia e convencem-nos de que as medidas adoptadas nesses Países não deixarão de ser seguidas por todos os outros. Entende a Autora que a solução dada pelo México, dividindo os latifúndios pelos Índios, é a mais realista e eficaz, pois o problema dos Índios é um problema de classe e só pode ser bem resolvido economicamente. Crê ainda que a América só depois de integrar o Índio na sua estrutura fundamental poderá valorizar integralmente todas as suas forças humanas.



JOSEPH E HENRY BULLAR — *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas* — Trad. do Inglês por J. H. Anglin. O Instituto Cultural de Ponta Delgada, que já dotou a Literatura Portuguesa com alguns notáveis volumes referentes a coisas e pessoas dos Açores, cumpriu agora outra benemerência colocando ao alcance de todos os açorianos a obra dos Irmãos Bullar. Têm um século as descrições deste livro encantador, que tanto nos ensina a conhecer a paisagem e o clima, os costumes e as tradições do povo açoriano. Mas nem por isso deixam de estar vivas no coração de quantos tiverem o bom gosto de apreciar as imagens e impressões de tão amável simpatia legadas aos vindouros pelos dois viajantes irmanados numa só expressão — a de Joseph. Há graça, distinção, lhanza despreocupada no diário Bullar e, sobretudo, a justeza de conceitos para cada caso e cada zona visitada. O distinto professor J. H. Anglin traduziu o original inglês com o maior carinho e elegância e Armando Cortes-Rodrigues precedeu o texto de brilhante e elucidativo Prefácio. Há nos Açores, como se vê, um alto sentido de solidariedade e amor pela Terra, que bem deviam servir de exemplo a todas as outras parcelas do Império.

A. DA COSTA VAZ PINTO — *Sonhar para Viver* — Coimbra — 1949.

A Juventude anda bastante desorientada por todo o Mundo. As convulsões deste Século, o baralhar confuso das noções morais, a sobrevivência tumultuosa da paixão — tudo conspira hoje para que ela, a Juventude, se sinta a cada passo atraída para o abismo do gozo material ou, pelo menos, para o cepticismo dissolvente dos que só crêem na hora presente. São, por conseguinte, do máximo proveito estes livros de exaltação espiritual, em que se procura dar aos jovens um norte mais digno da natureza humana. Sonho, Poesia, autodomínio poderão encaminhar a Juventude para a terra da Promissão. Resta só dominar as forças do Mal, cada vez mais impetuosas. Mas essas como se dominam? — Escrevem-se milhares de páginas por todo o Mundo, no género das de *Sonhar para Viver*. Logo, porém, elas são afogadas por milhões de outras em sentido contrário e, principalmente, pelas vozes e pelas imagens daquilo que mais seduz a mesma Juventude. Combater estas — tem de ser o melhor caminho para exaltar aquelas.

### LIVROS RECEBIDOS

- 3001 — *Manuel Lopes* — 'Poemas de quem ficou' — 84 p. — Açores — 1949.  
 3002 — *Filipe Gastão de Almeida de Eça* — 'Acheegas para a Bibliografia de Moçambique' — 136 p. — Agência Geral das Colónias — 1949.  
 3003 — *Com. Sarmento Rodrigues* — 'No Governo da Guiné' — 544 p. — Agência Geral das Colónias — Lisboa — 1949.  
 3004 — *A. C. Valdez Thomaz dos Santos* — 'Perspectivas económicas de Angola' — 234 p. — Agência Geral das Colónias — Lisboa — 1949.  
 3005 — *Artur Basílio de Sá* — 'A planta de Cailaco — 1727' — 78 p. — Agência Geral das Colónias — Lisboa — 1949.  
 3006 — *Maria de Santa Isabel* — 'Flor de Esteva' — 80 p. — 2.ª edição — Portugália Editora — Lisboa — 1949.  
 3007 — *A. da Costa Vaz Pinto* — 'Sonhar para viver' — 212 p. — Coimbra Editora, Lda. — Coimbra — 1949.  
 3008 — *Aida Cometta Manzoni* — 'El problema del Indio en America' — 128 p. — Buenos Aires — 1949.  
 3009 — *Vitorino Nemésio* — 'O mistério do Paço do Milhafre' — 328 p. — Livraria Bertrand — Lisboa — 1949.  
 3010 — *Luis Amaro de Oliveira* — '3 Sentidos fundamentais na Poesia de Cesário' — 66 p. — Lisboa — 1949.  
 3011 — *Ferreira de Andrade* — 'A Freguesia de Santiago' — 2.º volume — 288 p. — Câmara Municipal de Lisboa — 1949.  
 3012 — *António Mendes Correia* — 'Ultramar Português — I — Síntese da África' — 400 p., 147 grav. — Agência Geral das Colónias — 1949.  
 3013 — *José Régio* — 'El-Rei Sebastião' — Teatro III — 192 p. — Atlântida Editora — Coimbra — 1949.  
 3014 — *Maria da Graça Azambuja* — 'Joana Moledo' — 244 p. — Portugália Editora — Lisboa — 1949.





## NOTAS E COMENTÁRIOS

☆ CRÓNICA — Natal e Ano Novo: os factos culminantes dum ano que se despede e de outro que começa. Muitas saudações, muitas belas palavras, algumas esplêndidas verdades — mas, em grande parte, o predomínio das comidas, dos regabofes, das orgias. É assim a vida com seus contrastes cada vez mais violentos, mas podia ser outro o espírito de recolhimento e de sinceridade cristã. Bem pregam os Apóstolos de Jesus a sublime doutrina do Redentor, esplêndidas vozes se erguem a iluminar as almas. Os relâmpagos, porém, são efémeros e o que perdura é o grosseiro materialismo, o império dos sentidos, a volúpia do gozo. O Presépio, fervoroso símbolo da humildade e da crença, refugiou-se nos Museus ou nas casas religiosas, para ser substituído por um velho de barbas postiças e dentes cariados. Mutilam-se pinheiros e cedros, em vez de se manterem e multiplicarem aquelas encantadoras figuras dos enternecidos conjuntos inventados e produzidos pelos barristas de antanho. Sopra, vertiginosa e irreprimível, a fúria desnacionalizadora em todos os quadrantes do Planeta. Na modesta Casa Lusitana, resiste-se o máximo, alinham-se heròicamente as defesas mais resolutas. Mas quem poderá contar com a vitória das forças morais? Afirma-se com veemência que só outra Guerra conseguirá decidir as rixas existentes, que se multiplicam dia a dia. Pois, se tem de vir, que venha depressa a tremenda Catástrofe e depois dela, evidentemente, necessariamente, um outro Dilúvio mais purificador.

☆ 'O PINTOR VILELA' — Joaquim Lopes, Pintor do mais elevado e nobre portuguesismo, é um dos últimos abencerragens desse grupo notabilíssimo de Artistas, que, no Porto, tanto dignificaram telas e tintas, modelos e assuntos. Olha-se hoje e pouco se vê. E em quanto se vê, o que principalmente se sente é saudades, muitas saudades desses Mestres gloriosos, que conhecemos há 40, há 30, há 15 anos, e pouco a pouco se foram despedindo dos raros que ainda teimam em praticar a Arte pura e imortal. Joaquim Lopes continua o seu sonho e, mais do que isso, a generosa tarefa de evocar memórias queridas ou nomes esquecidos. No presente opúsculo recorda o Pintor António Alves Teixeira, nascido a 3 de Junho de 1836, na freguesia de S. Miguel das Caldas de Vizela,



e enaltece a obra do infelizmente Artista, abatido aos 27 anos por uma tísica galopante. Os Mestres de ontem eram sabedores, probos e carinhosos para com os seus camaradas. A maioria dos de hoje vive a desfazer a Arte e a amesquinhar os que não lêem pela mesma Cartilha de suas extravagâncias e desaforos.

★ GLÓRIA A CAMÕES — Na cidade argentina de La Plata, a respectiva Municipalidade, em homenagem à importante Colónia portuguesa que por ali vive desde a fundação de Buenos Aires, baptizou uma das ruas da Vila Elisa com o nome de Camões. Pronunciaram-se discursos de exaltação da glória do Épico e o ilustre Ministro Xara Brasil agradeceu, em nome de Portugal, a penhorante gentileza.

★ 'CAMÕES E NABUCO' — Chega-nos do Recife esta bela conferência, pronunciada no Gabinete Português de Leitura daquela grande cidade pernambucana, em 10 de Junho último, Dia da Raça, pelo Escritor brasileiro Nilo Pereira. Na hora em que em Portugal se desvirtua a memória sacratíssima do vulto máximo da nossa Literatura com a cruel ampliação dalgumas humanas fraquezas do Poeta e se lançam sobre a probidade do Autor de '*Os Lusíadas*' suspeitas infamantes, é consolador verificar o Culto cada vez mais fervoroso que existe no Brasil pelo Cantor da mais sublime Epopeia de todos os tempos. Joaquim Nabuco sentiu Camões desde seus verdes anos e nunca mais em sua memória deixou de amar o Poeta pela forma mais nobre e cavalheiresca: — revelando em livros e conferências no Brasil e na América do Norte as belezas inexcedíveis da Obra camoniana. De Universidade em Universidade, ele era o anunciador e exaltador do Épico imortal e da imorredoura Língua Portuguesa. Nilo Pereira, evocando Joaquim Nabuco no dia de Camões, fê-lo com premeditada intenção. Juntou sua voz às tantas que neste ano comemoraram o 1.º Centenário do nascimento de Nabuco e lembrou outra noite de 10 de Junho, em 1880, em que o eminente Estadista do Império assim falou, para festejar o 3.º Centenário da morte de Camões: «Se o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para este que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Se é o dia da Língua Portuguesa, não é esta, também, a que falam dez milhões de Brasileiros? Se é a festa do espírito humano, não paira a glória do Poeta acima das fronteiras dos Estados, ou estará também o espírito humano dividido em feudos inimigos? Não, senhores; em toda a parte a Ciência prepara a Humanidade, enquanto a Arte opera a união. Até a Pátria é um sentimento que se alarga, abate as muralhas que o isolavam, e se torna cada vez mais, como se tornou a família entre os homens e há-de tornar-se a religião entre as igrejas, um instrumento de paz, de conciliação e de enlaxamento entre os povos.» Mais tarde, em 1908, é na Universidade de Yale que Nabuco fixa eloquentemente o lugar de Camões na Literatura. A este propósito, Nilo Pereira, que vai acompanhando toda a sua exposição de lúcidos comentários, dá os motivos por que Nabuco tanto se interessou por apresentar Camões às Univer-



sidades americanas: «1.º — porque Camões alcançava no espírito cosmopolita de Nabuco a repercussão que o Universalismo da Renascença desperta em homens de tão alta formação clássica e humanística; 2.º — pela nota humana que vibra em '*Os Lusíadas*' e que para o abolicionista Joaquim Nabuco devia resumir-se na seguinte apreciação dos versos camonianos tão expressivos para aquele ano de 1880, oito anos antes do 13 de Maio de 1888: — ...fulmina (Camões) a escravidão em dois versos que encerram a eterna injustiça das grandes riquezas acumuladas pelo trabalho alheio, quando promete não louvar a quem *Não acha que é justo e bom respeito / Que se pague o suor da servil gente.*» Prossegue o Conferente no estudo dos Ensaio de Nabuco sobre Camões, invoca outros testemunhos de eminentes camonianistas e termina com este apelo da mais requintada gentileza racial: «Nabuco lutou pela permanência de Camões nas gerações novas. Complete-mos-lhe a obra, neste primeiro Centenário do seu nascimento, pedindo ao Governo Brasileiro que institua nas escolas o culto de Camões pelo estudo e interpretação de '*Os Lusíadas*'. E onde houvermos de falar da glória do Poeta e da imortalidade do Poema, aí também estaremos, por um dever de justiça e de bom gosto, para proclamar no seu Paladino brasileiro a imortalidade e a glória do nosso amor camoniano e português.» Agradeçamos a Nilo Pereira a sua penhorante e erudita Conferência. Presidiu à solenidade, dando-lhe o prestígio da sua presença e de seu louvor, o espírito gentil de Barbosa Lima Sobrinho, nosso velho camarada na Imprensa do Rio de Janeiro e actualmente Governador do Estado de Pernambuco.

★ EXPOSIÇÕES DO LIVRO PORTUGUÊS NO BRASIL — Sugerimos aqui aos Srs. Cônsules de Portugal em Outubro passado que seria de grande proveito para a expansão da nossa Literatura a realização de exposições do Livro português nas suas áreas e podemos já escrever que a lembrança começou a frutificar. Sabemos que o Dr. Carlos Pericão de Almeida, distinto Cônsul no Pará, prepara ali uma exposição, de acordo com a Câmara Portuguesa do Comércio e Livradores locais, e que outros representantes de Portugal estudam idênticas manifestações de devoção pátria. Compete agora ao Grémio dos Editores e Livradores de Portugal prestar toda a colaboração e apoio a essas fecundas iniciativas.

★ LIVREIROS PORTUGUESES NO BRASIL — Quem foi um dia a S. Paulo e visitou a Livraria Teixeira nunca mais esqueceu o alvoroço com que o livreiro Vieira Pontes se defronta, abraça e interroga quem lhe diz que é português e leva notícias de Portugal. Humedecem-se-lhe os olhos, tem lágrimas na voz, suspira pela sua e nossa Pátria. Pois bem. Este livreiro, ardentemente apaixonado pela sua profissão, vive há 53 anos inteiramente mergulhado nos livros, só os deixando para comer e para dormir. Sucessivas gerações o têm conhecido e consultado. A todos ele recebe e responde com um sorriso, a necessária informação e dois minutos de boa *prosa*. Há algumas semanas, porém, o livreiro Pontes sofreu um grande abalo. A Câmara Brasileira do Livro



quis prestar-lhe uma homenagem e prestou. E o nosso excelente Vieira Pontes teve que ouvir, sem poder esconder-se, coisas muito bonitas e honrosas a seu respeito. Ele olhou algumas vezes para o relógio e lembrou-se de que tinha na Livraria muitos assuntos a tratar. Mas não houve remédio senão aguentar o magnífico almoço e os não menos substanciosos discursos. Foi um sacrifício, mas os seus amigos sentiram a maior satisfação em dar-lhe público testemunho de quanto o estimam e lhe prezam o carácter. Do Rio, compareceu outro livreiro da mesma têmpera e que tão inesquecíveis e assinalados serviços tem prestado à difusão do livro português no Brasil — Joaquim Antunes. Saudemos, com reconhecida gratidão, os dois valentes livreiros.

★ PRÉMIO NOBEL DE MEDICINA — Pela primeira vez, um Sábio de nossa terra — o Dr. Egas Moniz — mereceu ser honrado com o Prémio Nobel. Todas as camadas cultas do País têm prestado ao eminente Cientista as homenagens a que tal facto deu motivo e bem digno delas é quem há longos anos consagrou toda a sua vida ao amor da Humanidade. Por isso mesmo, cremos que o prestigioso Sábio vai prosseguir na sua admirável obra de benevolência destinando o valor recebido para um outro Prémio ao neurologista português que ano a ano vá apresentando o melhor trabalho científico dessa especialidade. Transformar um Prémio Nobel num Prémio Egas Moniz seria nobre e educativo. Decerto é esse o pensamento do insigne Académico.

★ 'BOLETIM OFICIAL DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA' — O n.º 43 referente a 1948 é cheio de factos e gravuras, demonstrando bem a prodigiosa e humanitária actividade da Cruz Vermelha Portuguesa, à qual se devem tão excepcionais e devotadas realizações de assistência e caridade cristã. Todos os serviços foram remodelados nesse ano, graças ao impulso vigoroso do Sr. Ministro da Guerra, e tanto no Continente como nas Ilhas adjacentes e Províncias ultramarinas novas Delegações garantem maior amplitude aos benefícios a distribuir. No meio de tantos rancores, egolatrias e perfídias que empestam o Mundo, a obra da Cruz Vermelha espalhada por 59 Sociedades idênticas à Portuguesa, ainda é um sinal incorruptível de que o espírito do Mal não dominará completamente os impulsos generosos do espírito do Bem. Exaltar essa obra é um imperativo de consciência.

★ PELA EMISSORA — Salvo algumas excepções, que certamente serão remediadas com o tempo, os diferentes programas da Emissora oficial são bem organizados e atraentes. Apenas seria para desejar que fossem melhor falados ou declamados. A música tem o ritmo próprio e só pode alterá-lo a qualidade do receptor. As falas ou declamações dependem do gosto, da cultura e da compreensão do locutor. Ora, infelizmente, a maioria dos locutores e das locutoras ou falha ao gosto, ou à Cultura ou à compreensão. Uns falam com monotonia soporífera, outros aos puxos e com aquela toada que caracterizou os reizeiros da Maia e ainda outros num completo desdém pelas regras linguísticas e pelo respeito à



pureza do Idioma. Salvam-se dois ou três na boa forma de dizer, mas cremos que só um no escrúpulo em evitar esses barbarismos arripantes — *Cufe e Fenate, Cecetês e Sni, Onu e Tape, Rafe e Icao*, etc., etc. Quando se trata de declamar, então, a lástima é de estarrecer. Os versos são quase todos fúnebres, articulados sem alma nem poesia, dir-se-ia que assassinados. Não será possível dentro da própria Emissora um Curso de aperfeiçoamento de locutores e locutoras? Estamos a ver o risinho de troça dos que mais precisariam de corrigir-se. Mas também sabemos que os ouvintes cultos estão connosco e fazem até comentários muito mais ásperos que estes nossos. Experimente a Direcção da Emissora umas lições de, por exemplo, Assis Pacheco e Raul de Carvalho. Temos a certeza de que os resultados seriam maravilhosos e altamente benéficos para o bom gosto das emissões.

★ A MÚSICA, LINGUAGEM UNIVERSAL — O Presidente Truman, pianista exímio, ao criar no seu País, com todo o esplendor, uma semana musical, disse: «Individualmente a música traz o sossego de espírito; para os grupos, é ela uma outra expressão do valor da democracia. Espero que as celebrações se realizem com todo o carinho que merecem, dando oportunidade a muitas pessoas de se congregarem em torno da boa música. Conheçamos nossa própria música, apreciemo-la e adicionemo-la à nossa herança. Conheçamos também a música de outras nações, de modo que a partilha de nossos recursos próprios conduza naturalmente a uma medida maior de compreensão e cooperação mundiais.» Boa e salutar doutrina, que merecia ser calorosamente adoptada em todos os Países civilizados. Entre nós, fácil seria criar tal semana, pois o Português é sincero amante da música. Só custaria encontrar o critério sensato e eclético que fizesse dessa Escola um verdadeiro paradigma educativo e cultural, sem ferir a tradição e a pureza folclórica, que tanto nos cumpre defender.

★ NOTA DO FIM — Sugerem-nos que digamos duas palavras sobre o aumento do preço da água decidido para o dia 1 de Janeiro e a respeito da cor que estão aplicando às fachadas dos Ministérios. Pouco poderá valer o que dissermos, mas cumpre-nos exarar aqui o resumo do que ouvimos a pessoas sensatas: Não se justifica o aumento do preço da água, que, em boa razão, devia ser muito mais barata para que bem se pudessem realizar todos os preceitos da Higiene; o argumento de obras não parece muito de considerar, pois que melhoramentos representam capitalização ou despesas reprodutivas; o enorme alargamento da rede distribuidora e o conseqüente acréscimo de consumo são já benefícios de vulto. — A cor verde aplicada nos Ministérios desagrada à vista e ao aspecto geral da formosíssima Praça do Comércio; a cor amarelada ou madressilva adquire tons mais quentes e luminosos, que não deviam ser preteridos por quaisquer outros. Aceitamos e arquivamos estas opiniões, que reputamos dignas de ponderação.

ÁLVARO PINTO





## Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Agentes em Lisboa: COMPANHIA UNIÃO FABRIL (Secção Marítima)  
Rua do Comércio, 39 — Telefone 3 0551

### FROTA

n/m «África Ocidental» .....	1.504 Ton.	n/m «Conceição Maria» .....	2.974 Ton.
n/m «Alcobaça» .....	9.437 >	n/m «Coruche» .....	1.376 >
n/v «Alcoutim» .....	10.526 >	n/v «Costeiro» .....	900 >
n/m «Alexandre Silva» .....	2.974 >	n/v «Costeiro Segundo» .....	490 >
n/m «Alemquer» .....	9.437 >	n/m «Costeiro Terceiro» .....	1.426 >
n/v «Alferrarede» .....	2.118 >	n/m «Covilhã» .....	1.376 >
n/m «Almeirim» .....	9.437 >	n/v «Canene» .....	9.800 >
n/v «Amarante» .....	12.595 >	n/v «Foca» .....	2.018 >
n/m «Ambrizete» .....	9.100 >	n/v «Inhambane» .....	9.019 >
n/m «Andulo» .....	9.100 >	n/v «Luso» .....	10.125 >
n/m «António Carlos» .....	2.974 >	n/v «Maria Amélia» .....	3.005 >
n/m «Arraiolos» .....	9.437 >	n/v «Mello» .....	6.253 >
n/m «Belas» .....	7.100 >	n/v «Mirandella» .....	7.000 >
n/m «Borba» .....	7.145 >	n/m «São Macário» .....	1.921 >
n/m «Braga» .....	7.110 >	n/v «Saudades» .....	6.430 >
n/m «Bragança» .....	7.110 >	n/v «Silva Gouveia» .....	1.353 >
n/m «Cartaxo» .....	1.376 >	n/v «Zé Manel» .....	1.220 >
n/m «Colares» .....	1.376 >		

Total: 186.415 toneladas

Rebocadores — «Africa», «Cintra», «Estoril», «Freixo», «São Cristóvão», «Soure»

Lanchas a motor — «Garotas», «Bilhão», «Obidos», «Maquela», «Carocha»

34 Batelões (19 de 500 ton., 13 de 400 ton. e 2 de 250 ton.); 24 Fragatas (2.150 ton.); 1 Barca de água (250 ton.)  
e 1 Draga «Barreiro» com 5 Batelões de Dragagens com 80 m3 cada

Em construção nos estaleiros da C. U. F.: 2 Navios de 5.500 ton. para 36 passageiros e carga, cada um;  
2 Rebocadores de 1.200 ton. cada um

Carreiras de Lisboa para: Norte de Europa — Norte de Africa — Cabo Verde — Guiné — Angola — Argentina  
— Chile — Estados Unidos — Terra Nova — Groenlândia e Costa de Portugal

Importante — A Companhia que mais navios tem ao seu serviço construídos em Portugal nos estaleiros  
da Companhia União Fabril no Barreiro e Lisboa

## Companhia Nacional de Navegação

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de Africa

SEDE

RUA DO COMÉRCIO, 85

LISBOA

SUCURSAL

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73

PORTO

Serviço rápido de passageiros para a Africa Ocidental e Africa Oriental,  
Brasil e América do Norte

### FROTA DA C. N. N.

«Angola» .....	18.250 Ton.	«Lourenço Marques» .....	6.400 Ton.
«Sofala» .....	12.500 >	«Cabo Verde» .....	6.200 >
«Moçamedes» n/m. ....	9.100 >	«Congo» .....	5.000 >
«Rovuma» n/m .....	9.100 >	«Nacala» .....	2.390 >
«S. Tomé» n/m. ....	9.100 >	«Tagus» .....	1.600 >
«Niassa» .....	9.000 >	«Chinde» .....	1.393 >
«Nova Lisboa» .....	8.800 >	«Luabo» .....	1.385 >
«Cubango» .....	8.300 >	«Inharrime» .....	1.000 >
«Quanza» .....	6.500 >	«Save» .....	763 >

AGENCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO





**TOSSE ?**

**BENZO-DIACOL**

**DRÁGEAS**

**GOTAS**

**XAROPE**